

UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Franca
Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS

MIGUEL PIMPÃO JORGE

**IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM ANGOLA:
CONSEQUÊNCIAS DA DESPROTEÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS
RESIDENTES EM LUANDA (BAIRRO CHINGUAR)**

Franca, 2025

MIGUEL PIMPÃO JORGE

**IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM ANGOLA:
CONSEQUÊNCIAS DA DESPROTEÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS
RESIDENTES EM LUANDA (BAIRRO CHINGUAR)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca, como pré-requisito para exame de qualificação em Serviço Social.

Eixo temático: Serviço Social, o mundo do trabalho e a responsabilidade social; Mundo do trabalho e as desigualdades sociais.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais

Orientadora: Prof. Dagoberto José Fonseca

Ficha Catalográfica

J82i

Jorge, Miguel Pimpão

Impacto socioeconômico da pandemia da Covid-19 em Angola:
Consequências da desproteção social das famílias residentes em Luanda
(Bairro Chinguar) / Miguel Pimpão Jorge. -- Franca, 2025
154 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Dagoberto José Fonseca

1. Impacto socioeconômico. 2. Covid-19. 3. Famílias. 4. Proteção social. 5.
Desproteção social. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

A presente pesquisa transcende a análise local, oferecendo uma contribuição crucial e multifacetada para o debate sobre os efeitos de crises globais em contextos específicos e vulneráveis. Ao focar no impacto socioeconômico da COVID-19 no bairro Chinguar, em Luanda, o estudo não só lança luz sobre as particularidades de um território periférico, mas também ilumina a realidade de inúmeras famílias em Angola e em cenários semelhantes.

Este trabalho possui uma relevância inegável para o Serviço Social, pois explicita as intrínsecas conexões entre saúde, economia e as complexas manifestações da questão social. A pandemia de COVID-19 atuou como um catalisador brutal de vulnerabilidades preexistentes, expondo e aprofundando as desigualdades sociais. Ao analisar as medidas governamentais de prevenção e combate à pandemia e seus impactos sobre as famílias em situação de (des)proteção social – cuja subsistência, em grande parte, dependia do setor informal e foi severamente afetada pela suspensão de atividades e restrições de circulação, o estudo revela a precariedade da proteção social e a agudização da insegurança alimentar e da perda de renda.

Além de sua contribuição diagnóstica, a pesquisa oferece subsídios cruciais para a atuação profissional do assistente social, que se dedica à defesa dos direitos sociais e ao enfrentamento das diversas expressões da pobreza e da exclusão. A análise detalhada da realidade de Chinguar serve como um microcosmo para uma reflexão mais ampla sobre o sistema de proteção social angolano, evidenciando a necessidade imperativa de políticas públicas mais sensíveis e adaptadas às particularidades dos grupos vulneráveis em situações de crise.

Espera-se que este estudo não apenas aprofunde a compreensão das dinâmicas de desigualdade exacerbadas por crises sanitárias, mas também suscitem novas discussões em torno dessa temática, impulsionando a formulação de estratégias mais eficazes para mitigar impactos negativos e garantir a sobrevivência digna e a proteção social em contextos de alta vulnerabilidade. O estudo, portanto, qualifica-se como uma ferramenta essencial para o avanço da práxis e da teoria no Serviço Social e em áreas afins.

POTENTIAL IMPACT OF THE RESEARCH

This research transcends local analysis, offering a crucial and multifaceted contribution to the debate on the effects of global crises in specific and vulnerable contexts. By focusing on the socioeconomic impact of COVID-19 in the Chinguar neighborhood of Luanda, the study not only sheds light on the particularities of a peripheral territory, but also illuminates the reality of countless families in Angola and in similar settings.

This work has undeniable relevance for Social Work, as it makes explicit the intrinsic connections between health, economy and the complex manifestations of the social issue. The COVID-19 pandemic acted as a brutal catalyst for pre-existing vulnerabilities, exposing and deepening social inequalities. By analyzing government measures to prevent and combat the pandemic and their impacts on families in a situation of social (un)protection – whose subsistence largely depended on the informal sector and was severely affected by the suspension of activities and restrictions on movement, the study reveals the precariousness of social protection and the worsening of food insecurity and loss of income.

In addition to its diagnostic contribution, the research provides crucial support for the professional work of social workers, who are dedicated to defending social rights and addressing the various expressions of poverty and exclusion. The detailed analysis of the reality of Chinguar serves as a microcosm for a broader reflection on the Angolan social protection system, highlighting the imperative need for more sensitive public policies adapted to the particularities of vulnerable groups in crisis situations.

It is expected that this study will not only deepen the understanding of the dynamics of inequality exacerbated by health crises, but will also spark new discussions around this topic, driving the formulation of more effective strategies to mitigate negative impacts and ensure dignified survival and social protection in highly vulnerable contexts. The study, therefore, qualifies as an essential tool for advancing praxis and theory in Social Work and related areas.

MIGUEL PIMPÃO JORGE

**O IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS
EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL NO BAIRRO CHINGUAR EM
LUANDA DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dagoberto José Fonseca

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras- Araraquara

Profa. Edvânia Ângela de Souza Lourenço

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-
Franca

Prof. Anavilde Kassessa Satonole

Universidade de Luanda- Faculdade de Serviço Social

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao fim de um trabalho como esse, ficam muitos agradecimentos a serem feitos, uma vez que muitas pessoas passam pelas nossas vidas nesse exato momento, um tempo de trabalho com erros, acertos, aprendizados, vivências, que envolveram pessoas, vidas, emoções, sentimentos, doações e histórias. Por essa razão, para não correr o risco de esquecer ninguém, começar já por agradecer a todos e todas que de forma direta ou indireta ajudaram para que eu conseguisse realizar esse trabalho.

Aos meus pais, Jorge Miguel Pimpão e Rosa Domingos Adão, vocês foram a rocha inabalável, a bússola que guiou meus passos. Deram-me mais do que poderiam imaginar, sacrificaram alguns dos seus sonhos para que os meus pudessem florescer. Não há bênção maior do que ter o amor, carinho e a sabedoria de vocês. Foram meu porto seguro, meu refúgio, a fonte inesgotável de confiança, amor e compreensão que pavimentou cada centímetro da minha trajetória.

Aos meus irmãos, Maura, Monteiro, Marinela, Jorgina e Adriano Jorge, meus irmãos, minha amada sobrinha, Edvalda, bem como ao meu cunhado Hermenegildo, muito obrigado por tudo, vocês são a força que me levanta, a chama que me motiva a seguir. Mesmo com um oceano de 7.746 km nos separando, sinto a confiança de vocês em cada fibra do meu ser. Nunca me deixaram completamente sozinho apesar dessa longa distância e são a energia que me impulsiona a lutar, não importa onde eu esteja. Meus amores, minha luz.

Ao meu Mestre/Pai, Professor Dagoberto José Fonseca (Dagô), Mais do que um orientador, foi um verdadeiro pai. Desde o primeiro instante em que nossos caminhos se cruzaram, me acolheu com um carinho que transcende o acadêmico. Suas orientações foram faróis, e sua generosidade me abriu as portas para uma família acadêmica que me abraçou e me deu as bases para que minha jornada aqui no Brasil fosse um sucesso. A gratidão que sinto é eterna, Mestre/Pai Dagô. Seus ensinamentos, seu estímulo, seu companheirismo, sua paciência e sua disponibilidade são tesouros que guardarei para sempre, sem esquecer a Clau, sua companheira, meu muito obrigado por permitir que ele seja esse pai tão presente para seus filhos acadêmicos. Você também faz parte dessa grande família.

A Yadira Arnet Fernández, companheira e parceira ao longo de todo esse percurso, sem sua ajuda tudo teria sido bem mais difícil, pelo suporte, companheirismo e parceria o meu muito obrigado.

Ao grande professor e amigo Simão João Samba, entenda-se a palavra “grande” aqui nos seus mais variados sentidos, um ser humano com um coração enorme, dotado de muitas qualidades e princípios que o tornam ao mesmo tempo um grande profissional, simplesmente uma das maiores referências profissionais para mim, sua confiança, sua amizade, suas orientações e seu estímulo foram combustíveis para a minha alma. Sua disponibilidade imediata para atender cada solicitação, cada dúvida, fez toda a diferença. Muito obrigado por tudo, meu caro amigo.

Aos meus pais de coração, Alcides Satõnole e Anavilde Kassessa Satõnole, vocês são mais do que amigos, mais do que mentores – são verdadeiros pais. Nunca largaram minhas mãos, e deram literalmente de si para que eu pudesse estar aqui, vivendo esse sonho. A consideração é tamanha que, por meio de vocês, ganhei mais dois irmãos, o Nino e o Lion, a eles, meu carinho e gratidão por dividirem seus queridos pais comigo e por me acolherem como parte da família.

Aos meus grandes amigos Adriano e Gemima Francisco, esse casal que mora em meu coração, faltam palavras para descrever o impacto que tiveram em minha vida, na minha formação pessoal e profissional. Levá-los-ei eternamente em meu coração. Cada gesto, cada esforço, cada sacrifício que fizeram para que eu chegasse até aqui, sem medir esforços, sem se poupar, é algo que jamais esquecerei. Muito obrigado por tudo.

À todos os mestres que iluminaram meu caminho durante essa fase de formação, Professores Ivo Tonet, Fernanda Sarreta, Eliana Bolorino, Adriana Giaqueto, Neidy Lefheld, Salvéa Campelo, Nancy Soares e Maria José, cada aula, cada evento na UNESP, cada troca com vocês foi um aprendizado que me transformou e me impulsionou. Minha gratidão por compartilharem seus conhecimentos.

Aos meus companheiros de batalha, José Dias, Mauro Augusto, Adão Joaquim, Isaías Issenguele, Zurema Mutange, Bernardino Cuteta, Peiroteu Lionel, Jeremias Lourenço, Orlando Chaximbe e Aires Caneca, cada troca, cada suporte nos momentos necessários, foram fundamentais. Obrigado por caminharem ao meu lado.

Aos espaços de crescimento, os grupos de pesquisa, especialmente o NUPE, QUAVISS e GEPESSE, foram mais do que grupos de estudo. Foram arenas de discussões profundas, de troca de ideias que me fizeram crescer profissionalmente e me deram as bases para construir este trabalho. Sou grato por cada momento compartilhado nesses espaços.

Às instituições que tornaram tudo possível, à Administração do distrito urbano do Benfica, à Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda (Uniluanda), à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca e um agradecimento muito especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que com a concessão da bolsa de estudos, me permitiu realizar essa pesquisa e apresentar seus resultados. Sem esse apoio, tudo teria sido bem mais difícil e até certo ponto quase impossível nas circunstâncias em que se deu todo esse processo, o meu muito obrigado.

À banca que selou este capítulo, Professor Dagoberto José Fonseca, Professora Edvânia Souza e Professora Anavilde Satõnole, suas contribuições na qualificação foram inestimáveis. E aceitar novamente o convite para fazerem parte desta banca examinadora, neste momento tão crucial da minha jornada acadêmica e profissional, é uma honra. Minha gratidão por suas valiosas análises, sugestões e por dedicarem tempo de leitura para uma verdadeira avaliação e contribuição significativa para a melhoria desse trabalho.

E para fechar este ciclo com chave de ouro, um agradecimento do fundo do coração, a todos os homens e mulheres do bairro Chinguar que abriram suas portas, seus corações e decidiram partilhar suas histórias e vivências para esta pesquisa. Essa disponibilidade, atenção e contribuição transformaram um trabalho acadêmico em momentos de convivência e troca de conhecimento. Por terem tornado este trabalho possível, meu eterno obrigado.

Acredito que amanhã os angolanos hão de entender o real motivo da minha luta. E neste dia, homens e mulheres da minha pátria, letrados ou não, hão de caminhar em busca da verdadeira paz, em busca da verdadeira democracia. Terão a coragem de enfrentar o Regime. Porque não há na história da humanidade um governo que pode oprimir um povo eternamente.

Dr. Jonas Savimbi

RESUMO

JORGE, Miguel Pimpão. Impacto socioeconômico da pandemia da covid-19 em Angola: Consequências da desproteção social das famílias residentes em Luanda (Bairro Chinguar). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista-UNESP- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS, 2025.

O presente trabalho de dissertação intitulado “Impacto socioeconómico da pandemia da covid-19 em Angola: Consêquências da desproteção social das famílias residentes em Luanda (Bairro Chinguar). Nosso objetivo consistiu Analisar o impacto socioeconómico da Covid-19 às famílias carenciadas no bairro Chinguar (Luanda) durante o distanciamento social na pandemia/COVID-19 no ano de 2020, nesse ponto, procurou-se analisar como algumas famílias que sobrevivem do mercado informal, foram afetadas durante a pandemia e de que forma as medidas governativas tomadas durante esse período afetou a dinâmica de vida dessas famílias. Optou-se por uma abordagem qualitativa, com embasamento na perspectiva do materialismo histórico-dialético, recorrendo ao suporte teórico por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Para realizar a pesquisa de campo optou-se pelas entrevistas semiestruturadas com 15 sujeitos (8 mulheres e sete homens), cada um deles representando 15 famílias da comunidade do bairro Chinguar em Luanda, trabalhadoras/es do mercado informal. Para a coleta de dados foi elaborado um guia de entrevistas com questões semiabertas uma vez que percebemos que no decorrer das entrevistas algumas perguntas podem surgir em função da conversa mantida com os sujeitos. Outro procedimento foi a observação direta, com a criação de roteiro de aspectos importantes a serem observados, usou-se um aparelho gravador de som para gravar as entrevistas e preservar a fidelidade dos relatos dos sujeitos que participaram dessa pesquisa. A pesquisa respeitou todos os aspectos éticos, como a submissão do projeto e dos instrumentos de recolha de dados ao comitê de ética e pesquisa da Unesp- Campus de Franca; autorização e o consentimento prévio dos participantes com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), permissão para o uso de gravador, de fotografias durante as entrevistas, além da adoção de nomes fictícios na elaboração do trabalho. Os resultados da pesquisa mostraram que as medidas tomadas pelo governo durante a pandemia aprofundaram a situação de pobreza dos trabalhadores informais, uma vez que a sua sobrevivência dependia do ganho diário das suas vendas, aumentou o número de desempregos no país, uma vez que muitas empresas faliram e tiveram que encerrar os seus serviços, provocando a perda de muitos postos de trabalho, obrigando muitas pessoas principalmente mulheres a recorrerem ao trabalho informal no intuito de garantir a sobrevivência familiar.

Palavras-Chave: Impacto socioeconômico; Covid-19; Famílias; Proteção social; Desproteção social.

ABSTRACT

JORGE, Miguel Pimpão. Socio-economic impact of the covid-19 pandemic in Angola: Consequences of the lack of social protection of families living in Luanda (Bairro Chinguar). Dissertation (master's in social service). São Paulo state university- UNESP- Faculty of Human and Social Sciences- FCHS, 2025.

This dissertation is entitled “Socioeconomic impact of the COVID-19 pandemic in Angola: Consequences of the lack of social protection of families living in Luanda (Chinguar neighborhood). Our objective was to analyze the socioeconomic impact of COVID-19 on needy families in the Chinguar neighborhood (Luanda) during social distancing during the COVID-19 pandemic in 2020. At this point, we sought to analyze how some families who survive in the informal market were affected during the pandemic and how government measures taken during this period affected the dynamics of these families' lives. We chose a qualitative approach, based on the perspective of historical-dialectical materialism, using theoretical support through bibliographic and documentary research. To carry out the field research, we chose semi-structured interviews with 15 subjects (8 women and seven men), each of them representing 15 families from the community of the Chinguar neighborhood in Luanda, workers in the market. informal. For data collection, an interview script with semi-open questions was prepared, since we realized that during the interviews some questions might arise due to the conversation held with the subjects. Another procedure was direct observation, with the creation of a script of important aspects to be observed. A sound recorder was used to record the interviews and preserve the fidelity of the reports of the subjects who participated in this research. The research complied with all ethical aspects, such as the submission of the project and data collection instruments to the ethics and research committee of Unesp- Campus de Franca; authorization and prior consent of the participants by signing the informed consent form (ICF), permission to use a recorder and photographs during the interviews, in addition to the adoption of fictitious names in the preparation of the work. The results of the research showed that the measures taken by the government during the pandemic deepened the poverty situation of informal workers, since their survival depended on the daily income from their sales; the number of unemployment in the country increased, since many companies went bankrupt and had to close their services, causing the loss of many jobs, forcing many people, especially women, to resort to informal work in order to ensure family survival.

Keywords: Socioeconomic impact; Covid-19; Families; social protection; Social lack of protection.

LISTA DE FIGURAS, IMAGENS, TABELAS E FOTOGRAFIAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do continente africano.....	p. 32
Figura 2 – Mapa de Angola com a nova Divisão Político Administrativa.....	p. 33
Figura 3 – Reinos históricos de Angola.....	p. 36
Figura 4 – Imagem no mapa do bairro Chinguar/Benfica.....	p. 49
Figura 5 – Números de casos de Covid-19 confirmados no mundo.....	p. 63
Figura 6 - Campo de deslocados da guerra civil, no município do Kuíto/Bié.....	p. 86
Figura 7- Edifício na província do Huambo, destroços deixados pela guerra civil	p. 87
Figura 8 - Lei da proteção social de Angola.....	p. 91
Figura 9 – Caricatura feita durante o período de quarentena.....	p. 121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alguns decretos assinados durante a Pandemia da Covid-19 em Angola.....	p. 64
Tabela 2 – Principais instrumentos legais da Comissão Africana de Direitos Humanos ratificados por Angola.....	p. 91
Tabela 3 – Características e perfil das/os participantes da pesquisa de campo.....	p. 106

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Uma mulher zungueira no mercado do bairro Chinguar.....	p. 51
Fotografia 2 – Mulheres vendendo no bairro 10 de dezembro.....	p. 52
Fotografia 3 – Homem trabalhando como alfaiate no mercado 10 de dezembro.....	p. 53
Fotografia 4 – Mulher zungueira com sua bebê nas costas.....	p. 112

LISTA DE SIGLAS

APROSOC- Apoio à Proteção Social em Angola
BAD- Banco Africano para o Desenvolvimento
BM- Banco Mundial
CEIC–UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica – Universidade Católica de Angola
FAS- Instituto de Desenvolvimento Local
FRESAN- Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional
GEPE- Gabinete de Estudos, Projetos e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDR- Inquérito sobre Despesas e Receitas
IEA – Inquérito ao Emprego em Angola
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPC-IG- International Policy Centre for Inclusive Growth
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGT – Lei Geral do Trabalho
MAPESS – (Antigo) Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
MAPTSS- Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MINAGRIF- Ministério da Agricultura e Florestas
MASFAMU- Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher
MATRE- Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado
MED- Ministério da Educação
MEP- Ministério da Economia e Planeamento
MESCTI- Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MIND- Ministério da Indústria
MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher
MINFIN- Ministério das Finanças
MINPESMAR- Ministério da Pesca e do Mar
MINPLAN- Ministério da Economia e Planeamento
MINS- Ministério da Saúde
MINTUR- Ministério do Turismo
MJD- Ministério da Juventude e Desporto
MOSAP II- Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores
MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE – Orçamento Geral do Estado
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC- Organização Mundial do Comercio
OMS- Organização Mundial da Saúde
PAC- Programa de Apoio ao Crédito
PAPE- Plano de Ação para Promoção da Empregabilidade
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PDN- Plano de Desenvolvimento Nacional
PIIM- Programa Integrado de Intervenção dos Municípios
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RETFOP- Revitalização do ensino técnico e da formação profissional
SNS- Serviço Nacional de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UE- União Europeia

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

VIH- Vírus de Imunodeficiências Humanas

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	18
II. METODOLOGIA.....	24
2.1 Desenho metodológico.....	24
2.2 Local do estudo	27
2.3 Participantes da pesquisa	28
2.4 Considerações éticas da pesquisa	29
2.5 Procedimentos de coleta de dados	29
2.6 Tratamento e análise dos dados	31
III. PERFIL GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA.....	32
3.1 Localização e extensão	32
3.2 Caracterização demográfica e étnica	34
3.3 Economia	39
3.4 Saúde.....	44
3.5 Perfil socioeconómico das famílias residentes no bairro Chinguar em função da Covid-19	49
IV. O IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA COVID-19 EM ANGOLA	55
4.1 Pandemias na história da humanidade	55
4.2 Medidas governativas na prevenção e combate à pandemia da covid-19 em angola e o impacto que elas tiveram sobre as famílias do bairro Chinguar	63
V - PROTEÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA.....	81
5.1 Normativas da proteção social na história de Angola.....	88
5.2 Programas de Proteção social das famílias em Angola.....	93
5.3 Aplicação da lei de proteção social em Angola	99
5.4 Proteção e desproteção governamental em tempos de Covid-19: seus efeitos a longo prazo	102
5.5 Efeitos de Longo Prazo e o Legado da Desproteção	103
5.6 Desafios Futuros e a Urgência de uma Proteção Social Robusta	104
VI – HISTÓRIA DE VIDA E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS DO BAIRRO CHINGUAR (LUANDA)	106
6.1 Identificação dos sujeitos da pesquisa	106
6.2 Manifestações das desproteções sociais durante a pandemia da Covid-19 categorias de análises.....	113
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICES	145
ANEXOS	150

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2019 ficou profundamente marcado pela eclosão da pandemia da COVID-19, um fenômeno que, embora biologicamente determinado por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), não se configura como um mero acidente sanitário. Pelo contrário, sua propagação global e seus impactos profundos desvelaram as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a intrínseca fragilidade das estruturas sociais por ele engendradas. A paralisia global, longe de ser uma "surpresa efusiva", revelou a incapacidade dos sistemas de saúde e das redes de proteção social, construídos sob a lógica do lucro e da acumulação, de responderem a uma crise de proporções sistêmicas.

A declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, embora tardia, apenas formalizou o que já se manifestava como uma realidade incontável. A velocidade de propagação do vírus, inicialmente na província chinesa de Hubei, não é dissociável da globalização capitalista, que, ao intensificar a circulação de mercadorias, capital e pessoas, criou as condições ideais para a disseminação viral em escala planetária. As primeiras medidas de contenção, como o isolamento social e o uso de equipamentos de proteção individual, foram impostas em um cenário de profunda ignorância científica e, mais alarmante, de um desinvestimento crônico em pesquisa, saúde pública e sistemas de vigilância epidemiológica – reflexos claros de uma histórica priorização do capital em detrimento da vida.

Em face dos primeiros casos registados em Luanda, no dia 26 de março de 2020, o Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, decretou Estado de Emergência Nacional no início da meia-noite do dia posterior, isto é, no dia 27 de março de 2020. Dessa forma, seguindo o exemplo de China e Itália, Angola começou a estabelecer decretos, proibindo a livre circulação de pessoas, fechando o comércio, as indústrias, mantendo apenas os serviços essenciais, como alimentação e medicamentos, reconhecendo, assim, os efeitos negativos da situação para a vida das pessoas.

Contudo, a imposição dessas medidas restritivas, que replicaram o padrão global de confinamento, teve um impacto ainda mais severo sobre uma formação social já profundamente marcada pela dependência econômica e por desigualdades sociais preexistentes. A fragilidade estrutural de Angola foi desnudada por fatores como a queda no preço do barril de petróleo, principal fonte de renda do país no mercado internacional, e a depreciação do Kwanza, a moeda oficial. Esses elementos evidenciaram a

vulnerabilidade intrínseca de uma economia baseada na exportação de *commodities* às flutuações do mercado internacional.

A pandemia de COVID-19, em vez de criar novos problemas, intensificou as chagas já existentes no tecido social angolano. O aumento do desemprego, a precarização do sistema de saúde e a ineficácia da segurança social não são meros efeitos colaterais da crise sanitária, mas sim a manifestação aguda das insuficiências de um modelo de desenvolvimento que historicamente subordina as necessidades sociais aos ditames do capital. Desse modo, o confinamento obrigatório, embora necessário do ponto de vista sanitário, impôs ônus desproporcionais às classes trabalhadoras e aos setores mais vulneráveis da população, que, desprovidos de reservas financeiras e de acesso a redes de proteção, foram lançados em uma situação de ainda maior desamparo.

Consequentemente, mesmo com a declaração da OMS do fim da emergência de saúde pública em 5 de maio de 2023, o "retorno à normalidade" é uma ilusão. O mundo "pós-COVID-19" não representa um retorno ao *status quo ante*, mas sim a agudização das contradições preexistentes. Em Angola, as estratégias de mitigação da pandemia, longe de resolverem as disparidades sociais, as aprofundaram. Assim, a pauperização das famílias, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a má gestão dos recursos financeiros, e a escassez e o acesso limitado a bens e serviços não são legados exclusivos da pandemia, mas sim a revelação da crise estrutural e do subdesenvolvimento endêmico do país.

Nesse cenário, a "batalha" e a "resiliência" do povo angolano, muitas vezes celebradas, são na verdade expressões de sua notável capacidade de resistência diante da exploração e da miséria. A pandemia não "causou" todos esses problemas, mas agiu inquestionavelmente como um catalisador, expondo e exacerbando as fissuras de um sistema social que prioriza a acumulação de capital em detrimento do bem-estar coletivo. As vulnerabilidades sociais, a pobreza e a falta de acesso a condições dignas de vida estão profundamente enraizadas na cotidianidade dos cidadãos angolanos, projetando uma crise socioeconômica que não se vislumbra superada a curto prazo.

Portanto, a pandemia de COVID-19 revelou de forma contundente que as crises sanitárias são inseparáveis das crises sociais e econômicas. O "mundo antes da COVID-19" e o "mundo após" são, em essência, fases distintas de uma mesma totalidade: o modo de produção capitalista e suas intrínsecas contradições. A desproteção social vivenciada por diversas famílias angolanas não é uma anomalia, mas a expressão da lógica

desumanizante de um sistema que, em sua busca incessante por lucro, marginaliza e desumaniza grande parte da população. A compreensão dessa conjuntura pandêmica no contexto angolano exige, assim, uma análise que vá além dos aspectos biomédicos, adentrando as estruturas de poder, as relações de produção e a luta de classes.

A escolha desta temática de pesquisa não é fortuita, mas sim uma imperativa resposta à crise estrutural e à agudização das contradições de classe em Angola, expostas e intensificadas pela pandemia de COVID-19. Longe de ser um fenômeno isolado, a pauperização das famílias angolanas, especialmente nas periferias, é um sintoma da desigualdade inerente ao sistema capitalista dependente, onde a acumulação de capital se processa às custas da expropriação e precarização da força de trabalho. A pandemia, em 2020, com suas medidas de confinamento e a retração econômica, não criou a miséria, mas revelou de forma brutal a fragilidade de uma economia já cronicamente enferma, impulsionando o desemprego, a escassez de bens e serviços, e aprofundando a vulnerabilidade das massas trabalhadoras.

Nesse contexto de precarização acentuada, a relevância deste estudo para o Serviço Social transcende a mera análise acadêmica; constitui um chamado à ação e à reafirmação de seus princípios fundantes. Numa conjuntura de crise sistêmica, onde o bem-estar social, a justiça social, a dignidade humana e a solidariedade são incessantemente postas à prova, a profissão se vê na linha de frente da luta contra as consequências sociais do capital. As dificuldades impostas pela pandemia desnudaram a falácia de um Estado que historicamente falha em garantir os direitos sociais básicos, exigindo do Serviço Social uma postura crítica, propositiva e de engajamento na construção de alternativas à barbárie social.

A contemporaneidade da temática reside nas cicatrizes ainda visíveis da pandemia na sociedade angolana, que alterou irreversivelmente as relações sociais e as estruturas de poder. A COVID-19 não foi apenas um evento sanitário; foi um catalisador de transformações profundas, que desmascarou a precariedade dos sistemas governamentais, sanitários, educacionais e de proteção social. O "novo normal" não é uma utopia, mas a reconfiguração do sistema para perpetuar a exploração, exigindo uma compreensão aprofundada do fenômeno para além das aparências, com foco nas modificações estruturais e superestruturais que se operaram.

Este trabalho não se limita à descrição da realidade; almeja ser um instrumento de subsídio para futuras investigações e, crucialmente, para a formulação de políticas

públicas verdadeiramente emancipatórias. A pesquisa em Saúde Pública, Economia Social e Política Social deve ser direcionada para a desconstrução das narrativas hegemônicas e para a compreensão das raízes materiais da vulnerabilidade social. A observação do aumento da mendicidade e da busca por subsistência no lixo, mesmo em zonas "nobres" de Luanda, é a evidência cabal de uma falha sistêmica que exige não apenas ações paliativas, mas uma revisão radical das prioridades estatais, focando na garantia de direitos e na redução das desigualdades de classe.

A escolha do bairro Chinguar, em Talatona, como recorte espacial, não é aleatória. Essa localidade representa uma expressão concreta da contradição entre o desenvolvimento capitalista excludente e a persistência da pobreza nas periferias urbanas. Sendo uma área periférica inserida em um município de "nível médio-alto", o Chinguar é um microcosmo das tensões de classe e das dinâmicas de reprodução da miséria, que preexistiam à pandemia e foram por ela intensificadas. A continuidade da pesquisa neste bairro, a partir de uma nova vertente e abordagem, permite aprofundar a análise das formas de sobrevivência e resistência das famílias em situação de desproteção social.

Diante o que foi exposto, o estudo teve como objetivo geral: analisar o impacto socioeconômico da COVID-19 às famílias carenciadas no bairro Chinguar (Luanda) durante o período de distanciamento social na pandemia/Covid-19 no ano de 2020.

Objetivos específicos foram:

- Caracterizar o perfil socioeconômico das famílias carenciadas residentes no bairro Chinguar, em Luanda, durante o período de distanciamento social em função das transformações impostas pela COVID-19,
- Identificar as principais alterações na renda, no emprego e no acesso a bens e serviços essenciais e os mecanismos de sobrevivência adotados por essas famílias como consequência das medidas de contenção.
- Analisar criticamente o impacto das medidas estatais de distanciamento social na pandemia de COVID-19 sobre as famílias do bairro Chinguar, avaliando a efetividade das políticas públicas em mitigar a vulnerabilidade social e as desigualdades.

Para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos, a pesquisa de campo foi desenvolvida seguindo uma estratégia metodológica que permitiu aprofundar a compreensão sobre o impacto da COVID-19 nas famílias do bairro Chinguar.

A pesquisa de campo foi conduzida com uma dinâmica que buscou, primeiramente, identificar o perfil socioeconômico das famílias do bairro Chinguar impactadas pela COVID-19. Para isso, o primeiro objetivo específico, "Caracterizar o perfil socioeconômico das famílias carentes residentes no bairro Chinguar, em Luanda, durante o período de distanciamento social em função das transformações impostas pela COVID-19", foi alcançado por meio da coleta de informações via questionário de pesquisa, que permitiu conhecer algumas dessas famílias. Além disso, a administração local forneceu dados importantes, possibilitando um levantamento e a definição do perfil das famílias que residem em sua área.

Para o segundo objetivo específico, "Identificar as principais alterações na renda, no emprego e no acesso a bens e serviços essenciais e os mecanismos de sobrevivência adotados por essas famílias como consequência das medidas de contenção", foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas foram cruciais para entender, a partir da vivência dos participantes, suas percepções sobre a situação enfrentada durante a pandemia e as estratégias de superação adotadas.

Por fim, o terceiro objetivo específico, "Analisar criticamente o impacto das medidas estatais de distanciamento social na pandemia de COVID-19 sobre as famílias do bairro Chinguar, avaliando a efetividade das políticas públicas em mitigar a vulnerabilidade social e as desigualdades", foi investigado com base em questões elaboradas sobre: acesso à informação sobre a COVID-19; acompanhamento geral que essas famílias tiveram durante a pandemia; rede de apoio (em suas diversas dimensões, como Estado e sociedade civil); e as políticas e medidas de suporte implementadas pelo governo durante o período pandêmico para auxiliar essas famílias.

A estrutura desta dissertação foi cuidadosamente concebida para desenvolver a análise de forma progressiva e articulada. Iniciamos com uma contextualização macroestrutural, que serve de base para, em seguida, aprofundar as dinâmicas da crise abordada. Por fim, chegamos às vivências microsociais do objeto de estudo, explorando a realidade vivida pelas famílias. Essa organização em quatro capítulos reflete a trajetória da pesquisa e a aplicação do referencial teórico-metodológico adotado, garantindo uma abordagem completa e integrada.

O primeiro capítulo estabelece as bases para uma compreensão aprofundada da formação social angolana. Nele, realiza-se um diagnóstico geográfico, demográfico e socioeconômico que expõe as relações de produção e reprodução da vida predominantes no país. A análise não se limita a dados, mas busca identificar as estruturas de poder e as desigualdades que caracterizam a realidade angolana, com um enfoque específico no bairro Chinguar como microssistema representativo das dinâmicas mais amplas. Este panorama é crucial para situar as condições materiais de existência da comunidade em estudo e compreender as raízes históricas e econômicas de sua vulnerabilidade.

Dando prosseguimento, o segundo capítulo aborda o impacto socioeconômico da pandemia de COVID-19 em Angola, transcendendo a superfície dos dados epidemiológicos para desvendar as relações sociais e econômicas subjacentes. Examina-se criticamente as medidas governamentais implementadas, não como ações neutras, mas como intervenções políticas que refletem e aprofundam as contradições do sistema. A análise foca em como essas medidas, frequentemente desconectadas das necessidades materiais da classe trabalhadora, exacerbaram a desproteção social das famílias, evidenciando as limitações e as falhas estruturais na gestão da crise.

O terceiro capítulo, por sua vez, dedica-se a uma análise histórico-crítica do sistema de proteção social em Angola. Através de uma incursão na gênese e evolução histórica desse sistema, busca-se compreender como as relações de poder e as formações econômicas moldaram suas características atuais. A investigação vai além da descrição de programas, procurando desvelar como a adoção de determinadas políticas está intrinsecamente ligada aos interesses das classes dominantes. Desmistifica-se, assim, a proteção social como um simples mecanismo de assistência, revelando-a como um campo de disputa e luta pela garantia de direitos básicos.

Por fim, o quarto e último capítulo mergulha nas experiências concretas das famílias do bairro Chinguar durante a pandemia. Longe de uma narrativa meramente descritiva, este capítulo analisa as estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas pelas comunidades diante da intensificação das precariedades. As "histórias" são aqui compreendidas como expressões coletivas da luta pela reprodução da vida. A análise focará em como a ação coletiva e as redes informais emergiram como respostas às falhas do sistema formal, revelando a capacidade de agência das classes subalternas e identificando as lições e possibilidades de transformação social que emergem dessas experiências.

II. METODOLOGIA

Esta seção detalha os procedimentos metodológicos que fundamentaram a realização deste estudo e que resultaram na elaboração desta dissertação. A metodologia, conforme Gil (2006), constitui o conjunto de regras, normas e princípios que conferem caráter científico à investigação, orientando o pesquisador no alcance dos objetivos propostos.

Kakuart e colaboradores (2010) expandem essa compreensão, definindo a metodologia como uma explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda a ação desenvolvida no percurso da pesquisa. Isso inclui desde o tipo de estudo e os instrumentos utilizados (como questionários ou entrevistas) até a delimitação temporal, a composição da equipe de pesquisadores, a divisão do trabalho e as estratégias para tabulação e tratamento dos dados. Em essência, abrange todos os elementos empregados no processo investigativo.

No âmbito da produção científica, é fundamental destacar, ainda, a perspectiva de Isidro (2019, p. 16), que se refere ao método como uma "opção política, uma maneira de compreender/apreender e explicar o mundo." Essa visão ressalta que, apesar de sua definição ampla, o método não é um caminho universalmente aceito, evidenciando a natureza construída e contextualizada de toda escolha metodológica.

Dessa forma, tal como defende o autor, entendemos o método não apenas como um caminho, mas como uma forma e modo de posicionamento político por parte do pesquisador, alinhada a uma determinada visão de mundo, que pode significar, defesa ou não de uma determinada forma de sociabilidade dentro da sociedade em que está inserido.

2.1 Desenho metodológico

Para o desenvolvimento desta pesquisa, empregou-se uma abordagem metodológica qualitativa e de cunho exploratório, alicerçada no referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético.

Priorizamos a pesquisa qualitativa para nossa análise, pois ela nos permite ir além dos números. Com essa abordagem, conseguimos explorar em profundidade os significados, motivações e percepções dos participantes, entendendo a realidade de forma mais complexa (Minayo, 2012). Isso nos ajudou a contextualizar a problemática em seu

ambiente histórico-cultural, desvendando suas causas e consequências, e valorizando as interações sociais e subjetividades.

Como destaca Minayo (1993), essa escolha também nos alinha a uma perspectiva que reconhece a historicidade dinâmica e a não-neutralidade do pesquisador, elementos cruciais para uma análise aprofundada das relações sociais. Para complementar, a pesquisa bibliográfica foi essencial, fornecendo uma vasta gama de informações e dados de diversas fontes (Lima e Miotto, 2007).

A natureza exploratória do estudo se justifica pela necessidade de uma aproximação inicial e aprofundada com o objeto investigado, buscando maior familiaridade com o problema (Kakuark, Manhães e Medeiros, 2010). Este tipo de pesquisa, frequentemente associado a estudos de caso (Del-Masso et al., 2014), permite ao pesquisador imergir na temática e delinear as dimensões do fenômeno em questão.

O presente estudo foi ancorado no referencial teórico-metodológico Materialista Histórico-Dialético. Essa escolha se justifica por sua capacidade de apreender a realidade social não como um conjunto de fatos isolados, mas como uma totalidade em constante movimento, onde os fenômenos são compreendidos por suas interconexões e transformações dinâmicas. Orientada pela ontologia do ser social proposta por Marx, essa abordagem ofereceu o instrumental teórico e metodológico necessário para interpretar a complexidade da realidade investigada (Franco et al., 2013).

A opção pelo materialismo histórico-dialético também ressoa com sua relevância para o Serviço Social. Historicamente, essa perspectiva foi fundamental para o movimento de reconceituação da profissão, impulsionando um rompimento com práticas conservadoras, fundamentando o Projeto Ético-Político e o atual Código de Ética da profissão em seus pressupostos críticos no contexto brasileiro e que por sua grande influência até do ponto de vista histórico, as mesmas diretrizes também influenciam o contexto angolano. Diniz (2019) compreende o materialismo histórico-dialético enquanto:

[...] teoria social que possibilita a apreensão crítica sobre as mediações da realidade social. Método que se vincula a um projeto revolucionário, pautado também em razões ideopolíticas, que visam ao desvendamento dos alicerces da sociedade burguesa e permite a construção de ações práticas orientadas para a transformação. Movimenta-se pelo olhar político sobre o real, que nega neutralidade e, por isso, passa a firmar conexões e

entender as mediações ocultas nas relações da sociedade capitalista. (Diniz, 2019, p.43-44).

No percurso metodológico, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental para identificar autoras(es) e dados que possam contribuir com a temática, além da leitura analítica que proporcionará o aprofundamento do estudo e perpassará todo o processo da pesquisa. Este método, conforme enfatizado por Pakisi (2020) e Gil (2002), é desenvolvida a partir de registros já existentes em documentos impressos, como livros, artigos científicos e teses e todo o material já produzido — seja escrito, verbalizado ou audiovisual — sobre o tema. Trata-se de uma estratégia que visa reunir informações e dados dispersos em publicações diversas, servindo como base sólida para a construção da investigação.

Para este estudo, especificamente, a revisão bibliográfica permitiu analisar a perspectiva de diversos autores sobre como as muitas famílias foram afetadas durante a COVID-19, considerando as normativas governamentais instituídas durante esse período. Desta forma, o estudo recorreu a autores angolanos como Amor Monteiro, Simão João Samba, Eduardo Carlos Isidro e Indira Monteiro, que se dedicam à temática da proteção social em Angola. Dentre eles, destacam-se as produções de Amor Monteiro e Eduardo Carlos Isidro, que se figuram entre os poucos trabalhos do Serviço Social angolano a abordar o impacto da COVID-19 no contexto local. Complementarmente, foram consultados autores como Netto, Scherer, Corsi, Oliveira e Sposati. Suas reflexões oferecem perspectivas valiosas sobre a realidade social de países do Sul Global, caracterizados por economias dependentes, enriquecendo a compreensão das dinâmicas observadas em Angola.

Reconhecendo a limitada produção acadêmica sobre o impacto da COVID-19 na vida de famílias em situação de desproteção social no bairro Chinguar, em Luanda, esta pesquisa propôs uma análise aprofundada. O intuito foi gerar conhecimento que transcende a mera compreensão da problemática, buscando oferecer um panorama de possibilidades para a elaboração e implementação de políticas públicas no contexto angolano, particularmente em cenários de crises sociossanitária. Para a presente pesquisa, baseand0-se na pesquisa documental, recorreu-se às seguintes fontes primárias: leis, regulamentos, decretos, documentos oficiais do governo, dados do censo disponibilizados na página oficial do Instituto Nacional de Estatística (INE). E fontes secundárias: Os

Formulários, anotações e outros documentos produzidos pela Administração Municipal do Benfica durante as várias atividades desenvolvidas durante a Covid-19.

Para a coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas. Essa técnica foi selecionada por sua flexibilidade no planejamento, que potencializou a expressão dos pontos de vista dos entrevistados e possibilitou ao pesquisador ajustar o roteiro a partir da interação, contribuindo para uma descrição mais rica e uma compreensão aprofundada dos fenômenos investigados (Flick, 2004).

Finalmente, para a análise dos dados coletados nas entrevistas, aplicou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Este método qualitativo foi escolhido por sua capacidade de permitir uma compreensão aprofundada das narrativas e experiências dos participantes, desvelando os significados e as percepções inerentes às suas falas e contribuindo para a explicação dos achados científicos.

2.2 Local do estudo

Este estudo foi realizado no bairro Chinguar, situado no distrito urbano do Benfica, que pertence ao município de Talatona, em Luanda, Angola. Para situar o leitor geograficamente: Luanda é a capital e maior cidade de Angola, localizada na costa oeste da África Austral. O município de Talatona, ao qual Chinguar e Benfica pertencem, está localizado na zona sul de Luanda. O Benfica é um dos bairros mais recentes e de rápido crescimento na cidade.

Chinguar, inserido no Benfica, reflete a dinâmica de expansão urbana de Luanda. É caracterizado por uma mistura de áreas urbanizadas e ocupações informais, criando um cenário de desenvolvimento heterogêneo. Em relação aos bairros vizinhos, Chinguar faz fronteira com áreas como o Patriota a norte, e outras extensões do próprio Benfica a leste, oeste e sul, incluindo zonas mais consolidadas e outras em fase de expansão. Essa localização específica insere o bairro em um contexto de intensa transformação social e urbanística.

O interesse em desenvolver esta pesquisa em Chinguar surgiu da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as condições de vida nessa localidade. O bairro reflete as desigualdades infraestruturais comuns em grandes centros urbanos angolanos, onde muitos moradores enfrentam desafios significativos no acesso a serviços básicos.

Chinguar, no Benfica, é uma área em constante transformação, marcada pela coexistência de diversas realidades socioeconômicas. Apesar dos esforços de urbanização e das iniciativas de apoio social, os desafios relacionados à infraestrutura básica e à organização urbana ainda são proeminentes, impactando diretamente a qualidade de vida de seus habitantes. Essa complexidade social e a urgência das questões que afetam os moradores foram os principais motivadores para a escolha deste local como foco de investigação.

2.3 Participantes da pesquisa

Para que a pesquisa alcançasse seus objetivos, a definição da população e da amostra foi crucial. Conforme Gil (2002), a população de estudo (ou universo) abrange a totalidade de indivíduos que partilham características comuns e são selecionados para uma investigação. A amostra, por sua vez, constitui uma parcela representativa dessa população, selecionada para a concretização do estudo.

Para esta investigação, a amostra foi composta por 15 famílias residentes no bairro. A maioria dessas famílias é numerosa, com uma média de 6 a 9 membros, e uma predominância de crianças menores de 5 anos. A sobrevivência dessas famílias, em grande parte, depende das atividades do mercado informal.

Dentre as 15 famílias, foram entrevistados 15 representantes, sendo 8 mulheres e 7 homens. A seleção desses participantes foi aleatória dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, além de demonstrar interesse e disponibilidade para colaborar com a pesquisa. Para garantir a representatividade de cada núcleo familiar, foi selecionado um único representante por família para a realização das entrevistas.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a escolha do representante de cada família foram:

- Ser morador(a) do bairro Chinguar (Luanda).
- Ter residido no bairro durante o período pandêmico da COVID-19 (ano de 2020).
- Ser maior de idade.
- Estar em condições de autonomia e independência para participar da pesquisa.
- Concordar em participar voluntariamente do estudo.

Por outro lado, os critérios de exclusão abrangeram:

- A impossibilidade de participação devido a condições de saúde do membro representante.
- A recusa ou desistência do participante em qualquer etapa da pesquisa.

2.4 Considerações éticas da pesquisa

A realização deste estudo seguiu rigorosos preceitos éticos. O projeto foi aprovado previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer nº CAAE 75817923.6.0000.5408 e a aprovação institucional também foi obtida (Anexo 3). A coleta de dados só teve início após essa aprovação integral dos instrumentos de pesquisa. Para formalizar a participação, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado em linguagem acessível (Apêndice 3). As participantes tiveram tempo para ler o documento, sanar dúvidas e oferecer sugestões antes de assiná-lo em duas vias, garantindo sua participação voluntária e consciente, sem riscos previsíveis. Além disso, asseguramos a confidencialidade das informações e a preservação da identidade das participantes, utilizando nomes fictícios selecionados aleatoriamente para identificá-las no estudo.

2.5 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, agendadas em dias, horários e locais convenientes às necessidades das(os) participantes. Para garantir a acessibilidade e a clareza, o roteiro das perguntas foi elaborado com um vocabulário o mais simples possível, visando pessoas com qualquer nível de escolaridade.

Antes da aplicação final, um pré-teste foi conduzido com dois participantes (moradores do bairro que possuíam proximidade com o pesquisador). Este procedimento visou avaliar a adequação do roteiro aos objetivos do estudo, verificar a compreensibilidade das perguntas, analisar os sentimentos dos participantes em relação à pesquisa, estimar o tempo médio de cada entrevista e prever possíveis situações no campo. O diálogo e a criação de vínculo foram priorizados como forma de estabelecer uma relação de confiança com os participantes, essencial para a qualidade dos registros.

Para as entrevistas semiestruturadas utilizou-se o guião de entrevista, constituído por questões que já pré-definidas (apêndice 1), mas que ao mesmo tempo deram possibilidades ao pesquisador de explorar outras questões que surgiam ao longo das conversas mantidas com os sujeitos, permitindo dessa forma se fazer uma exploração além daquilo que eles respondiam. A técnica de Observação não estruturada, que foi outra base fundamental do trabalho de campo que foi realizado, permitiu observar outras

possibilidades e contradições dentro do ambiente em que foram realizadas as entrevistas, tal como consta no (apêndice 2).

A coleta dos dados das entrevistas foi realizada com o auxílio de um aparelho de gravação, mediante a permissão dos participantes. Optou-se pelo aplicativo móvel "GRAVADOR DE VOZ", previamente instalado no celular do pesquisador, por sua praticidade e funcionalidade *offline* (disponível na Google Play Store). Essa escolha metodológica assegurou a fidelidade dos depoimentos, um aspecto crucial para a pesquisa. Além disso, a gravação liberou o pesquisador, em sua função de entrevistador, para se concentrar inteiramente na escuta e observação atenta dos relatos. Isso possibilitou a inserção de perguntas de elucidação pontuais, contribuindo significativamente para o aprofundamento do tema abordado nas entrevistas.

Tal como afirma Gil (2008):

O modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso do gravador. A anotação posterior à entrevista apresenta dois inconvenientes: os limites da memória humanos que não possibilitam a retenção da totalidade da informação e a distorção decorrente dos elementos subjetivos que se projetam na reprodução da entrevista (Gil, 2008, P. 119).

As entrevistas foram realizadas individualmente ao longo de dois meses, de janeiro a março. Cada sessão teve uma duração aproximada de 30 a 40 minutos, e os locais foram escolhidos para melhor atender às necessidades dos participantes: em suas residências (em um espaço isolado para garantir a privacidade e a continuidade) ou em seus locais de trabalho (com pausas para atender clientes, quando necessário). Os agendamentos ocorreram em dias e horários flexíveis, preferencialmente durante a semana, para se adequar à rotina de cada entrevistado.

Considerando que os participantes já tinham familiaridade com o roteiro da entrevista, as respostas às perguntas principais foram prontamente fornecidas. Apenas as questões adicionais exigiram um momento de reflexão mais aprofundada, mas as informações obtidas nessas instâncias se mostraram cruciais para o enriquecimento e o sucesso da pesquisa.

2.6 Tratamento e análise dos dados

O tratamento e a análise dos dados desta pesquisa foram realizados exclusivamente sob uma abordagem qualitativa, empregando a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse método compreende as fases de organização da análise, codificação, categorização, e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para operacionalizar essas etapas, seguimos os oito passos sintetizados por Silva e Fossá (2015).

- 1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos);
- 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;
- 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza);
- 6) Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;
- 7) Agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais);
- 8) Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

III. PERFIL GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA

3.1 Localização e extensão

Localizada no sudoeste do continente africano, a República de Angola deriva seu nome do termo em kimbundo "N'gola", uma homenagem ao título dos reis do antigo reino do Ndongo, existente na época da invasão portuguesa no território da atual República de Angola no século XVI (Monteiro, 2012). A palavra "N'gola" tem raízes no vocábulo "N'golo", que significa "força" nas línguas kimbundo e kikongo, faladas respectivamente pelos povos ambundos e bakongos. No mapa do continente africano, Angola apresenta um formato aproximadamente quadrangular (Pélissier & Wheeler, 2011).

O país compartilha fronteiras com a República Democrática do Congo e o Congo (Brazzaville) ao norte, a Zâmbia a leste, a Namíbia ao sul e o Oceano Atlântico a oeste, com uma extensão marítima de 1.650 km e 4.827 km de fronteira terrestre (Samba, 2018). O país se destaca como a terceira maior nação ao sul do Saara e a maior entre os países africanos de língua portuguesa (Nguluve, 2010), conforme mostra a **Figura 1**, a seguir:

Figura 1- Mapa do continente africano



Fonte: Disponível em: <https://bigslam.pt/noticias/paises-africanos-alguns-nomes-e-suas-etimologias/>.

Acesso em 08 dez. 2024.

3.2 Caracterização demográfica e étnica

Angola possui uma população estimada em 34,5 milhões de habitantes, conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022). Essa nação pluriétnica é o resultado da fusão de diversos povos e reinos africanos, historicamente localizados entre as regiões da África Austral e Central. Dentre esses grupos, destaca-se o povo Khoisan, considerado um dos mais antigos do planeta. A denominação "Khoisan" deriva da combinação de termos como "khoi khoi" (que significa "homem") e "San" (referente a ações como acumular, colher, arrancar ou capturar), refletindo as discussões em torno de sua origem e nomenclatura.

No entanto, segundo Kondja (2021):

O termo San é uma evolução de “Sonqua/Soaqua” (plural masculino) ou “Saan/Saon” (plural de gênero comum). Originário das línguas Khoikhoi, san significa “aborígenes” ou “autóctones”, pessoa originária da terra em que habita. O etnónimo Sonqua foi amplamente difundido em documentos holandeses e ingleses desde o século XVII. (Kondja, 2021, p. 11).

A formação demográfica de Angola é marcada pela presença ancestral de povos como os Pigmeus, Vátuas e Khoisan, que se destacam por suas diversas atividades socioeconômicas, valores culturais e sistemas políticos, conforme enfatizado por Wheeler e Pélissier.

Contudo, a maior parte da população angolana é de origem bantu. Segundo Mbokolo (2011), a migração do povo Bantu teve início no Benué Médio, região fronteira entre a Nigéria e os Camarões. A expansão desses povos ocorreu por duas vias principais: uma em direção ao Leste e Oeste, através das savanas e da faixa Atlântica, e outra para Leste, percorrendo as savanas do Norte e os planaltos dos Grandes Lagos. Foi por essa segunda via que chegaram ao País Luba, no Shaba, considerado o núcleo principal de irradiação das atuais línguas do grupo Bantu, de onde se estenderam até a África Austral, alcançando o território angolano (Mbokolo, 2011, p. 89).

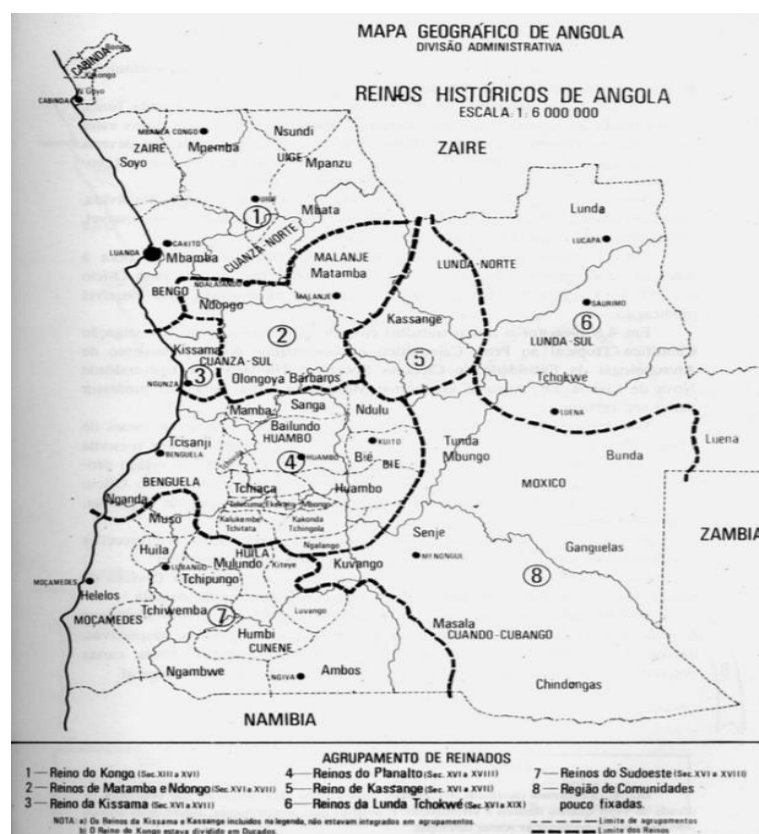
Esse processo de migração e a consequente instalação massiva do povo Bantu no território da atual República de Angola deflagraram um processo de ocupação de terras e, por conseguinte, de exclusão dos povos San, que eram os residentes originais. Desse intenso processo de reorganização social, emergiram diversos reinos que se espalharam por todo o território angolano.

O Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA) apresenta a seguinte distribuição desses reinos pelo território nacional:

- O Império do Kongo (séculos XIII a XVI) abrangia as províncias do Zaire, Kwanza Norte, Uíge, parte do Bengo e a porção norte de Malanje.
- Os Reinos de Matamba e Ndongo (séculos XVI a XVII) incluíam partes de Malanje, do Bengo e quase a totalidade do Kwanza Sul.
- O Reino da Kissama (séculos XVI a XVII) localizava-se na faixa costeira do Kwanza Sul.
- Os Reinos do Planalto (séculos XVI a XVII) compreendiam Sanga, Ndalú, Mamba, Bailundo, Tchiaca, Nganda, Tchisange, Huambo e Bié.
- O Reino de Kassange (séculos XVI a XVII) englobava parte do Bié, a Baixa de Kassange e a porção ocidental da Lunda Norte.
- Os Reinos da Lunda Tchokwe ou Império Lunda (séculos XVI a XVII) abrangiam a Lunda Norte, e o Reino Tchokwe se estendia por parte da Lunda Norte, toda a Lunda Sul e parte do Moxico.
- Os Reinos do Sudoeste (séculos XVI a XVII) eram Muso, Huíla, Mulundo, Helelos, Tchipungo, Tchiwemba, Nagambwe e Ambós.
- O Reino de Cabinda correspondia aproximadamente ao território da atual província de mesmo nome, tendo se tornado protetorado de Portugal no século XIX e, posteriormente, distrito de Cabinda sob as autoridades coloniais portuguesas.

Vale ressaltar que, conforme Fonseca (2024), existem algumas divergências quanto aos limites exatos e às extensões territoriais desses reinos, como evidenciado na **Figura 3**. Contudo, apesar dessas variações, os limites apontados são bastante aproximados e fornecem uma compreensão clara da divisão territorial desses reinos históricos em Angola.

Figura 3- Reinos históricos de Angola



Fonte: <https://culturabantuaforbrasilera.blogspot.com/2013/06/antigos-reinos-de-angola.html/>. Disponível em 15 de set. 2024.

A composição étnica de Angola é intrinsecamente moldada por um longo período de colonização e escravização portuguesa. Atualmente, a população é majoritariamente bantu, com a presença de comunidades Khoisan e descendentes de europeus, resultado direto desse processo histórico.

Embora existam cidadãos de origem europeia e comunidades San, a vasta maioria da população angolana pertence ao grupo étnico Bantu. Redinha (1975, p. 8) detalha as seguintes subdivisões etnolinguísticas principais: Quicongo (Kikongu ou Conguês); Quimbundo (Kimbundu ou Tymbundu); Lunda-Quioco (Lunda-Kioco ou Lunda-Tshokwe); Umbundo (ou Ovimbundu); Ganguela (ou Ngangela); Nhaneca-Humbe (ou Nyaneka-Lumkumbi); Ambó (ou Vaambo, também designado Xikwanyama); Herero (ou Tjiherero); e o grupo etnolinguístico Xindonga ou Oshindonga. Além dessas, mais de 30 outras línguas são faladas por pequenos grupos, todas sobre o fundo geral da língua bantu.

Essa vasta diversidade linguística e cultural, apesar das diferenças pontuais, apresenta notáveis semelhanças em hábitos e costumes, evidenciando um tronco cultural comum.

Em consequência do processo de colonização portuguesa, o português tornou-se a língua oficial do país (Nguluve, 2010), sendo falado em todo o território nacional. Angola, portanto, figura como a segunda maior nação lusófona do mundo, superada apenas pelo Brasil.

A influência do colonizador português estendeu-se profundamente ao domínio religioso. Atualmente, a maior parte da população angolana professa o cristianismo, em detrimento das religiões de matriz africana. O número de indivíduos que ainda conservam essas práticas ancestrais de espiritualidade é reduzido, com poucos vestígios dessas formas de adoração de antepassados, especialmente nos grandes centros urbanos. O processo de colonização no continente africano, assim como no Brasil, utilizou a igreja como um mecanismo eficaz para facilitar a dominação em massa. De acordo com a tradição cristã (catolicismo), esse processo de colonização e escravização era justificado pela própria vontade divina de disseminar a "verdadeira fé" a todos os povos, uma tradição reafirmada por Hoornaert (1998):

[...] o processo de colonização fazia parte do desígnio geral de Deus de permitir que todos os povos do mundo conhecessem a verdadeira fé. No dizer de Vieira, era impossível a evangelização sem a colonização. Por esse motivo, acreditava-se que a “descoberta” e a “conquista” das Índias tinham sido a obra do próprio Deus [...] (Hoornaert, 1998, p. 554).

A pretensão de converter os povos africanos à "verdadeira fé" estava intrinsecamente ligada a crenças do clero europeu, que associava a pele negra à linhagem de Cam. Segundo a mitologia cristã, Cam, amaldiçoado por Noé após ter visto a nudez de seu pai, e seus descendentes estariam sentenciados à escravidão perpétua (Harris, 2010, p. 136). Essa interpretação teológica serviu como uma base ideológica para justificar a escravidão e a dominação.

Para obter sucesso na evangelização em solo angolano, os portugueses, ao estabelecerem contato com as lideranças do Reino do Congo no século XVI, empregaram uma estratégia de sincretismo. Alberto da Costa e Silva (2002) apresenta duas razões que contribuíram para a aceitação da nova religiosidade pelos nativos. Primeiramente, no contato inicial, os povos africanos, especialmente os do Reino do Congo, interpretaram a

chegada dos europeus como a vinda de "almas do além", confundindo-os com amigos falecidos e ancestrais. Essa percepção era reforçada pela cor pálida da pele dos europeus e por sua língua desconhecida. A crença difundida era que "[...] ao falecer um homem, sua alma cruzava as águas e assumia uma nova forma num corpo novo, de cor branca. Mudava de nome e talvez até de língua" (Silva, 2002, p. 359). Assim, os povos africanos acreditavam que o oceano separava os mundos dos vivos e dos mortos, e que os "visitantes" seriam espíritos ancestrais, atuando como intermediários entre eles e o além.

Uma segunda razão, também apontada por Costa e Silva (2002), reside nas semelhanças estruturais entre o catolicismo e as religiões de matriz africana. Essas similaridades facilitaram a aceitação da crença cristã pelos povos africanos. A população do Reino do Congo, por exemplo, apropriou-se de atributos do cristianismo devido à sua semelhança com suas próprias formas de culto e adoração. Destacam-se, nesse contexto, a crença compartilhada na existência de feiticeiros (embora com concepções possivelmente distintas), a correspondência entre as procissões católicas e os rituais africanos para invocar chuva, e o uso de pequenas cruzes e medalhas de santos pelos cristãos, que se assemelhavam aos saquinhos mágicos e talismãs usados pelos nativos.

Embora a primeira razão apresentada por Costa e Silva (2002) ganhe peso pela escassez de informações sobre as empreitadas africanas anteriores à Era das Grandes Navegações Europeias, a segunda razão parece reunir maior consenso entre os estudiosos. Há registros que confirmam que o vasto oceano não era totalmente desconhecido pelos povos africanos, o que reforça a ideia de que as similaridades nas práticas religiosas desempenharam um papel significativo na aceitação e assimilação do cristianismo.

A forte influência da colonização portuguesa na espiritualidade angolana é evidente na configuração religiosa contemporânea do país. De acordo com o Relatório de Liberdade Religiosa de Angola (2020), aproximadamente 41% da população angolana professa o Catolicismo Romano, enquanto 38% segue a religião Protestante. A secularização também é notável, com 12% da população não professando qualquer religião. Os 9% restantes englobam animistas, muçulmanos, judeus, Bahá's e outras organizações religiosas.

Então, além da diversidade cultural e linguística já destacadas aqui, por ser um estado laico, tal como define o artigo 10º da Constituição da República, existe também no território de Angola, uma vasta diversidade religiosa e as pessoas têm a liberdade de escolher a sua forma de adoração em função das suas crenças.

3.3 Economia

Para uma compreensão aprofundada do perfil socioeconômico de Angola, é essencial contextualizar a trajetória histórica do país, que foi intrinsecamente moldada por períodos de violência, tanto entre os poderes pré-coloniais quanto pelas conquistas territoriais coloniais. O principal propósito dessas dinâmicas foi a exploração de mão de obra barata, resultando em um constante cenário de precarização social que inibiu o crescimento do mercado interno e da economia (GONÇALVES, 2011a).

Angola sofreu uma influência colonial portuguesa que se estendeu por aproximadamente 493 anos, desde o primeiro contato em 1482 até a proclamação da independência em 1975. Historicamente, a economia angolana foi fragilizada pela repressão político-militar interna e externa, o que enfraqueceu as soberanias locais e criou uma economia colonial de baixa produtividade, tornando-a dependente do mercado externo já no século XV.

Gonçalves (2011a) salienta que, entre os séculos XV e XVI, com a chegada dos europeus ao litoral e sua posterior expansão para o interior profundo no século XIX, a economia angolana era de subsistência. Essa característica era percebida como um entrave em relação ao mercantilismo europeu, impactando tanto a capacidade de resistência à colonização quanto o atrativo exercido por novos produtos que serviam como moeda de troca (no caso da escravização) ou como escoamento de excedentes metropolitanos de baixa qualidade.

Valério e Fontoura (1994) descrevem que, no período inicial da ocupação colonial, o domínio europeu restringia-se à faixa litorânea de Angola. A produção econômica excedente ao autoconsumo era destinada principalmente ao tráfico de escravizados (com destino prioritário ao Brasil, que, ironicamente, seria o primeiro país a reconhecer a independência de Angola) e à exportação de marfim. A abolição internacional do tráfico de escravizados rompeu, então, o principal elo comercial entre a colônia e a economia global. Em um segundo momento da ocupação colonial, houve a construção de uma economia nacional. Esta, porém, era profundamente condicionada pelos interesses econômicos de Portugal e pelas flutuações dos mercados externos. Tal economia serviu de suporte para a abertura de Angola ao exterior, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, impulsionando uma viragem na estrutura produtiva na década e meia que antecedeu a independência, com a implantação de uma base produtiva dinâmica e diversificada.

No período pós-independência, a principal conexão da economia angolana com o exterior tornou-se o petróleo. A base produtiva anterior foi progressivamente desmantelada, evoluindo para uma combinação de empresas públicas, mercados paralelos e economia de autoconsumo (Valério; Fontoura, 1994).

Percebe-se, assim, que a questão das relações comerciais esteve sempre presente em diversos períodos da história do país. Inicialmente, as negociações ocorriam entre os reinos que constituíam o atual território angolano. Com a presença do colonizador português, as transações foram realizadas primeiramente entre os portugueses e os reinos locais — com o Reino do Congo sendo o ponto de entrada — e, posteriormente, sob o domínio colonial completo, as negociações estenderam-se aos territórios ultramarinos, destacando-se o Brasil como um dos maiores pontos de referência no que ficou conhecido como comércio triangular (Angola-Brasil-Portugal).

Com relação à descrição desse processo histórico de Angola, Henriques (2004) ressalta que não há consenso entre os historiadores angolanos e estrangeiros sobre a periodização da evolução histórica do país. Isso se deve, essencialmente, ao fato de que, enquanto certos estados do litoral (Kongo e Ndongo) tiveram contato inicial com os portugueses e foram "vítimas" do mercantilismo predatório e da acumulação de capital nos séculos XVI e XVII, outras regiões do interior do país não conheceram uma ocupação colonial efetiva antes do século XIX. Essa assincronia leva os historiadores a apresentar narrativas distintas sobre a periodização da história angolana.

A data de 1482, tão significativa para o Reino do Congo, não possui o mesmo valor, por exemplo, nas Lundas. Da mesma forma, 1575 marca a fundação de um dos centros de irradiação do mercantilismo em Angola (Luanda) e, por essa razão, é uma data simbólica para certas populações do atual território. No entanto, para outras regiões do país, essa data não representa a mesma transformação política. Diante dessa complexidade, é compreensível que as datas estabelecidas para a história de Angola sejam, até certo ponto, convencionais, dependendo do ponto de vista que o pesquisador deseja abordar.

Tendo em conta essa abordagem, achamos interessante a seguinte divisão da história de Angola (Henriques, 2004):

- Civilizações Pré-Históricas e Proto-Históricas (Comunidade Primitiva);

- Período Pré-Colonial (com o desenvolvimento de novos modos de produção pré-capitalista, semi-esclavagista e semi-tributária). Pode-se convencionalmente admitir 1575 como marco cronológico do fim deste período;
- Período do Mercantilismo Colonial (acumulação primitiva e posterior de capital). Começa antes de 1575 e desenvolve-se até 1885;
- Período do Capitalismo Colonial (de 1885 a 1975);
- Período da Independência (desde 1975 aos nossos dias).

A história econômica e social de Angola é intrinsecamente marcada pela violência e exploração, com conquistas territoriais, tanto pré-coloniais quanto coloniais, visando a utilização de mão de obra barata. Tal contexto resultou em uma constante precarização social que inibiu o crescimento do mercado interno e da economia (GONÇALVES, 2011a).

A prolongada influência colonial portuguesa, que se estendeu de 1482 até a independência em 1975, fragilizou a economia angolana de forma contínua, caracterizada por repressão político-militar e submissão externa. Essa subjugação enfraqueceu as soberanias locais, gerando uma economia colonial de baixa produtividade e, consequentemente, dependente do mercado externo desde o século XV.

Gonçalves (2011a) destaca que, desde a chegada dos europeus ao litoral (séculos XV e XVI) e sua posterior expansão para o interior (século XIX), a economia angolana baseava-se na subsistência. Essa característica foi interpretada como um atraso em relação ao mercantilismo europeu, impactando a capacidade de resistência à colonização e o atrativo de novos produtos que serviam como moeda de troca (no contexto da escravização) ou como escoamento de excedentes metropolitanos de baixa qualidade.

Valério e Fontoura (1994) descrevem que, no início da ocupação colonial, o domínio europeu se restringia à faixa costeira de Angola. A produção econômica excedente era direcionada para o tráfico de escravizados (principalmente para o Brasil, paradoxalmente o primeiro país a reconhecer a independência angolana) e para a exportação de marfim. A abolição internacional do tráfico de escravizados rompeu o principal elo comercial entre a colônia e a economia global. Num segundo momento da ocupação colonial, verificou-se a construção de uma economia nacional. Essa, entretanto, era profundamente condicionada pelos interesses econômicos de Portugal e pelas flutuações dos mercados externos. Tal estrutura serviu de suporte para a abertura

econômica de Angola ao exterior, particularmente após a Primeira Guerra Mundial, impulsionando a diversificação da base produtiva na década e meia que antecedeu a independência.

No período pós-independência, o petróleo tornou-se o principal elo da economia angolana com o exterior. A base produtiva anterior foi desmantelada, evoluindo para uma combinação de empresas públicas, mercados paralelos e economia de autoconsumo (Valério; Fontoura, 1994).

A predominância do petróleo na economia angolana é inegável. Este setor é responsável por mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por mais de 90% das exportações do país, sendo 67% do petróleo extraído em plataformas offshore em Cabinda, e os diamantes, outra importante riqueza, predominantemente explorados nas províncias das Lundas (norte e sul) (PNUD, 2008). Mesmo em 2020, um ano atípico globalmente, e apesar dos esforços governamentais de estabilização econômica com a introdução de novas notas do Banco Nacional de Angola (BNA) e regulamentações cambiais, as receitas fiscais petrolíferas registraram uma queda de USD 13 bilhões em 2019 para USD 11 bilhões em 2020 (Relatório & Contas 2020 - Sonangol). Embora os diamantes não possuam o mesmo impacto do petróleo, sua contribuição para o comércio exterior é substancial.

Paralelamente, a produção agropecuária desempenha um papel crucial ao fornecer alimentos e empregar 85% da mão de obra angolana, com cultivos como cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi, batata-doce e milho. Contudo, o setor petrolífero ainda representa cerca de 57% do PIB, 80% das receitas e 97% das exportações, consolidando-se como o principal motor do crescimento econômico (Revista o Petróleo, Sonangol, janeiro de 2010).

No entanto, a diminuição da produção petrolífera e o reduzido impulso fiscal projetam um crescimento moderado de 2,6% para 2023, caindo abaixo do crescimento populacional (3,1%). Espera-se que o crescimento da economia não petrolífera, especialmente na agricultura, construção e serviços, se mantenha robusto, com um crescimento anual do PIB não petrolífero superior a 4%. Embora a taxa de pobreza deva diminuir marginalmente, o rápido crescimento populacional fará com que o número de pobres ultrapasse os 11,7 milhões (Banco Mundial em Angola, abril, 2023).

É evidente a riqueza do país em recursos naturais; contudo, a dependência excessiva do petróleo resultou em uma crise sem precedentes, expondo a população a níveis alarmantes de desproteção social. A instabilidade do mercado petrolífero nos últimos anos agravou a situação, resultando em queda generalizada nos diversos setores, aumento dos índices de pobreza e desemprego, e crescimento da mendicância e da delinquência juvenil.

O advento da COVID-19 tornou ainda mais premente a urgência da diversificação da economia angolana. Apesar de possuir vastas fontes de recursos, Angola mantém o petróleo como sua principal fonte de rendimento, com outros recursos sendo subaproveitados. Isso exige reformas urgentes no panorama econômico, pois Angola persiste como um país de vastos recursos naturais, mas com uma população majoritariamente pobre e em situação de vulnerabilidade social alarmante. A transição de um modelo econômico liderado pelo Estado e financiado pelo petróleo para um modelo de crescimento sustentável, inclusivo e liderado pelo setor privado requer um alto nível de compromisso político, forte capacidade de coordenação e comunicação, além de instituições sólidas.

A população angolana é caracterizada por uma pobreza generalizada. Cerca de 51,1% da população vive em pobreza multidimensional, com um elevado índice de desemprego que afeta majoritariamente os jovens. Dados da Universidade Católica de Angola indicam um crescimento contínuo da taxa de pobreza, passando de mais de 12 milhões de pessoas (41,7%) em 2019 para mais de 16 milhões (49,4%) em 2022, com estimativa de 49,8% em 2023. Um estudo paralelo do PNUD (2021) aponta que 51,1% da população vive em pobreza multidimensional e outros 15,5% estão em risco de pobreza.

A taxa de desemprego no país é alarmante. No primeiro trimestre de 2023, a taxa de desocupação para a faixa etária de 14 a 24 anos atingiu 63,5%, enquanto a taxa geral foi de 32,4%, um aumento em relação aos 31,9% do trimestre anterior. O Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2023), indica que, entre a população mais jovem, a taxa subiu 9,1% em relação ao último trimestre de 2022 (58,3%). Esses dados preocupantes realçam uma realidade visível e percebida no seio da população, o que confere a este estudo uma relevância ainda maior, dado que todos esses indicadores foram agravados pelo advento da COVID-19.

A formação social angolana é caracterizada por uma hegemonia capitalista, conforme argumenta Monteiro (2020; 2022). Embora o autor reconheça a coexistência de formas de produção não capitalistas, como organizações socioeconômicas tribais e familiares – especialmente em muitas regiões do interior do país – a inserção gradual no modo de produção capitalista se deu, primariamente, nas grandes cidades litorâneas e, de forma progressiva, expandiu-se pelas demais localidades. Desse modo, Monteiro (2022) assevera que, apesar da persistência de economias tribais e familiares em certas áreas, a forma de produção dominante no país é o capitalismo periférico dependente.

Nessa conjuntura, os dados de desemprego apresentados pelo INE podem ser parcialmente compreendidos à luz do que Meszáros (2011) denominou, no final da década de 1960 e início de 1970, como crise estrutural do capital, e Netto (2012) como crise sistêmica. Esta interpretação é fundamental porque as contradições observadas na realidade angolana não podem ser explicadas por uma crise cíclica tradicional. Sua abrangência e duração transcendem os limites historicamente conhecidos dessas crises, indicando um fenômeno que vai além de meros obstáculos à acumulação capitalista. A complexidade do cenário angolano, portanto, reflete as manifestações de uma crise capitalista de natureza profunda e abrangente

3.4 Saúde

Desde 1992, o direito fundamental à saúde em Angola é assegurado pela criação do Sistema Nacional de Saúde (SNS), instituído pela Lei 21-B/1992. Esta legislação estabelece os princípios de universalidade de acesso, integralidade da atenção e equidade, visando uma gestão descentralizada e participativa. Adicionalmente, a Constituição da República de Angola de 2010 reforça a responsabilidade do Estado na garantia desse direito.

A Lei de Base 21-B/1992 promoveu uma reconfiguração da política nacional de saúde ao integrar a participação do setor privado na prestação de serviços e ao introduzir a coparticipação da população nos custos de saúde. Dessa forma, embora o sistema mantivesse uma tendência à gratuidade, o Estado deixou de ser o único responsável pela provisão exclusiva do atendimento à saúde (Angola, 1992).

Contudo, o SNS angolano é primordialmente estruturado para a medicina curativa. Em um país em desenvolvimento como Angola, que enfrenta múltiplos desafios socioeconômicos, o SNS se mostra, lamentavelmente, precário, frágil, desestruturado e com funcionalidade limitada.

Apesar dessas fragilidades, o SNS em Angola opera com uma estrutura hierárquica composta por três níveis (ANGOLA, 1992):

“O nível primário ou básico, engloba todos os serviços de cuidados primários de Saúde e nesse nível estão os postos e centros de saúde, postos de enfermagem e consultórios médicos e hospitais Municipais. O quotidiano das unidades sanitárias deste nível caracteriza-se por roturas crónicas de medicamentos e falta de condições básicas de trabalho. O nível secundário ou intermédio é representado pelos hospitais gerais e servem de referência para as unidades do nível anterior. O nível terciário é representado pelos hospitais de referência, mono ou polivalentes, diferenciados e especializados e servem de referência para os hospitais de nível secundário”.

Em Angola, os cuidados de saúde são providos por três setores distintos: público, privado e tradicional, cada qual com suas particularidades e especificidades.

O setor público abrange o Sistema Nacional de Saúde (SNS), os serviços de saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA) e do Ministério do Interior (MINT), além das unidades de empresas públicas como a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) e a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA). Este setor, conforme Caneca e Chaximbe (2021), é o principal prestador de serviços em nível nacional. Contudo, enfrenta desafios significativos devido à alta demanda, o que frequentemente compromete a capacidade e a qualidade do atendimento.

O setor privado, por sua vez, é um dos mais competitivos e em constante crescimento, impulsionado por elevados investimentos. Entretanto, mesmo as unidades hospitalares resultantes de parcerias público-privadas, que recebem dotações do orçamento geral do Estado, praticam preços proibitivos para a maioria da população. Vale ressaltar que os preços nesse setor, em sua maioria, não estão sujeitos a regulação estatal. Além disso, a força de trabalho, especialmente médicos e enfermeiros, é frequentemente compartilhada com o setor público, gerando prejuízos à qualidade do serviço prestado à população neste último. A concentração da maioria das unidades hospitalares privadas nos principais centros urbanos dificulta o acesso para a população de outras regiões, pois

o público-alvo com capacidade financeira para arcar com esses serviços reside predominantemente nesses locais. Essa dinâmica evidencia a mercantilização da saúde, onde os serviços de excelência são acessíveis apenas àqueles com recursos financeiros e poder de compra, uma característica comum em economias capitalistas.

Por fim, o setor da medicina tradicional, também conhecido como medicina alternativa, é praticado principalmente pelos mais velhos das comunidades. Seus medicamentos são de origem vegetal (raízes, ervas, folhas de árvores) ou animal, utilizando elementos naturais com fins terapêuticos (Caneca e Chaximbe, 2021). Essa forma de medicina, uma das mais antigas da humanidade, reflete o elevado conhecimento da natureza presente nas comunidades africanas, que sempre recorreram a ela para tratar enfermidades. Embora esse saber ancestral pareça estar em risco de se perder devido à dinâmica do sistema capitalista, que transforma a saúde em um negócio lucrativo, nos últimos anos, o setor ganhou maior visibilidade. O Decreto Presidencial n.º 253/20, de 02 de outubro, que aprovou a Política Nacional de Medicina Tradicional e Complementar, impulsionou essa valorização, respaldado por evidências que apontam melhorias significativas em grande parte das pessoas que buscam esses tratamentos.

Apesar dessa organização por níveis e setores, o SNS de Angola, de modo geral, ainda está aquém de oferecer respostas satisfatórias à elevada demanda. A capacidade das unidades de saúde para atender a toda a população é limitada, resultando em que apenas cerca de 50% a 60% da população tenha acesso aos serviços de saúde. A rede de prestação de cuidados de saúde do SNS é composta por 3.346 unidades, distribuídas em 3.094 postos e centros de saúde, 173 hospitais municipais, 23 hospitais provinciais, 34 hospitais especializados e 22 hospitais centrais (MINSA, 2023).

De acordo com o MINSA (2021), as necessidades e os problemas atuais que o SNS enfrenta estão relacionados principalmente com:

- (i) a cobertura sanitária ainda insuficiente e fraca manutenção das Unidades Sanitárias; (ii) o fraco sistema de referência e contra referência entre os três níveis do SNS; (iii) os recursos humanos e técnicos de saúde de reduzida expressão quantitativa e qualitativa e má distribuição do pessoal nas áreas rurais e periurbanas; (iv) as fraquezas no Sistema Gestão em Saúde, incluindo o sistema de informação, de logística e de comunicação; (v) a insuficiência de recursos financeiros e inadequação do modelo de financiamento; e (vi) o reduzido acesso à água potável, saneamento e energia por parte de muitas populações.

A questão dos recursos humanos na saúde em Angola é um desafio premente. O corpo clínico do país é composto por aproximadamente 7.395 médicos, dos quais 3.558 são nacionais e 3.837 são expatriados. A distribuição desses profissionais é marcadamente desigual, com cerca de 85% concentrados em Luanda e nas demais capitais provinciais. Essa centralização agrava as dificuldades de acesso aos serviços de saúde nas áreas rurais (MINSA, 2021).

No âmbito da cooperação internacional, o setor da Saúde conta com 1.350 profissionais estrangeiros, sendo 1.077 cubanos, 198 russos e 84 vietnamitas. Esses cooperantes são majoritariamente alocados nas províncias do interior, buscando suprir a escassez local. Adicionalmente, 2.487 médicos não fazem parte de acordos de cooperação formalizados entre o Estado e seus parceiros internacionais.

A cobertura médica no país é alarmante, com uma proporção de um médico para cada cinco mil habitantes e treze enfermeiros para cada dez mil habitantes. Esses dados evidenciam uma força de trabalho especializada significativamente reduzida em relação à alta demanda por serviços de saúde em todo o território nacional (MINSA, 2021). Essa insuficiência de profissionais qualificados agrava as fragilidades do sistema de saúde angolano, impactando diretamente a qualidade e a acessibilidade dos cuidados à população.

De acordo com o MINSA (2023):

“Nos últimos cinco anos (2018-2023), o número de profissionais do Serviço Nacional de Saúde cresceu a todos os níveis de prestação de serviços, permitindo o incremento de 40,5% do total da força de trabalho do sector, 80% dos quais estão colocados nos municípios, no intuito de fortalecermos o primeiro nível de atendimento em saúde, constituído pelos cuidados primários de saúde”.

Além disso, foi feito um alto investimento no domínio das Infraestruturas,

“onde o país investiu no aumento de mais unidades hospitalares de terceiro nível, com equipamento e tecnologias de ponta, para um atendimento especializado de excelência, mas também no capital humano, onde já está em implementação um projeto ambicioso de formação de cerca de 38.000 profissionais de saúde das diferentes carreiras dos regimes especial e geral, entre os quais 3 mil médicos até 2027” (MINSA, 2023).

Apesar da pretensão de universalidade e equidade, a área da saúde em Angola enfrenta inúmeras dificuldades estruturais. O país ainda se caracteriza por uma baixa esperança de vida ao nascer e altas taxas de mortalidade materna e infantil, majoritariamente decorrentes de doenças transmissíveis. O quadro epidemiológico é dominado pela malária, uma doença endêmica em todo o território e a principal causa de mortalidade no país, seguida por doenças diarreicas agudas, doenças respiratórias agudas, tuberculose e doenças imunopreveníveis como sarampo e tétano (INE, 2017).

Paralelamente, observa-se um aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, sinistralidade rodoviária e violência. As doenças transmissíveis, contudo, ainda respondem por uma parcela significativa dos óbitos, sendo a infecção por VIH responsável por 2% das infecções, com uma estimativa de 200 a 300 mil pessoas vivendo com o vírus em Angola (INE, MINSA, MINPLAN; 2017). A esperança de vida à nascença é de 61 anos (PNUD, 2022), enquanto a taxa de mortalidade infantil atinge 44 por mil nascimentos vivos, e a mortalidade infanto-juvenil, 68 óbitos por mil nascimentos vivos (INE, MINSA, MIN, PLANICF; 2017).

Esses indicadores revelam um sistema de saúde extremamente frágil, frequentemente classificado como um dos piores globalmente por especialistas da área. Um sistema que já lidava com uma ineficácia crônica em responder aos inúmeros problemas de saúde pré-COVID-19 – desde a assistência médica à medicamentosa – teve suas deficiências ainda mais exacerbadas pela pandemia. Embora haja investimento em infraestruturas, persiste um alto déficit de recursos humanos e de sua valorização, o que tem levado a frequentes paralisações e greves no setor nos últimos anos.

Toda a análise precedente evidencia que, apesar de ser um país dotado de vastos recursos naturais e minerais, Angola subaproveita seu potencial de diversificação econômica. O foco excessivo no petróleo como pilar central da economia intensifica as crises e impacta de forma mais severa a vida da população, especialmente daqueles em condição de desproteção social. A realidade vivenciada pelos residentes do bairro Chinguar, foco deste estudo, é um reflexo contundente dessa vulnerabilidade exacerbada pela centralização econômica.

3.5 Perfil socioeconómico das famílias residentes no bairro Chinguar em função da Covid-19

O bairro Chinguar, situado no distrito urbano do Benfica, município de Talatona, em Luanda, Angola, abrange uma área aproximada de 2,95 km². Geograficamente, é delimitado ao norte pelo bairro Areal, ao sul pela avenida Fidel de Castro Ruiz, a leste pelo Kifica e a oeste pelo bairro 10 de dezembro tal como se pode ver na **Figura 4**.

A origem de Chinguar remonta à década de 1990, com a ocupação inicial por uma parcela significativa da população oriunda da província do Bié e do município homónimo. Atualmente, o bairro apresenta uma composição demográfica heterogênea, com a presença de indivíduos de diversas regiões e províncias do país, notadamente das províncias de Benguela, Kwanza-Sul e Huambo. A expressiva presença de pessoas provenientes da zona sul do país neste bairro reflete, em parte, o impacto da instabilidade social e política pós-1992 em toda a região, aspecto que será aprofundado adiante neste estudo.

Atualmente, o Chinguar contabiliza cerca de 18.000 habitantes, com uma predominância de jovens na faixa etária entre 18 e 55 anos. Em termos de infraestrutura, o bairro dispõe de sete escolas (três públicas e quatro privadas/comparticipadas), cinco igrejas e uma quadra polidesportiva. Essa caracterização inicial estabelece o cenário demográfico e infraestrutural sobre o qual os impactos socioeconômicos da COVID-19 foram analisados.

Figura 4. Imagem no mapa do bairro Chinguar/Benfica



Fonte: Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/16827552/Mapa>. Acesso 12 mai. 2024

O bairro Chinguar, apesar de estar inserido no município de Talatona – reconhecido por seu planejamento estratégico para descongestionar o tráfego de Luanda e por suas infraestruturas modernas, como condomínios e centros comerciais voltados às classes média-alta e alta –, configura-se, paradoxalmente, como um bairro periférico. Essa realidade ilustra a dinâmica do desenvolvimento capitalista que, ao expandir-se, gera desigualdades espaciais e sociais, relações de poder e distinções de classes (Pereira, 2010; Scherer & Nunes, 2018). A valorização de certas áreas urbanas pode induzir à segregação de populações mais vulneráveis devido ao aumento do custo de vida. Desse modo, a dinâmica capitalista apropria-se intensamente da dimensão espacial, expandindo-se através de transformações de caráter técnico e organizacional em escalas diferenciadas dentro dos territórios.

Essa abordagem se coaduna com a realidade de muitos bairros de Luanda, onde se observa a convivência temporária entre populações com alguma estabilidade econômica e aquelas em situação de vulnerabilidade. No entanto, à medida que esses territórios são supervalorizados, com um custo de vida crescente, muitos residentes são compelidos a buscar outros espaços na dinâmica urbana, conforme postulado pelos autores, ou persistem em condições precárias mesmo em áreas urbanizadas.

A realidade do bairro Chinguar, com a predominância do trabalho informal, ilustra a luta pela sobrevivência de grande parte da comunidade angolana, envolvendo mulheres, homens, jovens e até crianças. Percebe-se dessa forma que essa prevalência e a exploração da força de trabalho, frequentemente desprovida de direitos e garantias, demonstram a persistência de uma classe trabalhadora desprovida dos meios de produção, forçada a vender sua força de trabalho em condições precárias para sobreviver, em contraste com a burguesia que detém o capital. Apesar dessa dinâmica, a localização estratégica de Chinguar em Talatona também atrai moradores com maior poder aquisitivo, gerando uma coexistência de realidades socioeconômicas diversas.

Em suma, o Chinguar espelha a complexidade de muitos bairros de Luanda, onde a coexistência entre áreas com infraestrutura moderna e comunidades com forte dependência do mercado informal evidencia as desigualdades socioespaciais marcantes na capital angolana. A "era da informalidade" é, portanto, uma realidade central, corroborada pelos dados do IEA (2023), que indicam que 79,8% das mais de 11,7 milhões

de pessoas em idade ativa desenvolvem suas atividades econômicas fora do sistema formal, sendo 88,5% desse universo compostos por mulheres.

Essas mulheres, em sua maioria, recorrem à venda nos mercados informais adjacentes ao bairro, como Kifica e 10 de dezembro, além do próprio mercado do Areal, situado dentro do Chinguar. Além da comercialização de produtos diversos nesses espaços, muitas atuam como *zungueiras*, termo derivado do *kimbundu* "zunga" (circular, andar à volta, girar). As *zungueiras* são vendedoras ambulantes que percorrem quilômetros carregando seus produtos (alimentos, acessórios, vestimentas) em bacias sobre a cabeça, nas mãos ou em carros de mão, anunciando sua mercadoria para potenciais compradores. Essa prática, profundamente enraizada na cultura local, caracteriza uma forma de trabalho que exige grande esforço físico e resiliência, representando uma das principais estratégias de sobrevivência no contexto da informalidade.

A palavra *zungueira* deriva do termo *zunga*, da língua nacional angolana *kimbundu*, que significa circular, andar à volta, girar. Trata-se de um linguajar utilizado pela população de Luanda para caracterizar os vendedores informais, particularmente os vendedores ambulantes (**Foto 1**) e (**Foto 2**).

Foto 1 – Mulher zungueira em atividade.



Fonte: Autoria própria

Foto 2 – Mulheres comerciantes vendendo no mercado informal do bairro Chinguar



Fonte: Autoria própria

Quanto aos homens, alguns dedicam-se também a venda nestes mesmos mercados **(Foto 3)**, ou fazendo algum tipo de trabalho como sapateiro, alfaiate ou engraxador ao passo que os outros trabalham em algumas instituições dentro e fora do bairro e espalhados pela cidade capital (escolas, hospitais, centros médicos, creches, empresas de construção civil, empresas de recolha de lixo etc.), alguns trabalham como seguranças, vigilantes na área hospitalar, pedreiros, marceneiros, eletricista etc.

Foto 3: Homem trabalhando como alfaiate no mercado 10 de dezembro



Fonte: Autoria própria

No contexto do bairro Chinguar, observa-se que o mercado informal se configura como a principal fonte de subsistência para uma parcela significativa de seus habitantes. Essa dependência atinge não apenas homens e mulheres adultos, mas também jovens e, em muitos casos, crianças, que frequentemente acompanham seus pais para auxiliar nas atividades comerciais informais.

Contudo, a realidade socioeconômica do bairro Chinguar é marcada por uma notável heterogeneidade. Embora predominantemente habitado por famílias que dependem do setor informal, o bairro, por sua localização estratégica em um município da capital angolana – originalmente planejado para descentralizar o trânsito e agora polo de diversos serviços administrativos e econômicos transferidos do centro de Luanda –, abriga também uma considerável população de nível socioeconômico médio-alto. Essa coexistência cria um cenário de contrastes acentuados, onde uma minoria com elevadas condições financeiras e boa qualidade de vida reside lado a lado com a vasta maioria que depende da economia informal.

De modo geral, as características singulares do bairro Chinguar oferecem uma lente para compreender a complexa realidade de muitas famílias em Luanda. As dinâmicas observadas nesse microssistema são, de certa forma, um reflexo de padrões socioeconômicos presentes em diversos bairros da capital. Nestas áreas, frequentemente classificadas como "desenvolvidas", coexistem dois grupos distintos: um que desfruta de um bom padrão de vida devido à sua capacidade financeira, e outro que, dadas as especificidades e particularidades do país, não possui os mesmos recursos e busca no mercado informal a principal, senão a única, alternativa para sua sobrevivência.

IV. O IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA COVID-19 EM ANGOLA

A história não é marcada apenas pelos grandes impérios, grandes guerras e o avanço material e tecnológico do homem no tempo. Ela é, igualmente, profundamente marcada pela ocorrência e pelos efeitos devastadores de grandes epidemias e pandemias.

Desde os tempos mais antigos a história das pandemias está profundamente interligada com a história. Ao longo do tempo têm existido sucessivos acontecimentos de natureza pandêmica, resultando em números expressivos de vítimas em um período curto, que a sua vez condicionaram em grande medida o desenvolvimento dos povos, incidindo nos âmbitos sanitário, político, social e econômico. Nesse sentido, é possível verificar como o percurso das pandemias ao longo do tempo até atualidade provoca uma atmosfera de insegurança, capaz, algumas vezes, de instaurar o caos nas regiões onde ocorrem (Ujvari, 2003, 2008; Scliar, 2003).

Em geral, o aparecimento deste tipo de fenómeno tem como origem a dinâmica dos contatos entre humanos e animais, na mobilidade das populações e na concentração demográfica, o que acabou afetando os mais diversos povos, moldando de certa forma civilizações, influenciando na medicina e na sociedade.

4.1 Pandemias na história da humanidade

A história da humanidade é, paradoxalmente, uma narrativa de avanço e vulnerabilidade. Embora frequentemente celebrada por suas conquistas tecnológicas e sociais, ela é igualmente marcada pelas sombras das grandes epidemias e pandemias, que moldaram civilizações, alteraram cursos políticos e redefiniram as relações humanas. Desde as primeiras aglomerações urbanas, a humanidade tem enfrentado a ameaça de surtos que testam a resiliência de suas estruturas sociais. Como ressalta McNeill (1976) em sua obra seminal *Plagues and Peoples*, a história das doenças infecciosas é tão antiga quanto a própria história humana, funcionando como um motor oculto de mudanças demográficas e sociais.

Para contextualizar nossa abordagem sobre esses fenômenos ao longo do tempo, faz-se pertinente iniciar pela conceituação dos eventos que englobam epidemias e pandemias. A própria etimologia nos remete ao latim *pestis*, termo que frequentemente surge em relatos antigos para descrever não apenas uma doença, mas uma vasta

destruição, catástrofe ou calamidade. Essa palavra era associada a surtos contagiosos que ceifavam vidas em larga escala, como a Peste Bubônica, a Peste de Cipriano e a Peste Antonina (Gaia, 2020, p. 155), exemplos notórios de como essas crises sanitárias se entrelaçaram à evolução das sociedades.

Na atualidade, reconhece-se a *peste* como uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Yersinia pestis*, manifestando-se sob três formas clínicas principais: bubônica, septicêmica e pneumônica. Associadas à palavra *peste*, encontramos as palavras epidemia e pandemia. Em sua origem grega, *epidemia* é derivada da união dos termos *epi*, que significa sobre, e *demos*, que significa povo, ou seja, sobre o povo (Rezende, 1998).

Sendo assim, considera-se um evento epidêmico como uma “manifestação, em uma coletividade ou região, de um grupo de casos de alguma enfermidade que excede claramente a incidência prevista” (Barbosa, 1987) espalhando-se rapidamente em um determinado território e que se extingue após um período. Por outro lado, entende-se que uma epidemia passa a ser uma pandemia quando ela se estende em nível mundial, espalhando-se por diversos países, em uma escala de gravidade – seria o pior dos cenários. Este é o caso das contagiosas, como a peste bubônica, a cólera, a gripe e a Covid-19, que serão objetos de estudo deste capítulo em questão.

As pandemias têm um grande destaque na história seja pela singularidade de cada uma ou pela expressão de seus efeitos. Exemplo disso, constata-se nos escritos relatados pelo historiador grego Tucídides entre 430 a 427 a.C., no seu livro “História da Guerra do Peloponeso” descreve como a pandemia conhecida como Peste de Atenas ou Peste do Egito, eclodiu na cidade de Atenas. Talvez por ser uma das primeiras epidemias descritas num texto histórico, não se sabe ao certo quantas pessoas morreram vítimas da peste, no entanto, em seu relato, aduz que tal peste matou, possivelmente, dois terços das pessoas dessa cidade. Presume-se que uma teoria moderna culpa a febre tifoide pela peste (Hernández-Mesa et al., 2020; Littman, 2009).

No período compreendido entre os séculos II e III, o império romano foi assolado por duas grandes pragas, Peste Antonina ou Peste de Galeno, ocorrida de 165 até 180 d.C. De todas as epidemias que grassaram na Antiguidade, a Peste Antonina é certamente a mais bem documentada, graças não só ao testemunho dos historiadores antigos, mas também ao de personagens que a viveram, como é o caso, em particular, do famoso médico Galeno, razão pela qual também é conhecida como a Peste de Galeno. Pese ao

facto de ausência de registros históricos convincentes em relação ao agente etiológico, especula-se que tenha sido um surto de varíola ou de sarampo que afetou os povos hunos e se alastrou por todo o Império Romano.

Mais tarde, no ano de 250 surgiu a Peste de Cipriano, nome derivado do Bispo Cipriano de Cartago, que a descreveu. A causa desta pandemia permanece desconhecida, sendo a Etiópia o ponto de referência geográfica na qual iniciou a mesma, espalhando-se mais tarde pelo Egito, sendo com que na cidade de Alexandria teria vitimado mais da metade da população, antes de chegar a Roma (Cravioto, García; 2013).

Por outro lado, entre 541 e 750 da nossa era, ocorreu a Praga de Justiniano, sendo o primeiro surto de peste bubônica e a primeira pandemia documentada historicamente. Dizimando mais da metade da população da Europa, cerca de 50 milhões de pessoas, ela teria se originado no Egito e se espalhado pelo Império Bizantino, em que Justiniano I, O Grande, governava, chegando ao Mediterrâneo (Ujvari, 2003).

No fim da época medieval, século XIV-XV, algumas condições, como o aumento da população em áreas urbanas e o aumento do fluxo das caravanas de comércio que vinham através do mar, propiciaram novos surtos de peste bubônica, gerada pelos ratos hospedeiros nos porões dos navios. Assim, de 1346 a 1353, acontece a Peste bubônica, citada como a mais aterradora praga já conhecida pelo homem, fazendo com que as pessoas infectadas, não sobreviviam em sua maioria, cerca de 80% da população contaminada morria pela deficiência da ciência médica da época.

A praga considera-se até hoje uma das pandemias mais letais de todos os tempos, tendo produzido um morticínio sem paralelo de aproximadamente 75 a 200 milhões de mortos. Uns dos sintomas que a deixou popularmente conhecida foram as manchas escuras que apareciam na pele dos enfermos, assim como, os gânglios inflamados ou bubões, provocado pelo bacilo da peste (*Yersinia pestis*), valendo-lhe o nome de peste bubônica (Guellil et al., 2020). Constatou-se que, o crescimento das cidades sem as mínimas condições sanitárias favoreceu a dizimação da mesma, aproximadamente num terço da população europeia (Zhang et al., 2013).

A quantidade de mortos pela doença na Idade Média não é certa, mas estima-se que a peste matou de 30 a 60% da população europeia da época e está bastante vívida no imaginário coletivo até hoje (Abarelli, 2020, p. 21-24). Por outro lado, a doença perseverou sob a forma endêmica por muitos anos e outras epidemias menores,

localizadas, foram registradas nos séculos seguintes. Contudo, ainda hoje, epidemias da peste ainda ocorrem na África, Ásia e América do Sul, não sendo fatais quando as vítimas são tratadas com antibióticos.

O vírus da Varíola (1520) também com o nome das pústulas que causa na pele, foi uma outra pandemia devastadora, com uma taxa de mortalidade de 30%, especialmente alta entre crianças e bebês. Embora a sua origem seja desconhecida, há evidências de sua existência através de suas cicatrizes quase patognômicas desde muito cedo, uma vez que foram encontrados restos em múmias egípcias que datam do século 3 a.C.

Ao longo da história, a doença se espalhou em surtos periódicos, sendo um deles massivamente com a expansão mercantilista europeia, sendo esta, a chave de passo de disseminação da doença e mortes a cada ano na Europa do século 18, contudo um terço daqueles que conseguiram sobreviver desenvolveram cegueira ou ficaram desfigurados. Foi só, em 1980 que a OMS declarou sua erradicação, após uma campanha mundial de vigilância e vacinação (Fenner et al., 1988).

Ainda que a Cólera tenha feito suas primeiras vítimas em épocas anteriores, foi no século XIX que ela marcou profundamente a história, originando-se dos seus nichos ecológicos na Índia. Como nas pandemias que a precederam, a cólera provocou um número elevado de mortes nas populações da Ásia, da Europa, da África e da América do Norte. Uma das características principais desta doença é sua capacidade de provocar diarreia infecciosa causada pelo *Vibrio cholerae*. Contudo, é tratável com terapia de reidratação oral e evitável com saneamento adequado e tratamento de água.

Apesar de esta doença ser considerada endêmica ou epidêmica em muitos países, com potencial pandêmico (Wendt, 1885) epidemias de cólera não foram observadas em países de alta renda desde o início do século XX (Zuckerman et al., 2007) o que sugere que tenha a ver com um descaso governamental de alguns países para essa doença, tal como demonstra os dados dos últimos anos, onde a África foi responsável por mais de 90% dos casos notificados à Organização Mundial da Saúde (OMS) em todo o mundo.

Com a maioria dos casos restantes notificados em países de baixa e média renda na Ásia e na América do Sul com uma estimativa de 3 a 5 milhões de casos e 100.000 a 120.000 mortes anualmente a doença continua a ser uma grande ameaça global (WHO, 2006; 2009; 2010).

Por outro lado, a maior pandemia do século XX foi a conhecida de Gripe Espanhola, a qual surpreendeu o mundo durante o período (1918-1919), afetando cerca de 500 milhões de pessoas e causando a morte de cerca 50 a 100 milhões de pessoas (Oldfield & Malwal, 2020). Esta pandemia ficou popularmente conhecida por vários nomes entre os quais figura como gripe espanhola, gripe pneumónica, peste pneumónica ou simplesmente pneumonia. Temos que, o termo “Gripe” deriva do francês *agripper* ou *gripper*, sinónimo de agarrar. Outra designação muito utilizada no passado foi “Influenza” que deriva da palavra *italiana influenza*, a crença na influência dos astros na origem da epidemia. Apesar de não se ter registros exatos de o lugar preciso onde teria surgido tal pandemia, de acordo com vários autores, a pandemia teria tido como ponto de origem um campo militar no Kansas, Estados Unidos, espalhando-se entre os militares que mais tarde viajaram para a Europa em decorrência da movimentação gerada pela Primeira Guerra Mundial.

Desta forma, facilitou-se a propagação do vírus propiciando condições ideais para o desenvolvimento e a transmissão de estirpes mais agressivas. Até os dias de hoje, a gripe espanhola é considerada a maior pandemia da história, ultrapassando as mortes causadas pela Peste Negra ao longo de vários séculos e representou quase o triplo do número de mortes na Primeira Guerra Mundial (Aassve et al., 2021; Rosenbert J. 1918; Thought, 2019).

De acordo com os registros históricos, as pandemias seguintes levaram à morte um quantitativo menor de pessoas (Spitale, 2020). Dentro delas, destaca-se a Gripe Asiática (H2N2) em 1957, considerada a pandemia global do vírus da gripe A, subtipo H2N2, que se originou em Guizhou (China) matando pelo menos um milhão de pessoas em todo o mundo.

O vírus da influenza H2N2 continuou a ser transmitido até 1968, quando se transformou por mudança antigênica no vírus influenza A subtipo H3N2, a causa da pandemia de influenza de 1968 (a Gripe de Hong Kong), considerada a terceira pandemia de gripe do século XX responsável por um forte impacto na guerra do Vietnam e com rápida difusão pelo mundo causando cerca de um milhão de mortes. (Piret & Boivin, 2020). A origem de ambas se referênciam no norte da China com rápida expansão para Singapura e Hong Kong e, posteriormente, para outros continentes.

Graças ao aparato tecnológico da época a quantidade de mortos foi menor (Biswas et al., 2020), no entanto, os antimicrobianos disponíveis na época também foram

importantes para a preservação da vida (Tognotti, 2013). Enquanto evento social, a gripe asiática teve uma característica singular: sua ocorrência ativou a memória dos que haviam testemunhado e sobrevivido à dramática experiência de 1918 e, quatro décadas depois, presenciavam o anúncio de uma nova pandemia de gripe. Contudo, essas duas pandemias aparentemente podem rapidamente terem sido esquecidas pela humanidade, haja vista a escassez de registros.

O vírus da Gripe suína é uma doença respiratória causada por alguns dos vários tipos de vírus influenza – (suíno (SIV) ou vírus influenza de origem suína (S-OIV)) - assim como qualquer estirpe da família de vírus influenza que seja endêmica à porcos. Segundo dados de 2009, as estirpes conhecidas de SIV incluíam influenza C e os subtipos da influenza A conhecidos como H1N1, H1N2, H2N1, H3N1, H3N2 e H2N3. A infecção da gripe suína (também conhecida como gripe A) ocorre em pessoas em contato direto e constante com estes animais, como agricultores e outros profissionais da área (Trifonov et al., de 2009).

A transmissão entre pessoas e suínos pode ocorrer de forma direta ou indireta, através das secreções respiratórias, ao contatar ou inalar partículas infectadas. Os sinais e sintomas desta doença são semelhantes aos da gripe comum, incluindo a presença de febre repentina e acima de 38°C e tosse, dificuldade respiratória e dores de cabeça, nas articulações e músculos. Embora se verifique maior ocorrência de náuseas, vômitos e diarreia, tendo um período de incubação que pode variar entre 24 horas à duas semanas (Karasin AI et al., 2000). Ao contrário da gripe comum, costuma apresentar mais complicações em pessoas jovens, embora com uma menor taxa de mortalidade quando comparada à gripe comum.

Em junho de 2009, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia de influenza A/H1N1. O surto da gripe foi a primeira emergência de saúde pública do século XXI declarada como pandemia pela OMS pelo que se tornou um problema de saúde global (WHO; 2009).

O ano de 2019 ficou marcado pela da Covid-19, considerada como a hecatombe do século XXI. Por sua escala global, esta pandemia transformou o mundo num imenso laboratório, buscando-se incessantemente se reinventar no “novo normal”. No entanto, quando vistos através de um prisma histórico, os números da Covid-19 ainda estão longe de seus concorrentes mais mortais ao longo dos séculos.

A pandemia da Covid-19 pegou todos os países de surpresa, nenhum país, nenhum sistema de saúde estava preparado para lidar com um problema de saúde pública como foi essa pandemia, apesar de não ter sido a primeira pandemia na história, a Covid-19 desestabilizou a economia mundial e trouxe à tona um conjunto de fragilidades que tinham os sistemas econômicos e sanitários de muitos países.

Desde que os primeiros casos que surgiram em Wuhan, na China, ainda em dezembro de 2019, o mundo foi colocado em estado de alerta devido ao surgimento de uma nova doença. O mundo descobriu que a propagação do vírus era rápida e letal. O novo coronavírus Sars-Cov-2, que causa a doença de Covid-19, é altamente infeccioso. Desta forma, a ciência foi confrontada a trabalhar contra o relógio na investigação diante da doença infecciosa emergente causada pela Covid-19, para a qual não existia tratamento, nem vacina, nem imunidade preexistente naquele momento.

O Corona Vírus que faz parte de um grupo de vírus relacionados que causam doenças infecciosas em mamíferos e aves. Nos seres humanos, o contágio se dá de pessoa a pessoa, por gotículas e aerossóis respiratórios, após o contato próximo com uma pessoa contagiada a menos de 2 metros ou o contato direto com superfícies contaminadas. Segundo Cascella et. Al (2020) por ser uma doença altamente contagiosa, se exige que as precauções devam ser redobradas, pois a negligência de um pode descambar em fatalidade coletiva e comprometer o progresso social.

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar uma emergência global de saúde pública no dia 11 de março de 2020, um mês depois, 22 de abril de 2020, foram informadas cerca de 184.066 mortes em todo o mundo devido a este vírus letal. Sendo constatada que tanto países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos sofreram um grande golpe devido a rapidez com que se espalhava esse vírus em tão curto período, colocando assim o mundo inteiro em confinamento (Shlomo & Maital Ella Barzani., 2020; Remuzzi, Gremuzzi., 2020; DS Jones.,2020); WU, Mccoogan., 2020).

O bloqueio adotado pelos países foi uma medida obrigatória e única alternativa que deveria ser seguida por todos os países; porém, essa medida, impactou fortemente as economias mundiais até hoje. Constata-se também, que como com a proliferação do Coronavírus, a crise associada a pandemia da Covid-19 evidenciou de forma transparente como as desigualdades sociais, o desrespeito e a crueldade vivenciados nos diversos cenários, está fortemente relacionada com a forma como são geridas as questões ambientais, a mobilidade, o nível de educação e informação das populações, as condições

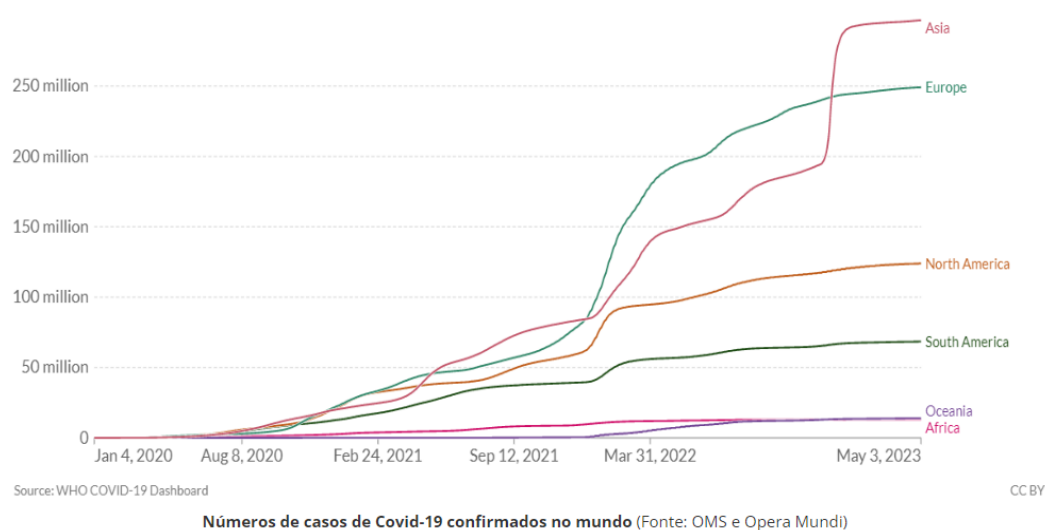
de trabalho e de lazer, ou seja, estamos nos a referir ao nível de compromisso governamental de cada país com seus indivíduos, a participação ativa e a responsabilidade social em função de políticas públicas que estejam ao alcance do povo entre muitas outras.

Segundo Granemann e Miranda (2020), normalmente as crises de saúde pública aliam-se à crise econômica, tornando-as mais profundas, e isto exige cada vez mais incisivas respostas do Estado que regra geral se posiciona sempre em favor da classe burguesa, reafirmando a máxima capitalista do lucro acima da vida, sobretudo das vidas da classe trabalhadora.

Nesse mesmo cenário histórico, o continente africano apresenta uma complexa e variada experiência com pandemias, cujos surtos de diversas doenças infecciosas impactaram significativamente suas populações ao longo do tempo. Com o despontar da COVID-19, o continente enfrentou mais um inimigo invisível. Os primeiros casos de contaminação foram oficialmente registrados no final de fevereiro e início de março de 2020 em Lagos, Nigéria, e em Dacar, Senegal, ambas localizadas na África Subsaariana, região que compreende 47 dos países africanos.

Diante de um panorama mundial que já contabilizava mais de 162 mil infectados e 4.600 mortes, a preocupação global com o continente africano era imensa. A densidade populacional e a intrínseca fragilidade dos sistemas de saúde existentes na região, aliadas às previsões de centros de pesquisa e aos dados da Organização Mundial da Saúde, apontavam para uma possível catástrofe. A grande apreensão com o alastramento da pandemia na África Subsaariana era justificada pelo quadro social preexistente e pelas precárias condições da infraestrutura sanitária na maioria de seus países.

Nos países subdesenvolvidos pertencentes a África Subsaariana como é o caso de Angola, os indicadores da OMS apontam vários desafios sociais e ambientais, e o Sistema Nacional de Saúde (SNS) é com frequência avaliado como precário, frágil, desestruturado e pouco funcional (Simões, Carvalho; 2021). Apesar de todas as limitações públicas conhecidas, o impacto da Covid-19 em Angola não foi tão profundo quanto os países com sistemas de saúde mais organizados, sofisticados e eficientes (Figura 5), chegando a ser considerado de sucesso (relativo) graças ao conjunto de interações institucionais entre governo e população (Zua, 2020).

Figura 5 – Casos confirmados de COVID-19 globalmente

No entanto, apesar de terem sido implementadas várias medidas de saúde pública para controlar a propagação do vírus, desafios como a infraestrutura limitada de cuidados de saúde, os déficits de financiamento e os desafios logísticos impostos pela nova realidade assim como, a prioridade dada para países mais ricos na aquisição de doses de vacinas afetando a dinâmica da compra das vacinas e a sua aplicação no país foram alguns dos obstáculos significativos enfrentados.

Vale ressaltar, ainda, que não se tratou apenas de uma crise de saúde ou sanitária, pois as suas origens e consequências ultrapassam esta dimensão, remetendo-nos para outras crises. Deste modo, gerou-se uma crise económica e social, sobretudo em países com forte dependência externa, apresentando-se como uma das mais sérias crises sanitárias vividas, com altos custos socioeconómicos, como é o caso específico de Angola.

4.2 Medidas governativas na prevenção e combate à pandemia da covid-19 em angola e o impacto que elas tiveram sobre as famílias do bairro Chinguar

Desde o início da pandemia de COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o carácter singular desse evento, mesmo reconhecendo que não era a primeira pandemia a assolar a humanidade. Diferentemente de surtos anteriores, que também causaram milhões de mortes e impactos profundos, a COVID-19 emergiu em um cenário global de intensa circulação e integração de pessoas e bens. A elevada cooperação

transnacional, paradoxalmente, facilitou a rápida transmissão do vírus entre indivíduos, nações e continentes, demonstrando a interconexão do mundo contemporâneo.

A partir do anúncio da pandemia em dezembro de 2019, a resposta global foi de alerta imediato. Governos de todo o mundo, seguindo as orientações da OMS e mimetizando protocolos de contenção de regiões severamente afetadas como Europa e China (notadamente os modelos de *lockdown*), adotaram rapidamente um conjunto de medidas para conter a propagação viral.

Em Angola, os primeiros casos positivos de coronavírus foram reportados em 23 de março de 2020. Nesse momento, o cenário internacional já era crítico, com aproximadamente 118 mil casos confirmados em 114 países e mais de 4,2 mil vidas perdidas. Essa conjuntura levou o governo angolano a reforçar imediatamente as providências já em curso, em resposta à nova e grave realidade que o país enfrentava.

Para tanto, logo após a declaração da COVID-19 como pandemia pela OMS, o governo angolano assinou o decreto legislativo presidencial provisório n.º 1/20, de 18 de março. Esse ato visava fortalecer as providências iniciais para prevenir a importação de casos e salvaguardar a saúde da população. Posteriormente, o governo decretou Estado de Emergência por meio do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de março, complementado pelo Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de março, que detalhou as medidas de exceção a serem implementadas. O Estado de Emergência foi prorrogado em três ocasiões: pelo Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de abril; pelo Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de abril; e, por fim, pelo Decreto Presidencial n.º 128/20, de 8 de maio (Diário da República de Angola, 2020).

Tabela 1 – Decretos assinados durante a Pandemia de COVID-19 em Angola.

Decretos assinados
1/20 de 18 de março ¹
81/20 de 25 de março ²
82/20 de 26 de março ³

¹ Decreto criado tendo em conta o reforço das providências já tomadas para se evitar a importação de casos e salvaguardar a vida e a saúde da população em geral.

² Declaração do estado de emergência com duração de 15 (quinze) dias, iniciando-se às 0h:00 (zero) horas do dia 27 de março de 2020 e cessando às 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 11 de abril de 2020, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

³ Decreto que definiu as medidas concretas de exceção em vigor durante o período de vigência do Estado de Emergência.

97/20 de 9 de abril
101/20 de 14 de abril
120/20 de 24 de abril
128/20 de 8 de maio
142/20 de 25 de maio ⁴
256/20 de 8 de outubro
276/20 de 23 de outubro
280/20 de 29 de novembro
301/21 de 14 de dezembro
315/21 de 24 de dezembro
11/22 de 14 de janeiro
31/22 de 31 de janeiro

Fonte: Elaboração própria do autor

Tal como se deu em outras partes do mundo, o governo teve que adoptar estes instrumentos normativos que serviram de base para fazer a gestão da pandemia no contexto angolano, embora muitas dessas medidas governamentais foram, em grande medida, compreendidas pela população angolana como muito distantes da realidade dos cidadãos, sobretudo devido ao alto nível de pobreza e informalidade da economia do país, impondo um conjunto de novos desafios para essas famílias que já viviam essas dificuldades económicas e sociais antes mesmo do surgimento da crise sanitária.

Então, a questão que se coloca como pano de fundo dessa pesquisa é: que medidas o governo adoptou durante esse período e como isso afetou a vida das famílias angolanas e mais especificamente as do bairro Chinguar que foram o foco desse estudo face a Covid-19 uma vez que tal como foi exposto toda essa situação agudizou toda situação de vida das famílias angolanas?

Tal como defende Marx (2013), o trabalho é categoria ou condição fundamental da existência humana, é atividade universal do ser humano, por essa razão, numa primeira

⁴ Declaração de Situação de Calamidade Pública a partir da meia-noite (0h00) do dia 26 de maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia Covid-19.

fase, vamos olhar para algumas medidas que foram imediatamente adoptadas pelo estado pelo governo, lembrando que do ponto de vista prático, algumas dessas medidas faziam algum sentido uma vez que o país vivia uma situação de crise socio sanitária nunca vivenciada anteriormente e havia um medo generalizado em função do que estava acontecendo no cenário internacional quer na Ásia, Europa bem como nas Américas que até esse momento eram as áreas mais afetadas e analisar o efeito que essas medidas tiveram sobre essa população e em seguida vamos focar no que foi feito ou deveria ser feito pelo estado para amenizar a situação dessas famílias. Vamos ver primeiramente algumas das medidas tomadas por meio desses decretos presidenciais.

Grande parte das medidas que serão citadas aqui, têm como base o decreto presidencial n.º 82/20 de 26 de março que serviu para definir as medidas concretas de exceção em vigor durante o período de vigência do estado de emergência a par daquilo que foi definido no n.º 81/20 de 25 de março que foi aquele que decretou o início do estado de emergência no país, e o decreto presidencial n.º 142/20, de 25 de maio, que foi aquele que instaurou a situação de calamidade pública no país, uma vez que os outros para prorrogar as medidas definidas por esses decretos.

Podemos começar por compreender primeiramente esses dois conceitos, segundo o artigo 58.º n.º 2 da CRA (Constituição da República de Angola), o estado de emergência configura-se como sendo uma situação de exceção e/ou estado de necessidade. Ou seja, reconhece-se que há situações (eminência de calamidade pública) que obrigam o estado a tomar medidas excepcionais e necessárias para prevenir ou impedir a gravidade da situação de saúde pública, o que faz com que se deixe de verificar o normal funcionamento da vida em sociedade e tal como consta do n.º 1 do mesmo artigo nesse período em que vigora o estado de emergência “o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos apenas pode ser limitado ou suspenso”.

Então, compreende-se o estado de emergência como sendo uma medida/recurso que o estado utiliza em resposta a situações extremas como desastres naturais, ou causados pelo homem, períodos de desordem ou conflitos e nessa situação limita-se o exercício pleno de alguns direitos dos cidadãos enquanto vigorar esse estado.

Isso vai de encontro também com o que está plasmado no Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), das Nações Unidas, de 1966, ratificado por Angola que regula a nível do Direito Internacional, o estado de emergência e dispõe no seu artigo 4.º n.º 1:

Em tempo de uma emergência pública que ameaça a existência da nação e cuja existência seja proclamada por um ato oficial, os Estados Parte no presente Pacto podem tomar, na estrita medida em que a situação o exigir, medidas que derroguem as obrigações previstas no presente Pacto, sob reserva de que essas medidas não sejam incompatíveis com outras obrigações que lhes impõe o direito internacional e que elas não envolvam uma discriminação fundada unicamente sobre a raça, a cor, o sexo, a língua, a religião ou a origem social.

Quanto a situação de calamidade pública, compreende-se como sendo uma situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial ou total da capacidade de resposta do poder público do ente atingido. Trata-se de uma situação ou condição mais agravada que o estado de emergência, chegando até mesmo a comprometer o funcionamento total das instituições públicas e privadas e obedece a mesma legislação anterior com a questão desse agravamento da situação e de algumas medidas a serem adoptadas pelo estado.

Compreendendo isso, percebe-se claramente que não está em causa a legitimidade e a legalidade das medidas tomadas, não queremos com essa abordagem, apontar dedos como que se tratasse de medidas inconstitucionais, a nossa abordagem parte do princípio daquilo que é defendido no Artigo 57.º da constituição que fala sobre restrição de direitos, liberdades e garantias e no seu nº 1. defende que:

“A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário, proporcional e razoável numa sociedade livre e democrática, para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

É crucial destacar que, embora a legislação confira legitimidade para restringir direitos, liberdades e garantias em situações excepcionais, ela também impõe que tais medidas sejam estritamente necessárias, proporcionais e razoáveis. É precisamente nesse ponto que se insere a discussão central deste estudo: analisar a extensão da proporcionalidade e razoabilidade das medidas implementadas durante a pandemia, especialmente para as famílias que residem em bairros periféricos e dependem predominantemente do mercado informal, como é o caso do bairro Chinguar, alvo de nossa pesquisa.

Através desses instrumentos normativos, instituiu-se um regime de serviços mínimos e a suspensão de determinados direitos. O Estado de Emergência, inicialmente estabelecido por 15 dias e subsequentemente renovado em ciclos quinzenais, foi substituído, a partir de 22 de maio de 2020, por um Estado de Calamidade Pública de duração mais estendida. Este último perdurou por quase dois anos, sendo finalizado apenas em 16 de maio de 2022.

Visto que não foram adotadas medidas específicas para cada município, a análise aqui desenvolvida baseia-se nas normas gerais e investiga como essas diretrizes foram aplicadas nos distintos contextos municipais.

Para iniciar, o Decreto Presidencial n.º 81/20, que declarou o Estado de Emergência no país, apresentou em seu artigo 2.º a suspensão ou limitação parcial do exercício de alguns direitos, a saber:

- Direito de residência, circulação e migração para qualquer parte do território nacional e Direito de Circulação Internacional (1, 2);
- Direitos de propriedade e de iniciativa económica privada (3);
- Direitos gerais dos trabalhadores (4);
- Direito à greve (5);
- Direito de reunião e de manifestação (6);
- Direito de liberdade de culto, na sua dimensão coletiva (7).

Esses direitos no sentido geral não deixaram de ser exercidos pelos cidadãos, foram apenas restringidos/suspensos por um determinado período. Isso não se traduz na paralisação total do país por necessidade de manter os serviços essenciais à vida da população (o núcleo essencial dos direitos) devem continuar a ser observados por todos os entes públicos e privados.

Porém, o Decreto Presidencial n.º 81/20 não detalhava claramente como os órgãos públicos agiriam para aplicar essas restrições a alguns direitos humanos durante a emergência. Para resolver essa situação, o artigo 4.º do decreto previa que uma legislação específica regulamentaria essa situação. Assim, o Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de março, foi criado para estabelecer medidas temporárias e excepcionais de prevenção e controle da COVID-19. Em resumo, este decreto visava definir de forma mais explícita as ações consideradas necessárias e proporcionais ao contexto da pandemia.

Dentre as principais medidas que podem ressaltadas desse decreto e que na sua implementação acabaram por afetar profundamente a vida dessas famílias, podemos destacar as seguintes:

Restrições à liberdade de circulação (art. 3º)

Essa norma definiu a interdição a circulação e a permanência de pessoas na via pública, devendo os cidadãos estar submetidos a recolhimento domiciliar, o ponto 2 desse decreto, definiu algumas situações que em se poderia justificar a permanência de pessoas na via pública, nomeadamente:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais; b) A prestação de serviços essenciais; c) O desempenho de tarefas e o exercício de atividades profissionais em funcionamento durante o período de vigência do estado de emergência; d) Obtenção de cuidados de saúde; e) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio; f) Assistência a pessoas vulneráveis; g) Participação em ações de voluntariado; h) Participação em atos públicos em instituições em funcionamento; i) Busca de serviços bancários; j) Acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis; k) Retorno ao domicílio pessoal; l) Transporte de mercadorias.

- Cerca sanitária provincial (6.º)

Com a imposição da cerca sanitária provincial, a circulação interprovincial foi automaticamente suspensa em todo o território nacional. Exceções foram abertas apenas para a entrada e saída de bens e serviços essenciais, ajuda humanitária e transporte de doentes.

No entanto, essa restrição impactou profundamente a subsistência de diversas famílias no bairro Chinguar, cuja economia dependia essencialmente do mercado informal. Essas famílias comercializavam produtos agrícolas provenientes de províncias como Huambo, Bié, Kwanza-Sul e Malanje. Embora a norma previsse a liberação de bens essenciais, a fiscalização nas fronteiras provinciais e a exigência de testes negativos para COVID-19 inviabilizaram a circulação de muitos fornecedores. Essa interrupção afetou diretamente as famílias que tinham nesses negócios sua principal fonte de renda.

A representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Angola, Gherda Barreto, reforçou essa preocupação, afirmando que "o novo coronavírus está colocando vidas e meios de subsistência em risco". Sua declaração destacou justamente as dificuldades no escoamento de produtos do campo

para a cidade, que representa o principal mercado consumidor. Essa questão sempre foi um desafio na relação campo-cidade em Angola, com muitos produtos estragando antes mesmo da pandemia devido a problemas logísticos. A situação de calamidade sanitária apenas agravou um problema preexistente, intensificando a precarização das condições de vida.

- Encerramento dos Serviços públicos em geral (11.º)

Com o advento das medidas restritivas, a vasta maioria dos serviços, tanto públicos quanto privados, foi suspensa. Apenas setores considerados essenciais mantiveram suas operações, incluindo: unidades hospitalares (públicas e privadas); instituições financeiras (bancos e serviços de seguros); farmácias, fornecedores de medicamentos e prestadores de bens e serviços hospitalares. Adicionalmente, as operações foram mantidas para serviços e unidades militares, de ordem pública e equiparados; segurança privada; proteção civil e bombeiros; serviços de emergência; e os serviços essenciais de energia e águas, que incluíam seus balcões de atendimento. Também permaneceram em funcionamento os serviços de apoio ao tráfego e mobilidade; recolha e tratamento de resíduos; e os serviços funerários, abrangendo cemitérios, morgues e seus respectivos registros de óbito.

- Atividade comercial (17.º)

O Artigo 1º desse decreto estabeleceu o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais privados, com exceção daqueles dedicados à comercialização de bens alimentares (atacado e varejo), serviços bancários e de pagamento, telecomunicações, imprensa, rádio e televisão, hotelaria e restaurantes (somente para take-away e entrega ao domicílio). Postos de combustível e toda a sua cadeia de abastecimento, agências funerárias e serviços correlatos, manutenção e reparação urgente de veículos automotores, além de outros serviços essenciais à vida coletiva com parecer favorável das autoridades sanitárias competentes, também foram mantidos.

Contudo, mesmo com a permissão para que muitos estabelecimentos se enquadrassem nessas categorias, a realidade observada foi o fechamento de grande parte deles. Fatores como dificuldades de locomoção, escassez na aquisição de produtos e a queda drástica do poder de compra das famílias contribuíram para essa paralisação. Essa conjuntura impactou diretamente as famílias dos bairros periféricos de Luanda, em

particular as do bairro Chinguar. Muitos desses pequenos comércios empregavam moradores locais que, com o fechamento, perderam seus postos de trabalho, e para muitos, a única fonte de renda para o sustento familiar.

Assim, embora a medida de encerramento não visasse diretamente as famílias periféricas como proprietárias de grandes estabelecimentos, ela afetou significativamente suas condições de vida. Dada a realidade socioeconômica do país, são justamente nesses pequenos negócios que uma parcela considerável da população encontra oportunidades de emprego. Automaticamente, a restrição imposta resultou em um impacto substancial na subsistência das famílias do bairro Chinguar.

- Mercados e venda ambulante (18.º)

De acordo com o número 1 desse artigo, os mercados públicos, formais ou informais, se manteriam em funcionamento, apenas no período compreendido entre as 6 horas e as 13 horas, exclusivamente para a comercialização de produtos essenciais, entre os quais: bens alimentares; produtos naturais e dietéticos; produtos de higiene, limpeza e cosméticos e gás butano. Porém, tendo em conta o número 2 do mesmo artigo ficaria sob responsabilidade das autoridades sanitárias competentes, em função de situações em que se comprove um alto risco de contágio, o encerramento desses mercados.

Outros dois pontos desse artigo que merecem alguma atenção nessa discussão são os pontos nº 4. Em que ficou definido a “permissão da venda ambulante individual, devendo ser observado o distanciamento mínimo recomendado entre o vendedor e o comprador no ato da compra”, e o nº 5. Que determinou a proibição dos mercados informais de rua que impliquem a concentração de pessoas.

Esse ponto merece algum destaque, tendo em conta que tal como se destacou no capítulo anterior, a maior parte das famílias angolanas e dessa comunidade não são uma exceção, sobrevivem do mercado informal, reiterando esses dados, o levantamento feito pelo INE indica que a economia informal domina o mercado, com 79,8% das mais de 11,7 milhões de pessoas em idade ativa a desenvolveram a sua atividade económica fora do sistema formal, desse universo, 88,5% são mulheres e 70,7% homens (INE, 2023). Salientar que nesse contexto, o mercado informal engloba um conjunto de serviços que são prestados sem a observação de uma legislação própria e fora do sistema formal de mercado do país.

Essa acabou por ser uma das medidas que mais afetou negativamente a vida das famílias do bairro Chinguar, o fato de se reduzir o tempo de venda a nível dos mercados formais e informais tal como ficou definido no nº 1, desse artigo acabou por afetar profundamente a rotina e a fonte de renda dessas famílias, além de existir o medo generalizado que levou muitas famílias a ficarem inibidas de saírem a rua no primeiro momento em que se instaurou o estado de emergência, deve-se reconhecer que algumas das medidas citadas aqui anteriormente afetaram essa dinâmica de mercado.

Por um lado, algumas não tinham o vender uma vez que muitos dos produtos que vinham do campo e que eram comercializados principalmente por mulheres residentes nessa comunidade, tal como destacou-se anteriormente, para muitas dessas comerciantes ficou paralisado por causa da questão do escoamento desses produtos até a cidade capital e por outro lado houve uma outra grande baixa no poder de compra de muitas famílias, tudo isso afetou de forma muita negativa essas famílias.

Embora tal como definido no nº 4 desse artigo a “permissão da venda ambulante individual, desde que se observasse o distanciamento mínimo recomendado entre o vendedor e o comprador no ato da compra bem como o uso da máscara facial”, a verdade que na prática grande parte dos vendedores ambulantes e nesse caso específico aqueles que sobrevivem da *zunga*, acabaram por enfrentar muitas dificuldades para exercerem o seu trabalho e as razões não são muito diferentes daqueles que trabalhavam nos mercados informais da comunidade, vendendo em lugares fixos.

Para esses que faziam esse trabalho, destaca-se ainda determinados excessos por parte da polícia para com os cidadãos que não ficavam em casa. Algo que pode ter sido usado justificativa para que se cometessem esses excessos, talvez tenha sido a declaração pública feita numa conferência de imprensa pelo principal responsável do Ministério do Interior, órgão que tutela a gestão da carreira policial no país, tal como registrado pela DW (2020), Eugénio Laborinho fez a seguinte declaração pública que ficou muito conhecida em todo país “A polícia não está no terreno para servir rebuçados, nem para dar chocolates, ela vai atuar conforme o comportamento de cada cidadão ou de cada aglomerado”.

Embora o responsável falasse diretamente sobre situações de detenções por situações de desobediência ou incumprimento do decreto por parte dos cidadãos, a verdade é que na prática se cometeram muitos excessos até mesmo em situações em que se justificava a presença de pessoas na via pública tal como definiu esse decreto.

Com relação a isso, a Mosaico (2020) fez a seguinte declaração:

“Nos últimos dias, temos estado a assistir ao uso desproporcional da força e recurso à violência por parte dos agentes da polícia, tendo como fundamento o Estado de Emergência. A agressão física é uma violação à integridade física dos cidadãos e contraria o que dispõem os artigos 5.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 33.º da CRA e os Decretos Presidenciais aqui já referidos”.

A mesma publicação continua ainda afirmando que,

“O que se espera da atuação dos agentes da polícia no que concerne à restrição da liberdade de circulação, é que tenham uma abordagem pedagógica e façam com que o cidadão perceba que a saída de casa só é permitida em circunstâncias excepcionais que devem ser explicadas e esclarecidas pelos agentes da polícia, já que estamos perante uma situação nova, desconhecida pela maioria da população. E se depois de tudo isto, o cidadão desobedecer, o agente da polícia, pode então, ordenar a detenção imediata do cidadão, com fundamento no crime de desobediência, previsto e punível com pena de 3 meses de prisão nos termos do artigo 188.º do Código Penal”.

Essas declarações ajudam a perceber por que razão muitas dessas pessoas que trabalhavam como zungueiras, acabaram por não exercer plenamente a sua atividade comercial e por ser a principal fonte de renda dessas famílias, elas acabaram por passar por muitas dificuldades financeiras durante todo esse período.

Todas essas situações acabaram colocando em causa ou condicionando o sustento de muitas dessas famílias, pois muitas dependem exclusivamente do que vendem num dia para o sustento daquele dia.

- Atividades políticas e liberdade de reunião e manifestação (20.º)

Durante o período pandêmico foram proibidos todos os eventos e atividades políticas que implicassem a concentração de mais de 50 pessoas incluindo reuniões e manifestações que implicassem o ajuntamento de mais de 50 pessoas, isso implicou diretamente na vida dessas famílias porque não podiam sequer sair para reivindicar.

- Cultos e celebrações religiosas (22.º)

A questão espiritual e consequentemente emocional de muitas dessas famílias, ficou profundamente afetado com a suspensão dos cultos e celebrações religiosas na sua

dimensão coletiva em todos os lugares de culto, não sendo impedidos, porém, do direito à liberdade de culto na sua dimensão individual.

A questão espiritual de forma coletiva, enquanto grupo, comunidade, sempre fez parte da história dos povos africanos, o apego firme a um ser espiritual superior e que merece total devoção, está no dia a dia dessas famílias, então, essa medida, acabou afetando muito a questão espiritual e conseqüentemente emocional para muitas dessas famílias principalmente mulheres, donas de casa e que no seu dia a dia, face as várias dificuldades que enfrentam, acabam encontrando algum consolo, esperança, quando têm esse contato com Deus, quando louvam e fazem outras trocas com seus irmão de igreja e principalmente numa fase em havia um medo generalizado e tudo que se queria era uma esperança, essa medida, embora necessária, vale voltar a realçar, acabou afetando de forma muito negativa as rotinas de muitas dessas famílias.

- Proteção de inquilinos (27.º)

Uma medida que foi muito valorizada, foi a desse artigo que determinava a proibição de despejos de inquilinos nos contratos de arrendamento para fins habitacionais, porém, o inquilino continuava tendo a responsabilidade de fazer o pagamento da renda devida.

Num contexto em a maior parte das famílias vivem em casa arrendadas, e a maior parte delas sofreu um impacto econômico muito negativo durante a pandemia, quer pela baixa que se registrou nos negócios feitos por algumas dessas famílias bem como pelo fato de que muitos perderam os empregos durante essa fase, então, apesar dessa medida, algumas famílias tiveram que sair das casas em que viviam e não tinham onde recorrer, sendo acolhidos por algum familiar ou pessoa próxima conhecida que teve disposição em dar essa ajuda, ao passo que outras ficaram profundamente endividadas com os senhorios.

Além, desses artigos que constavam do decreto presidencial n.º 82/20 de 26 de março, que regulou as medidas de exceção e temporárias para a prevenção e o controlo da propagação da pandemia Covid-19 durante o estado de emergência e que depois foi prorrogado por mais outros decretos, o país entrou num outro momento, que foi instauração da situação ou do estado de calamidade por meio do decreto presidencial n.º 142/20, de 25 de maio, que permitiu a adoção de um conjunto de medidas extraordinárias até ao regresso à normalidade, além do esforço paulatino para amenizar algumas das medidas instauradas inicialmente durante o estado de emergência, algumas outras foram

implementadas nesse processo de aos poucos o país ir retomando o seu funcionamento normal, dentre as quais podemos enfatizar as seguintes:

- Medidas de proteção individual (5.º)

De acordo com esse artigo, passou a ser obrigatório o uso de máscaras faciais nos mercados, venda ambulante, estabelecimentos comerciais, recintos fechados de acesso ao público, locais de culto, estabelecimentos de ensino, transportes coletivos e passou a ser recomendável o uso de máscara facial em espaços abertos em que não fosse possível observar o distanciamento físico.

O não cumprimento dessa medida podia resultar no impedimento de acesso a esses locais e até mesmo em uma detenção por parte da polícia, nesse quesito foram registrados muitos desacatos por parte da população, muitos foram detidos pela polícia e novamente nesse caso, tal como se deu na análise que fizemos sobre o trabalho das pessoas que trabalhavam como zungueiras, a população relata que houve muitos excessos por parte da polícia, que tendo em conta o contexto apesar de aplicar a rigorosidade no cumprimento dessas medidas, poderia também ter uma atitude mais pedagógica, tal como defenderam durante essa fase alguns ativistas sociais.

Com relação a essa medida, outra nota que vale destacar está relacionada aos altos preços das máscaras cirúrgicas descartáveis, o que levou as pessoas a recorrerem ao uso de máscaras de tecido que após serem usadas eram lavadas e reutilizadas por um longo período, o que veio a constituir-se também como uma fonte de renda para algumas famílias que começaram a produzir e a comercializar essas máscaras como uma forma de conseguirem sustento para suas famílias.

- Estabelecimentos de ensino (18.º)

Foi dada autorização para que os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de nível superior e do Iº Ciclo do Ensino Primário e Ensino Secundário e do IIº Ciclo do Ensino Secundário para reiniciarem as atividades letivas, porém, esse reinício, estava sujeita à observância de regras de biossegurança e de distanciamento físico.

Grande parte das escolas que estão na periferia não têm condições nenhuma, o sistema de esgoto é péssimo, a maior parte delas não sequer água canalizada, o que acabou por ser uma dificuldade para o arranque das aulas nas escolas que estão nas áreas mais periféricas da cidade de Luanda e no bairro Chinguar foi exatamente da mesma forma, um estudo feito pelas ONGs angolanas, Mosaiko e Instituto para a Cidadania e a Rede

de Organizações da Sociedade Civil de Educação para Todos (Rede EPT-Angola) revelaram que mais de 90% das escolas angolanas não tinham as condições necessárias para o regresso às aulas.

A análise "Diagnóstico às Escolas sobre as Condições de Regresso às Aulas", citada pela agência de notícias Lusa, referiu que das 70 escolas do ensino primário e 1.º ciclo, a maioria públicas (54), 93% indicaram que não têm todas as condições necessárias para retomar as atividades letivas com segurança, sendo a falta de água, o número de torneiras disponíveis e a falta de casas de banho as principais condicionantes.

Com relação a isso, destacou-se o posicionamento do Movimento Estudantil de Angola (MEA), que na voz do seu presidente Francisco Teixeira, fez uma denúncia dura, porém necessária tendo em conta a situação que se vivia:

"Pedimos que o Governo crie nas escolas públicas condições iguais às que foram criadas onde estudam os filhos deles. O Governo prometeu colocar tambores com água na porta das escolas, mas não os colocou. Prometeu reparar os quartos de banho das escolas públicas e não cumpriu. Prometeu colocar à disposição dos alunos autocarros, também não cumpriu. Os estudantes continuam a percorrer longos quilómetros para chegar as escolas" (DW, 2020).

Essa declaração denúncia feita por esse líder associativo de um dos movimentos estudantis mais fortes que o país tem, destaca as dificuldades que essas famílias enfrentaram, uma vez que tinham necessidade de enviar os filhos as escolas, porém, com muito receio pelo fato dessas escolas não estarem capacitadas para receber as crianças pois faltava quase de tudo um pouco.

- Mercados e venda ambulante e de artesanato (24.º)

Os mercados públicos e de artesanato funcionam cinco dias por semana, nomeadamente de terça-feira a sábado, no período compreendido entre as 6 horas e as 15 horas.

- Trabalhadores domésticos (30.º)

A prestação de trabalho doméstico está sujeita ao uso de máscara facial, sendo a entidade empregadora obrigada a criar as condições gerais de biossegurança, nomeadamente a disponibilizar máscaras individuais.

Todas essas medidas que vigoraram, quer durante o estado de emergência bem como do estado de calamidade, tiveram um impacto muito forte sobre a maioria dessas famílias que vivem na periferia da cidade e sobrevivem principalmente do mercado informal e por toda situação que enfrentam acabam por estar socialmente muito desprotegidas e numa condição de pobreza.

Um estudo feito pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o índice de pobreza multidimensional em 2018, a ONU declarou: “Mais de 16 milhões de angolanos foram considerados multidimensionalmente pobres, o que equivale a cerca de 51,1% da população total. Outros 15,5% são considerados em risco de pobreza” (PNUD, 2018). Esse estudo ajuda a perceber que, infelizmente, grande parte das famílias angolanas vivem nessa condição de desproteção social em vários sentidos. Diante disso, consideramos que o pensamento de Arruda, Colaço e Baia (2014, p. 33) faz todo o sentido, quando afirmam que:

“Pobreza e exclusão social não são dados naturais, são antes produto de relações sociais desiguais face à luta travada pelos indivíduos, numa dada sociedade, pelo acesso aos recursos de sobrevivência. Porque produto de relações sociais e construção social, a exclusão social, historicamente, esteve ligada aos sistemas de classificação sobre o normal e o patológico. Os sistemas de classificação, entre muitas finalidades, constituem, na verdade, mecanismos tradicionais de controlo social em relação aos indivíduos ou grupos de indivíduos que podem comprometer a segurança ou ordem pública (criminosos, delinquentes etc.), ou daqueles que podem pôr em perigo a sociedade genericamente considerada (indivíduos com doenças crónicas e/ou contagiosas)”.

Compreender que essas famílias não são culpadas pela condição em que se encontram é fundamental para fazermos essa discussão, pois é evidente que por razões históricas e alheias à vontade delas, sempre foram colocadas à margem da sociedade e estiveram numa condição de desproteção social grave. Isso levou a considerar fortemente a responsabilidade do estado perante essa situação, pois Engels (1985) entende que a figura do Estado surge em decorrência da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e que, portanto, é produto da sociedade.

Sabemos que estado nasceu da necessidade social de conter o antagonismo das classes sociais existentes, e que, regra geral, se posiciona quase sempre ao lado da classe mais poderosa, que é a classe economicamente dominante, assim adquirindo meios de repressão e exploração da classe oprimida.

Monteiro (2022) destaca que diante dos defeitos estruturais do capital, percebemos que o papel do estado moderno em Angola, através da atuação direta sobre a administração desse sistema sociometabólico, é fundamental na garantia de manutenção da ordem constituída, ou seja o estado nas suas funções e responsabilidades de tentar manter a ordem, para amenizar os efeitos desse incontrolável sistema sociometabólico que caracteriza o capital, cria um conjunto de medidas algumas vezes por meio de políticas sociais para amenizar o impacto desse sistema sobre as suas populações, e numa altura como essa isso foi necessário demais.

Desta forma, além de medidas preventivas e privativas, para ajudar essas famílias seria necessário que o governo assumisse o seu papel responsável pela manutenção da ordem social constituída, responsabilidades de tentar manter a ordem levar a cabo algumas ações para amenizar o forte impacto dessas medidas implementadas durante esses períodos sobre algumas dessas famílias que se encontravam numa situação de total desproteção social.

E, é nesse sentido que surgiram muitas críticas à gestão da pandemia no contexto angolano, uma vez que essas famílias estavam numa condição de vulnerabilidade, o que se esperava era que o estado se posicionasse e olhasse com mais responsabilidades para essas famílias, pois enquanto gestor dos recursos públicos tem essa obrigação para com os grupos mais desprotegidos.

Em termos de ações por parte do estado angolano para amenizar a situação de algumas famílias, foram tomadas algumas medidas como o fornecimento de transferências de rendimentos, alimentos e produtos de saúde para algumas famílias e, também, capital e crédito para as empresas (UNCTAD, 2021).

Essas medidas foram muito exaltadas por algumas famílias que se beneficiaram e algumas microempresas que graças a essa medida, conseguiram se manter e não declaram falência, mas os críticos reclamaram da partidarização e da falta de transparência na distribuição da assistência governamental (Amnistia Internacional, 2020).

Essas críticas fazem algum sentido, porque, por exemplo, não existem ou não foram tornadas públicas as empresas que beneficiaram desse investimento, embora tenha surgido o anúncio de que haveria esse auxílio para esses microempresários, a verdade é que a maior parte das microempresas e pequenos negócios que funcionavam a nível das periferias deixaram de existir por falta de capacidade financeira para se manterem. O

sistema extremamente burocrático que caracteriza o país, faz com a corrupção seja normalizada em muitos contextos e instituições estatais.

E tal como defende Simão (2011, p-34):

“A corrupção social ou estatal é caracterizada pela incapacidade moral dos cidadãos de assumir compromissos voltados ao bem comum. Vale dizer, os cidadãos mostram-se incapazes de fazer coisas que não lhes traga uma gratificação pessoal”

O autor defende ainda que essa corrupção política, está relacionado ao uso do poder público para benefício, proveito, promoção ou prestígio particular, ou em favor de um determinado grupo ou classe, de modo que essa forma de agir constitua uma violação da lei ou dos padrões de elevada conduta moral no seio da sociedade.

E foi exatamente isso o que aconteceu, infelizmente o governo, liderado desde que o país atingiu a independência pelo partido MPLA, instalou um sistema de governação, que facilita a corrupção, tanto que isso veio a tornar-se uma prática em muitas instituições, e usam-se influências nos mais variados setores para se ter acesso a benefícios e a outras benesses deixando de lado a vasta maioria dos cidadãos que não têm essas mesmas influências ou a quem recorrer para receberem esses benefícios.

Então, do ponto de vista formal, existem algumas medidas que realmente foram criadas, mas do ponto de vista prático a maior parte dessas medidas não chegaram a quem realmente precisava receber esses benefícios, e essa afirmação surge principalmente do fato de que as administrações municipais que representam o poder local a nível municipal, não têm dados exatos sobre essas intervenções feitas durante o período da pandemia, e grande parte das famílias, principalmente as que residem no bairro Chinguar, afirmam que não receberam nenhuma ajuda do estado nesse período.

Outro dado interessante, é que apesar do INE fazer um estudo geral da população angolana, a verdade é que não existe no país um sistema plausível de cadastro de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou desproteção social, isso faz com que se registrem muitas brechas na eficácia de aplicação de certas medidas e esse foi um dos casos. Por exemplo, o INE, não dispõe ou não publica dados exatos de família em situação de desproteção social por cada área/região do país, estando apenas disponíveis alguns dados gerais que são publicados em relatórios e que partilhamos aqui nesse trabalho, seria necessário cada administração municipal ter um registro completo do número de famílias

nessa situação dentro da sua área de jurisdição, saber exatamente onde essas famílias estão localizadas e em que condições vivem, ter um cadastro sempre atualizado, para dessa forma poderem criar políticas e ações que realmente sejam direcionadas para o grupo de pessoas que precisam.

Nesse sentido, vale destacar o bom trabalho que está a ser feito pelo Instituto de Desenvolvimento Local (FAS) que leva a cabo um amplo processo de cadastro social único que visa também fazer esse levantamento, de famílias em situação de vulnerabilidade e/ou desproteção social, criar uma base de dados que pode com essas informações de modo que as ações levadas a cabo por essa instituição incidam diretamente sobre esse grupo alvo das políticas que são trabalhadas por ela.

Embora numa primeira fase o foco foram áreas rurais, numa segunda fase do programa, vai se olhar também para o periurbano, uma vez que se compreende que apesar de estarem a viver numa área considerada urbana existem algumas famílias em situação de vulnerabilidade social e que precisam de ser assistidas. Com relação a isso, vamos fazer uma consideração mais detalhada no capítulo a seguir.

V - PROTEÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA

A análise a volta da proteção social das famílias em angola é de extrema importância, principalmente face ao período de pandemia, que foi uma altura em que muitas famílias ficaram sem recursos e precisam de uma maior intervenção do estado no sentido de conseguirem lidar com essas situações difíceis, uma vez que o objetivo da proteção social é a garantia de inclusão a todos os cidadãos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de proteção social local, porque tal como afirmou-se num relatório mundial sobre a proteção social da OIT 2020-2022:

“Não obstante os progressos verificados nos últimos anos na extensão da proteção social em muitas partes do mundo, quando fomos atingidos pela pandemia da Covid-19, muitos países enfrentavam ainda desafios significativos no sentido de tornar o direito humano à segurança social uma realidade para todos”.

Com relação a essa afirmação da OIT, vale salientar, que angola não é uma exceção, no entanto, importa enfatizar que compreender a política de proteção social é pensar num movimento dialético e contraditório que relaciona as lutas de classes e a conformação destas lutas em um campo político e ideológico. Desta forma, as políticas sociais no modo como se apresentam atualmente possuem marcos histórico, nascido no pós-guerra, e institucional, no âmbito das relações do Estado Burguês. Assim, representam políticas de ação que visam atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, (Pereira, 2009).

Por essa razão, antes de analisarmos a lei de proteção social que é o objetivo desse capítulo, vale fazer uma reflexão do contexto histórico do país tendo em conta alguns pontos que já foram destacados no capítulo I desse trabalho onde vimos por exemplo que angola foi colônia portuguesa até o ano de 1975, período em que oficialmente o país alcançou a independência, um contato que do ponto de vista formal começou no séc. XV com a chegada dos portugueses em 1482, mas a ocupação efetiva de grande parte do território, principalmente da costa litorânea do país deu-se por volta dos anos 1500 (Lima, 1989 p- 4).

O primeiro contato entre a caravana portuguesa e os povos nativos ocorreu no reino do Kongo um reino que era forte e estruturado, contando com a presença de milhares

de habitantes e que tinha como líder o Manikongo. Em termos territoriais, o Império do Kongo estava organizado em seis províncias: “Soyo, Mbamba, Nsundi, Mpango, Mbata e Mpemba. Esses reinos tinham agricultura, pesca e caça como as principais atividades para sua manutenção” (Pantoja, 2000, p. 57).

Segundo Pantoja, (2000, p. 58) Além dessa organização política, havia as *lubatas*, *mbanzas*⁵ e estados independentes, como o *Loango*, *Ndongo*, *Cakongo*, *Dembe*, *Matamba*, *Ngoyo*, entre outros, de modo que o poder central do *Manikongo* se organizava por meio de cobranças de impostos em produtos, cobrados entre as províncias. Esses tributos podiam ser pagos em produtos como marfins, rafia e cativos, mas os povos do Kongo desenvolveram uma espécie de moeda local, as conchas de nzimbo (pequenos búzios afunilados colhidos na região de Luanda, mais propriamente na Ilha de Luanda que serviam de moeda), que foi a primeira moeda do território angolano (Pantoja, 2000, p. 62)

No panorama internacional, com a crise e queda eminente do feudalismo (Conte, 1976), foi se criando um ambiente propício para o desenvolvimento de um novo sistema econômico, que foi o mercantilismo, um conjunto de práticas econômicas que caracterizou a transição do feudalismo para o capitalismo e cujo nascimento ou começo tem uma estreita relação com o surgimento das monarquias que se foram estabelecendo a nível da Europa, que segundo Costa e Mello (2008), foi a forma sob a qual se estruturou o estado na passagem da Idade Média para os tempos modernos.

Esse mercantilismo enquanto sistema econômico, compunha um conjunto de práticas econômicas dos estados absolutistas europeus entre os séculos XV a XVII, cuja principal característica era a intervenção do estado na economia, deste modo deu-se início as grandes navegações, resultando dessa forma nas invasões aos inúmeros territórios a longo da costa, desenvolvendo então o colonialismo nos locais dominados. E “Portugal foi dos países que mais participou ativamente nesse processo de invasão resultando na ocupação do continente africano, por volta de 1415, no porto de Ceuta” (Coser, 2007, p. 706).

Importa salientar também o protagonismo da igreja Católica nessa dinâmica de exploração e ocupação, uma vez que ela estava profundamente afligida pelo processo das

⁵ *lubatas* (Aldeias) e *mbanzas* (cidades) que pagavam tributos ao manikongo, o líder do império do Kongo. Esses tributos, geralmente eram pagos com o que produzia nessas localidades, coisas tais como: alimentos, tecidos de rafia vindo do Nordeste, sal vindo da costa, cobre vindos do sudeste.

reformas protestantes, desse modo, surgiu a necessidade de expandir as suas crenças para outros territórios, substituindo dessa forma as grandes perdas de fiéis em países como Alemanha, Suíça, Inglaterra e França e obviamente os interesses econômicos da própria igreja nesse processo todo. Dessa forma, deu-se a relação de colaboração entre as potências europeias e a Igreja Católica Apostólica Romana, tendo em conta os interesses de cada uma das partes envolvidas.

As viagens tinham dessa forma dois objetivos bem patentes: catequização dos povos nativos e a organização de sistemas coloniais, que tinham como base a exploração de povos africanos escravizados e a seguir o tráfico internacional de escravizados, tudo apoiado pela Igreja católica. Isso pode ser comprovado pelas bulas papais de Nicolau V, “Dum Diversus” e “Divino Amore Communiti”, ambas datadas de 1452, que autorizavam os portugueses a escravizarem e cristianizarem os africanos (Tinhorão, 1988, p. 56), e nesse sentido, Angola não foi uma exceção, na condição de colônia portuguesa “exportará” milhões de “peças” para a colônia portuguesa na América, favorecendo dessa forma a naturalização da escravatura (Oliveira, 2009, p. 359).

Tendo em conta esse objetivo em comum que a igreja e as potências colonizadoras tinham em comum, começa o período a que a literatura convencional eurocêntrica denomina como “Era das grandes navegações” ou ainda “Era das descobertas”, mas que do ponto de vista dos povos africanos foi uma clara “invasão e ocupação” dos seus territórios, tal como salientamos inicialmente, o primeiro contacto entre a delegação portuguesa e os líderes do império do congo deu-se por volta de 1482, quando uma delegação chefiada pelo invasor Português Diogo Cão aportou na foz do rio Zaire, chegando pela primeira vez no atual território angolano (Souza, 2003, p. 72).

Um segundo momento desse processo de ocupação deu-se por volta dos anos 1500, com a ocupação efetiva de alguns territórios, com destaque para fundação da cidade de Luanda em 25/01/1576 pelo invasor e explorador português Paulo Dias de Novais, e com isso, houve uma alteração significativa no quadro político, econômico e cultural da região. Pois, o período de 1500 até sensivelmente o ano de 1885, foi marcado por um longo processo de tráfico de pessoas escravizadas. Segundo Ferreira (2012), muitos angolanos eram feitos prisioneiros através das guerras de “*Kwata-Kwata*” que eram conflitos intertribais no território angolano promovidos por Portugal, para facilitar o processo de escravização de angolanos, usando do seu domínio e da forte influência que exerciam em determinados contextos, algumas tribos eram influenciadas e usadas pelos

portugueses para participarem do processo de capturar pessoas de outras tribos, facilitando dessa forma esse processo de comercialização desses corpos negros que eram tratados como simples mercadorias e vendidos aos «negreiros» que os transportavam nos porões dos seus barcos para o Brasil e outras regiões da América, onde eram vendidos aos donos de plantações de cana-de-açúcar.

Nessa fase, infelizmente o país perdeu muitos dos seus filhos. Nessa altura, as viagens transatlânticas podiam durar aproximadamente seis meses e por essa razão muitas dessas pessoas escravizadas que faziam parte da tripulação, morriam pelo caminho vítimas da fome, das doenças que adquiriam em função das péssimas condições dos próprios navios, dos castigos e de todas outras condições insalubres que esses navios tinham. Os historiadores calculam que Angola perdeu nesse período mais de quatro milhões de seus filhos, embora alguns historiadores apontam que o número deve ser maior do que esse que é oficialmente aceite (MPLA, 1975; Miller, 1999), na sua maioria, jovens, trabalhadores saudáveis, mulheres jovens e férteis e até mesmo algumas crianças, pois tal como enfatizam esses mesmos historiadores, pessoas aparentemente frágeis, sem condições de executarem com eficácia os trabalhos anuais e as pessoas com deficiência não eram permitidas entrar nos navios negreiros.

Segundo Pacheco, Costa e Oliveira (2018 p-88) De 1885 até 1910 tem início ao que os autores denominaram como sendo a terceira etapa colonial, que é marcada pelas guerras de ocupação militar, que permitiu a Portugal o controlo efetivo de todo o território angolano. E, nesse mesmo intervalo os autores defendem que se deu início à quarta etapa, a da exploração capitalista de Angola, que é marcada pela introdução de novas relações de produção, pelo trabalho forçado (o chamado Contrato/Trabalho de contratado), pela exploração de roças, minas e algumas fábricas. O que nos ajuda a perceber que Angola entra no cenário capitalista mundial por meio do processo de colonização imposto por Portugal, sendo esse capitalismo em que o país é inserido, caracterizado como sendo um capitalismo periférico dependente.

Finalmente, a 4 de fevereiro de 1961 arranca a quinta e última etapa do período colonial, a etapa da revolução angolana, aqui destacam-se os movimentos de libertação nacional, Apesar da maior diversificação étnica e religiosa atual no seio dos partidos políticos angolanos, no passado, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido nascido em Luanda, criado em 1956 por Viriato da Cruz e Mario Pinto de Andrade, veio a ter a sua base de apoio populacional nos negros assimilados e a população

originária, maioritariamente do grupo étnico ambundu e o espaço sociocultural misto. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1954 por Holden Roberto, teve apoio de elementos maioritariamente bakongo e a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966 por Jonas Malheiro Savimbi, a base de apoio nos ovimbundu e os Lunda-Chokwe (Kanjongo, 2009).

Foram estes movimentos de libertação nacional que em 1961, iniciaram a guerra anticolonial, e as negociações para que o país se tornasse independente que culminou 14 anos depois, em janeiro de 1975 com a realização dos acordos de alvor em Portugal em que ficou definido a independência de Angola como um estado autónomo e determinou-se a criação imediata de um governo de transição composta por representantes dos 3 movimentos de libertação nacional nos mais variados setores e que organizariam as eleições em novembro de 1975 para que ficasse definido que governaria o país (Braz, 2017, p. 91).

A partir desse momento começam a surgir outros problemas relacionados aos objetivos desses movimentos de libertação nacional que tinham a responsabilidade de dar um outro rumo país depois do período colonial, pois, embora tivessem objetivos em comum de acabar com o domínio colonial, o MPLA e a UNITA que eram os principais movimentos de libertação nacional, tinham raízes diferentes na sociedade angolana e lideranças mutuamente incompatíveis.

Uma jogada política levada a cabo pelo MPLA que em função dos receios dos seus adversários políticos, com o apoio de Rússia (URSS) por meio de Cuba armou-se belicamente e conseguiu expulsar da capital Luanda, os seus adversários políticos e em seguida proclamou a independência do país no dia 11 de novembro de 1975, sendo essa declaração reconhecida oficialmente por toda comunidade internacional.

De acordo com Monteiro (2016) A FNLA, que contava com o apoio Estados Unidos da América e da atual República Democrática do Congo, nessa altura já havia perdido toda a sua capacidade bélica e a UNITA, que na altura também era apoiada Estados Unidos da América – por meio da África do Sul – proclamou sua independência no Huambo, uma das cidades do planalto central onde depois foi expulsa pelo MPLA, até se ter confinado nas matas do sudeste de Angola, onde criou sua base que intitulou, “República Negra- -Africana Socialista de Angola” (Mosaiko, 2009, p. 264).

Tendo em conta tudo isso, o conflito armado entre os movimentos de libertação não foi evitado, durado 16 anos até os acordos de Bicesse que foi um acordo de cessar-fogo, reconciliação nacional e transição para a democracia multipartidária, celebrado entre o até então autoproclamado governo de Angola liderado pelo MPLA e o então grupo guerrilheiro e a UNITA enquanto partido na oposição, sob supervisão de Portugal e de outros representantes da União Europeia.

Ficou definido dessa forma que seriam realizadas as primeiras eleições partidárias em Angola em 1992 sob supervisão da União Europeia, mas, mais uma vez depois de realizadas a primeira volta, os resultados que atribuíam vitória ao candidato do MPLA (José Eduardo dos Santos) sobre o candidato da UNITA (Jonas Malheiro Savimbi) foram questionados e enquanto se esperava pela segunda volta do processo eleitoral, face a todo o cenário de alegada fraude constatada pela Unita, reinicia-se a guerra que termina somente em 2002 com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

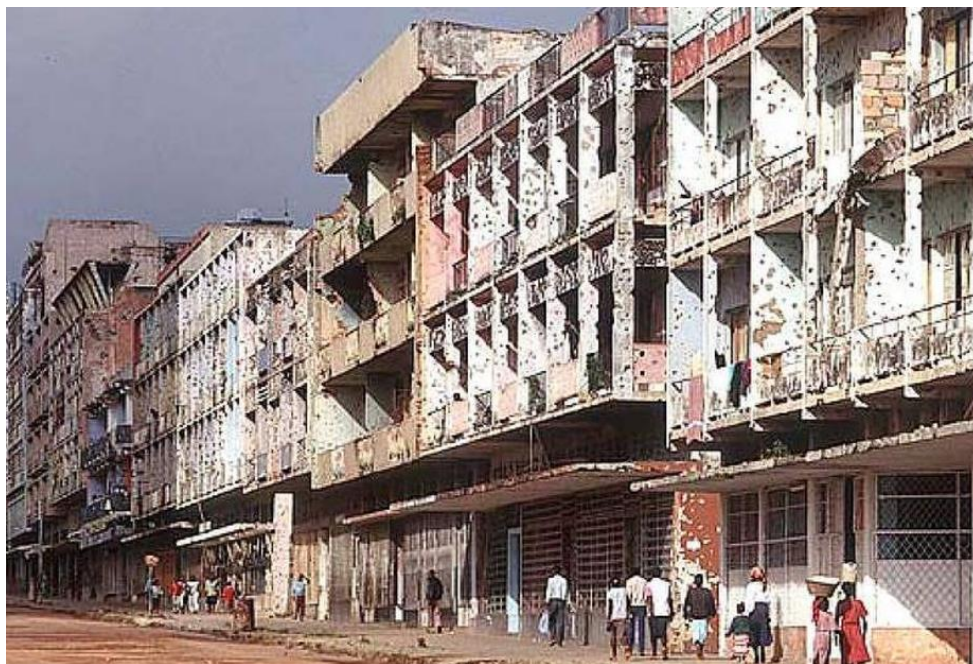
Segundo Samba (2018, p-33) Todo esse processo, desde a colonização, até as “guerras todas de Angola, (colonial de 1961 à 1975; civil de 1975 à 1991; 1992 à 1993; 1997 à 2002), estagnaram a economia, destruíram as infraestruturas sociais e económicas, massificaram o êxodo rural, a emigração, etc.” tal como se pode ver nas figuras a seguir (6 e 7)

Figura 6- Campo de deslocados da guerra civil, no município do kuito/Bié.



Fonte: <https://fotografia.folha.uol>.

Figura 7- Edifício na província do Huambo, a guerra civil destruiu quase toda cidade.



Fonte: <https://fotografia.folha.uol>.

Desta forma, percebe-se que o pós-guerra foi um período muito complicado, depois de passar por um período de invasão colonial, processo de escravização, guerra para independência e depois dois intensos períodos de guerras civis, o país ficou literalmente abalado e destruído. Dados da Organização das Nações Unidas apontam a morte de mais de 500 mil pessoas durante essas guerras civis, que não são apenas números, são pessoas com nomes, histórias, famílias, objetivos e sonhos que foram encerrados prematuramente face ao contexto em que se encontrava o país.

Tal como se pode ver nas fotografias acima, muitas infraestruturas foram destruídas, muitas famílias desabrigadas, de acordo com Samba (2012) cerca de 800 mil pessoas ficaram mutiladas em resultado das mais de 15 milhões de minas explosivas plantadas principalmente nos campos agrícolas, muitas áreas inabitadas fruto do grande êxodo das zonas mais afetadas pela guerra, mais de 2000 pessoas eram consideradas deslocados internos e cerca de 280 mil consideradas refugiadas, alternativas que essas pessoas encontraram para sobreviver durante aquele período, tudo isso ajuda a perceber a necessidade ou a urgência de se criarem programas e políticas que serviriam para dar suporte a todas às famílias que em função de tudo isso se encontravam numa condição de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

5.1 Normativas da proteção social na história de Angola

Entende-se por proteção social como um conjunto de políticas e programas públicos que garantem aos cidadãos o acesso aos serviços sociais básicos, como saúde, educação, previdência, assistência e segurança social. Desta forma, a proteção social serve como uma ferramenta de inclusão social que garante aos indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica, origem étnica, religião ou ideologia política, o acesso aos direitos sociais básicos (International Labour Organization, 2022).

A proteção social preocupa-se ainda com a promoção de políticas de âmbito nacional e internacional que assegurem o bem-estar e a dignidade humana. A efetivação dessas políticas exige esforços das autoridades governamentais locais e das agências/atores internacionais para o desenvolvimento de medidas protetivas que garantam a proteção social dos cidadãos, sobretudo de grupos em maior vulnerabilidade social (Organização Internacional do Trabalho, 2014).

A partir desses conceitos que a OIT partilha, percebe-se claramente que o objetivo da proteção social é atender os grupos que de uma ou de outra se encontram numa condição de vulnerabilidade ou de desproteção social, e a contextualização feita acima, ajuda a perceber a urgência desses programas para o contexto angolano, uma vez que o índice de pobreza extrema no seio de população era muito grande.

Antes de entrar para a abordagem a volta das normativas sobre a proteção social em Angola, importa salientar que, no pós-independência e uma vez que nessa altura o partido no poder (MPLA) tinha o apoio da Rússia, o país adotou uma política marxista-leninista, de modo que nessa altura, o estado assumia responsabilidade total sobre as necessidades do povo e o modelo de economia era a centralizada (ANGOLA, 1975).

Mas, depois dos intensos períodos de conflito internos, numa forma de se reinventar face ao novo contexto o MPLA abandona a ideologia marxista e adota em finais dos anos 1980, um modelo da economia social de mercado (MPLA, 2017), como forma de organização econômica e social da sociedade e o multipartidarismo, como sistema de organização política (Monteiro, 2016), adoptando uma produção legislativa com características da familiarização da política e proteção social (ANGOLA, 1992), cabendo ao estado, criar condições sem um envolvimento direto.

Tendo em conta a necessidade que havia de se criarem instrumentos no âmbito da proteção social em função quer da adoção de uma nova política social e económica bem

como por causa dos enormes transtornos incalculáveis das guerras no país, depois da independência, segundo Isidro (2021), foram produzidas, por meio do MPLA, que era o partido-estado, iniciativas legislativas que orientaram os primeiros passos do país na matéria da proteção social.

O autor destaca que,

da “Constituição de 1975, estão evidentes ideais de democracia, combate a dominação e agressão do imperialismo, bem como a construção de um país próspero, que visa a materialização das aspirações das massas populares. Fala-se da promoção e intensificação da solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões de Angola, para o desenvolvimento de todo país com liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo deixados pelo colonizador. Nota-se também a consideração da agricultura como base e a indústria como fator do desenvolvimento”. (Pag. 68)

Nessa abordagem do autor, algumas notas são interessantes e destacam-se no sentido de lançarem as primeiras bases para criação de políticas no âmbito da proteção social no país, aspectos como, a intervenção do estado na planificação da economia em benefício das massas populares bem como a promoção de relações sociais justas e resolução do problema das terras, para os camponeses. Foram algumas dessas medidas que estavam bem patentes nessa legislação.

Na sequência, na lei constitucional de 1992 quando se deu as primeiras eleições multipartidárias no país, apesar de reafirmarem-se alguns ideais da constituição anterior, nota-se uma certa mudança no aspecto da universalização da proteção social para sua familiarização ao mesmo tempo que se ampliam os direitos dos cidadãos na sociedade do capital, da economia de mercado assumida pelo Partido/Estado (MPLA, 2017). Destacando dessa forma a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões do país, no sentido do desenvolvimento comum entre todas as localidades.

No entanto, segundo Isidro (2021, p- 69) é na constituição de 2010, que o efeito cumulativo da legislação anterior ganha extensão e especificidade, à medida em que desloca e dissolve as ideias de proteção social, movendo-se do estado para a família e o mercado. Inclui também categorias, que estiveram na base da tensão social experimentada de 1975 a 2010, caracterizando um contexto das novas expressões da “Questão Social”.

A Lei 18/90 de 27 de outubro, foi a primeira Lei de Bases e que institucionalizou o Sistema Nacional de Segurança Social, com foco na integração da gestão da herança

colonial e do comprometimento do estado para com aqueles cidadãos que em função da guerra de libertação nacional, perderam algum membro do seu corpo, tiveram alguma deficiência ou em função do estado em que se encontram estavam incapacitados de prover o sustento de suas famílias (Martins, 2011; INSS, 2018).

Essa lei embora tenha sido a primeira produzida com essa finalidade, ela trazia uma lacuna no sentido de que em momento nenhum associa as desigualdades, a miséria da maioria do povo, ao modo de organização capitalista do trabalho, a produção e a reprodução social vigentes, que conduz à imperfeita distribuição da riqueza socialmente produzida, ou seja, focava colocava o foco totalmente nos grupos que seriam alvos dessa lei, sem olhar no entanto para o contexto geral que levou essas pessoas a estarem nessa condição e atuar sobre isso.

Dá 14 anos depois, surge a Lei n.º 7/04 de 15 de outubro, Lei de Base da Proteção Social (**Figura 8**), que é a lei vigente até agora e onde existe o comprometimento do estado angolano em auxiliar a redistribuição dos rendimentos, eliminar a precariedade e reduzir as consequências sociais negativas, provocadas pela guerra, propondo três níveis de atuação: A proteção social básica, a proteção social obrigatória e a proteção social complementar e além disso, define também as instituições que vão atuar em cada um desses níveis. A nossa análise ao longo desse trabalho enquadra-se dentro do primeiro nível: A proteção social básica.

A proteção social de base, que é o primeiro nível dessa lei será fundamental para o estudo que está a ser feito porque ela é direcionada para pessoas em situação de vulnerabilidade, de pobreza grave, exclusão entre outras condições de risco e/ou desproteção social, e é justamente nessa condição em que se encontra a maior parte da população periférica de Angola.

Figura 8 - Lei da proteção social de Angola

Sistema de Proteção Social de Angola Lei nº 7/04, de 15 de Outubro			
	Proteção Social de Base	Proteção Social Obrigatória	Proteção Social Complementar
Instituições responsáveis	- Tutela: Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) - Executivo: Direcção Nacional de Segurança Social (DNSS) - Gestão: Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	- Tutela: Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) - Executivo: Direcção Nacional de Assistência e Promoção Social (DNAPS) - Instituições provinciais e municipais	- Tutela: Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) - Executivo: Direcção Nacional de Segurança Social (DNSS) - Gestão: Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)
Benefícios e Prestações	Prestações de risco, apoio social e solidariedade, tais como transferência de renda e subsídios.	Doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças relacionadas ao ofício, deficiência, velhice, morte, desemprego e apoio aos sobreviventes.	Complemento para as prestações sociais de velhice, deficiência, cuidados de saúde e morte.
Beneficiários	Pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade, risco, exclusão e dependência.	Trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, membros religiosos e do clero.	Todos os inscritos no regime de proteção social obrigatório.

Fonte: (OIT, 2018)

Tendo como base a lei de proteção social, no sentido de se materializar e efetivar a proteção social em vários níveis no contexto angolano, o governo tem criado e assinado outros documentos para materializar a política de proteção social a nível do país, onde podemos destacar: O Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022 e 2023-2027); a Estratégia de longo prazo (Angola 2050); Agenda 2030 e os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que são instrumentos jurídicos que servem de base para a materialização/efetivação da política de proteção social no país.

Além desses instrumentos existem outros tratados regionais e internacionais que foram assinados no âmbito da efetivação da proteção social e para consolidação dos direitos humanos que foram ratificados por Angola (**tabela 2**), onde podemos destacar:

Tab. 2- Principais instrumentos legais da Comissão Africana de Direitos Humanos ratificados por Angola.

Instrumento Legal	Diário da República	Data da comissão
Ato constitutivo da União Africana (2001)	Resolução AN 27/01	19/09/2001
Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1986)	Resolução AN 1/91	02/03/1990
Protocolo à carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os	Resolução AN 25/07	30/08/2007

Direitos das Mulheres em África		
Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (1999)	Resolução AN 1-B/92	11/04/1981
Convenção da União Africana que regula aspectos dos problemas dos refugiados em África (1974)		30/04/1981
Protocolo à carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o estabelecimento do tribunal Africano dos Direitos Humanos e do Povo (2004)	Resolução NA 4/19	12/02/2019
Convenção da União Africana sobre a proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internacionalmente na África (2012)	Resolução NA nº 11/13 de 11 de abril	14/06/2013
Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governança (2012)	Resolução AN nº 3/20 3 de jan. 2020	
Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das pessoas Idosas		
Protocolo à Carta dos Direitos Humanos e dos povos sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência		

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no material disponível em

<http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/>.

Além de cumprir uma agenda política, isso demonstra a preocupação dos governos para tornar a proteção social uma realidade que abrange todos os cidadãos e considerando tudo isso como fundamental para os direitos humanos desses cidadãos.

5.2 Programas de Proteção social das famílias em Angola

De acordo com a lei 7/04 de 15 outubro, a materialização da proteção social de base é da responsabilidade do ex- MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social) atualmente denominado MASFAMU (Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher) que nasceu da fusão com o antigo MINFAMU (Ministério da Família e Promoção da Mulher), dentro o MASFAMU existe a DNAS (Direção Nacional da Ação Social), e além dessa estrutura a nível ministerial, existem nos governos provinciais os GPASIG (Gabinete Provincial de Ação Social, Família e Igualdade do Gênero) e na sequência a nível das administrações municipais existem os DMAS (Direção Municipal da Ação Social).

No entanto deve-se perceber que a proteção social engloba todas as áreas sociais e não se deve restringir a efetivação da política de proteção social a um único órgão, por essa razão, existe um trabalho articulado entre todos os órgãos ministeriais para que cada um dentro da sua área de atuação atue de forma a garantir a efetivação da proteção social nos mais variados níveis e dessa forma cria-se um trabalho em rede.

Isso se dá porque a população enfrenta um conjunto de desproteções em várias áreas, desde o acesso à educação, saúde, saneamento básico, alimentação, enfim, um conjunto de áreas que embora sejam previstas pela lei, a sua resolução não é responsabilidade exclusiva desse ministério, por isso, entram em cena outros departamentos ministeriais no sentido de se fazer um trabalho articulado para se responder a demanda.

Os seguintes dados já abordados ao longo desse trabalho ajudam a perceber essa abordagem: cerca de 79,8% da população total do país, sobrevive do mercado informal, a taxa de desemprego ronda os 58,3%, e, 51,1% da população total vive em situação de pobreza multidimensional e outros 15,5% são considerados em risco de pobreza” (PNUD, 2021). A taxa de analfabetismo, no país, ronda em cerca de 30% da população angolana, cerca de 15% da população infantil a sofrer de subnutrição grave, a taxa de mortalidade infantil no país é de 44 mortes em cada 1.000 nados-vivos. Cerca de 68 crianças em cada 1.000 morrem antes de completar os 5 anos de vida.

Tal como fica evidente, a população no país é afetada por um conjunto de desproteções nas mais variadas áreas, por isso, a necessidade de existir um trabalho articulado entre as várias instituições do estado para dar respostas e amenizar a condição

de vida da maioria dessas pessoas, e a forma que o estado tem de dar essas respostas é por meio de políticas públicas e criação de programas que visam atender essas populações.

Todos os programas que são materializados por esses organismos do estado, têm como base os princípios que estão plasmados na constituição do país e naquela que é a principal ferramenta para o estado angolano tratar da questão da proteção social lei a nº 7/04 de 15 outubro- Lei de Bases da Proteção Social em Angola. Quando olhamos para o artigo 1º dessa lei, percebemos que constituem objetivos da proteção social:

- a) atenuar os efeitos da redução dos rendimentos dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, na maternidade, no desemprego e na velhice e garantir a sobrevivência dos seus familiares, em caso de morte; b) compensar o aumento dos encargos inerentes as situações familiares de especial fragilidade ou dependência; c) assegurar meios de subsistência à população residente carenciada, na medida do desenvolvimento económico e social do país e promover, conjuntamente com os indivíduos e as famílias, a sua inserção na comunidade, na plena garantia de uma cidadania responsável.

Com isso, fica evidente que o estado reconhece a grande responsabilidade que tem na assistência e proteção que deve ser prestada a população carenciada e que por inúmeras razões encontram-se numa condição de total desproteção social, sem capacidade de terem acesso a um conjunto de serviços e dessa forma estando impossibilitados do pleno exercício de uma cidadania responsável.

Reiteramos que a nossa abordagem se enquadra dentro do primeiro nível de proteção social estabelecida por essa lei de bases, que é a proteção social de base que se funda na solidariedade nacional, é de carácter distributivo, tem financiamento através dos impostos (art.4a). Os programas ligados a Proteção Social de Base são plurianuais (ANGOLA, 2004), por isso, o PND (para cada legislatura) é uma fonte para análise destas políticas (ANGOLA, 2012).

Vale realçar também que, o objetivo da atuação nesse nível da proteção social passa por atender às famílias e comunidades locais com foco principal para comunidades que estão num nível mais agravante de desproteção social, visando a redução das desigualdades sociais e garantindo os níveis mínimos de subsistência pela assistência social as pessoas e famílias em situações graves, imprevisíveis ou impossibilidade de recuperação e participação financeira.

Numa altura em que o mundo vivia o contexto pandêmico, reconhecendo a importância da criação das políticas sociais enquanto mecanismo para combater a pobreza e minimizar o impacto da vulnerabilidade e desproteção social em que se encontram grande parte dessas famílias, foi feito um mapeamento de todos os programas sociais que estavam a ser implementados pelos vários órgãos ministeriais a nível do país e que contribuem diretamente para a redução da pobreza no país. Esse trabalho esteve sob responsabilidade da casa civil do presidente da república e do PNUD- Angola em parceria com o International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG).

Para atingir esse objetivo, segundo o documento, foram realizadas três missões a fim de mapear e analisar os programas sociais relacionados com o combate à pobreza em Angola. Num primeiro momento, houve o esforço para identificar os programas sociais que tinham como foco direto e/ou indireto de suas iniciativas o combate à pobreza. A lista incluiu trinta e seis programas sociais – dos quais vinte e sete programas são Governamentais, destes vinte e sete, vinte e quatro programas estão incluídos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, e outros três são o Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) e Programa de Apoio ao Crédito (PAC); e para completar os 36, foram mapeados nove programas que são financiados com recursos de parceiros de desenvolvimento internacional.

No segundo momento, uma missão foi organizada para construir diagnóstico amplo das condições atuais dos programas sociais, considerando de aspectos institucionais e orçamentários a aspectos técnicos e operacionais, e mapear lacunas e sobreposições de atendimento, apoiando na identificação de indicadores de monitoramento que possibilitem a melhoria de sua gestão e a terceira missão foi realizada com intuito de coletar informações adicionais para compor o quadro geral de mapeamento e diagnóstico dos programas sociais.

No total foram mapeados cerca de 36 programas distribuídas em cinco tipologias de classificação dos programas sociais e foi possível ver também a área de abrangência, o público-alvo desses programas e os sistemas de monitoramento desses programas, onde embora tenham sido constatados um conjunto de fragilidades na execução financeira e operacional de alguns programas, destacam-se também alguns progressos interessantes na medida em que muitos desses projetos seguem avançando e alcançando alguns dos

objetivos para os quais foram criados, principalmente através da convergência territorial e da intersectorialidade das ações desenvolvidas por esses programas.

Para melhor compreendermos vamos destacar aqui os programas e os órgãos responsáveis pela sua materialização tal como consta do documento ANGOLA (2020):

Ministério da Educação- MED (oito programas)

- Formação e gestão do pessoal docente;
- Desenvolvimento da educação pré-escolar;
- Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário;
- Desenvolvimento do ensino secundário geral;
- Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional;
- Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos;
- Ação social, saúde e desporto escolar;
- Plano Nacional de Formação de Quadros;

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social - MAPTSS (cinco)

- Reforço do sistema nacional de formação profissional;
- Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações;
- Promoção da empregabilidade;
- Melhoria da organização e das condições de trabalho;
- Plano de Ação para Promoção da Empregabilidade;

Ministério da Economia e Planeamento- MEP (quatro)

- Melhoria da competitividade e da produtividade;
- Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI);
- Reconversão da economia informal;
- Programa de Apoio ao Crédito (PAC);

Banco Africano de Desenvolvimento - BAD (três)

- Linha de Crédito para o Banco BPC
- Projeto de Apoio ao Sector de Pesca
- Projeto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda

Banco Mundial - BM (três)

- Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial;
- Projeto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II;
- Fortalecimento do sistema nacional de proteção social (transferência de rendimento);

União Europeia - UE (três)

- FRESAN (Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional)
- APROSOC (Apoio à Proteção Social em Angola)
- RETFOP (Revitalização do ensino técnico e da formação profissional)

Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher - MASFAMU (dois)

- Desenvolvimento local e combate à pobreza;
- Promoção do gênero e empoderamento da mulher;

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado – MATRE (dois)

- Descentralização e implementação das autarquias locais;
- Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM);

Ministério da Agricultura e Florestas - MINAGRIF (dois)

- Fomento da produção agrícola;
- Fomento da produção pecuária;

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - MESCTI (um)

- Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica;

Ministério da Indústria - MIND (um)

- Fomento da produção da indústria transformadora

Ministério da Pesca e do Mar - MINPESMAR (um)

- Desenvolvimento da aquicultura sustentável

Ministério do Turismo - MINTUR (um)

- Desenvolvimento hoteleiro e turístico;

Ministério da Juventude e Desporto (um)

- Política Nacional da Juventude

Depois de mapear todos esses programas procurou-se analisar também o público-alvo de suas ações e ficou evidente os seguintes dados com relação de acordo com o documento ministerial: Programas orientados às iniciativas produtivas (nove), programas voltados para área da educação de forma ampla “alunos, professores ou escolas” (oito), programas de fomento de emprego ou para diminuir o índice de desemprego (sete), programas voltados famílias (seis), voltado para iniciativas produtivas (seis) e programa que incide diretamente sobre desenvolvimento municipal especificamente (um).

Observa-se que as iniciativas produtivas estão na maior parte das iniciativas produtivas (41% dos programas), seguidos pelos trabalhadores (35%, exceto a categoria de professores). Programas dedicados ao público-alvo relacionado à educação (alunos, professores e escolas) também apresenta participação considerável (22%). Programas

dedicados às famílias também apresenta percentual considerável (16%). (ANGOLA, 2020)

Com isso fica evidente que existem alguns programas que são implementados pelo estado e seus parceiros nacionais e internacionais, no âmbito do compromisso que existe para continuarem a lutar contra a pobreza e todas as formas de vulnerabilidades e desproteções que grande parte da população do país vive.

E para se certificar que esses programas realmente funcionem, foi criado um sistema de processamento de informações para o monitoramento das ações/atividades que são desenvolvidas por esses programas, que vai desde sistemas informativos de acompanhamento das ações realizadas junto ao público-alvo com recurso às planilhas manuais preenchidas pelos gestores para o acompanhamento das ações. Leitura das informações colhidas em reunião e disponíveis nos questionários preenchidos pelas áreas técnicas, observa-se que a maioria dos programas sociais (praticamente dois terços de todos os programas) está sendo monitorada por meio de planilhas atualizadas periodicamente, sem que haja algum sistema eletrônico que possa auxiliar neste processo.

Outra forma de monitoramento é realizada por meio das informações disponibilizadas pelo INE, o qual contribui diretamente para o monitoramento dos programas. Quatro programas utilizam exclusivamente o INE para o monitoramento de suas ações. E há programas que utilizam sistema de monitoramento próprio e contam com o auxílio do INE para tanto (outros quatro programas).

O Sistema de Informação, Gestão e Análise (SIGAS) é utilizado por poucos programas, sendo o sistema uma ferramenta ainda incipiente para o monitoramento das ações. Portanto, observa-se que há baixa utilização de sistemas de informação que permita mais efetivo monitoramento das ações dos programas sociais. Mas isto não indica necessariamente que não haja avaliação eficiente das ações, embora todo processo seja provavelmente mais lento e suscetível a erros quanto a consistência e análise dos indicadores de avaliação (ANGOLA, 2020).

Esses mecanismos de monitoramento são fundamentais para que se garanta a eficácia desses programas, por essa razão deve existir uma uniformização nos critérios que são estabelecidos e nos meios que os organismos usam para fazer essa monitoria, além da necessidade de incluírem nas equipas que fazem esses trabalhos, especialistas

que conhecem a área e que não estejam necessariamente comprometidos com a instituição de modo que não façam um trabalho com parcialidade quando vão as suas avaliações.

5.3 Aplicação da lei de proteção social em Angola

Tal como afirma Sposati (2013, p-5):

A lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” estimulando sua competição e desafio empreendedor.

Ou seja, nessa sociedade capitalista, a proteção social é estigmatizada enquanto responsabilidade do estado e, por consequência, tal como defende o autor:

“esse estigma se espraia àqueles que usam de suas atenções e, até mesmo, a quem nela trabalha. Demandatários de proteção social são nominados por inválidos uma vez que, para o capital não são contáveis seu autossustento não é mantido pelo salário advindo da ocupação, emprego ou trabalho” (Sposati, 2013, p. 5).

Normalmente quando se fazem análises dos vários programas que contribuem para a garantia da proteção social, é comum para muitos especialistas, principalmente os da área econômica, fixarem os seus olhares nos números/valores que são gastos com a aplicação desses programas, deixando-se de lado a grande responsabilidade desse modo de sociabilidade que explora cada vez mais uma determinada classe e quando o sujeito deixa de ter utilidade para o sistema, no sentido de que já não contribui efetivamente para produção e circulação do capital, são colocados à margem da sociedade e tratados como sendo os problemas da sociedade.

Porque tal como ficou evidente até aqui, a proteção social, é voltada essencialmente a prevenção de situações de carência e de marginalização bem como a garantia dos níveis mínimos de subsistência e dignidade são objetivos principais da proteção social de base, por essa razão, a análise a volta desse nível da proteção social no contexto angolano é de extrema importância, pois, essa lei acaba por ser um marco temporal através do qual o país busca a consolidação do sistema de proteção social integrado e universal, o qual visa, sobretudo, o bem-estar social da população, principalmente aquelas que se encontram numa situação de extrema vulnerabilidade e

desproteção social de modo que não conseguem assumir na totalidade a sua própria proteção.

O artigo 6º da lei 07/04 destaca no seu ponto nº 2 que as prestações de risco são dirigidas, em especial, às situações graves ou urgentes e podem ser pecuniárias ou em espécie, ao nível, entre outros, da proteção primaria da saúde da concessão de pensões ou subsídios sociais e da distribuição de géneros de primeira necessidade. Conciliando com o que destaca o ponto n.º3 onde as prestações de apoio social são atribuídas através de serviços, equipamentos, programas e projetos integrados de desenvolvimento local e/ ou dirigidos a grupos com necessidades específicas ao nível da habitação, do acolhimento, da alimentação da educação, da saúde ou e outras prestações orientadas e podem desenvolver-se através do estímulo ao mutualismo e de ações orientadas para integração social com suporte nas necessidades dos próprios grupos.

Porém, embora não se deva encarar a proteção social enquanto política como um favor que o estado faz aos cidadãos ou as pessoas que se encontram na condição de desproteção social, é importante termos a compreensão da política social como um elemento intrinsecamente contraditório, no sentido de que se por um lado, ela é resultado da construção histórica de lutas da classe trabalhadora por outro lado ela é ao mesmo tempo usada como estratégia de consolidação do modo de produção capitalista.

Ou seja, as políticas sociais congregam um conjunto de respostas às necessidades sociais, através de ações práticas planeadas e executadas no âmbito do Estado, da iniciativa privada e/ou da organização da sociedade civil, não representando ações neutras, mas que possuem, na sua própria execução e formulação, interesses diversos em disputa (Scherer, 2017).

Embora seja sua responsabilidade, o estado não implementa as políticas sociais apenas com intenção de dar resposta as necessidades das pessoas, deve-se ter a capacidade de olhar para esse movimento dialético que está presente em todas as áreas de nossas vidas, de modo a compreendermos a essência do objeto e termos a capacidade de fazer uma análise crítica a todas essas medidas que são criadas com objetivo de dar respostas às inúmeras expressões de desigualdades sociais que o próprio sistema capitalista cria.

Países como Angola que estão situados dentro daquilo que a periferia do capitalismo dependente (Corsi, 2022), enfrentam um conjunto de problemas provocados pelo modo como o capitalismo atua sobre nossa sociedade, onde existe uma

superexploração dos recursos naturais e minerais do país, mas isso não se reflete na vida dos cidadãos, de modo que criou-se um pequeno grupo de pessoas ricas e que têm pleno controle de quase todos os setores produtivos do país em parceria com instituições/empresas estrangeiras.

Consequentemente, tendo em conta que a dinâmica espacial do capital produz espaços de segregação, onde uma massa populacional é deslocada pelo que Scherer e Nunes (2018) denominam de “dinâmica espacial do capital”, para territórios onde, muitas vezes, a ausência de proteção social dá lugar à presença de mais altas taxas de violência e criminalidade, com destaque para a violência letal, e normalmente são nessas áreas onde vivem a maior parte dessas famílias.

Tal como afirma Oliveira (2011), as dificuldades de acesso ao mercado de emprego formal levam muitos a elaborarem estratégias de sobrevivência, ligadas sobretudo ao sector informal, e outros chegam até mesmo às práticas de atividades ilícitas e criminais, sendo muitas vezes referidos como “bandidos”, “criminosos”.

Por essa razão, dado o desafio do emprego, a elevada pobreza, e uma população em rápido crescimento, investir no capital humano e na redução da pobreza é uma prioridade máxima, pois, uma cobertura insuficiente de serviços de saúde e educação reduz a produtividade potencial de uma criança nascida em Angola a 36% do que esta poderia ser, tal como destacado num relatório do Banco Mundial Angola (abril, 2023).

Quanto maior o número de províncias cobertas pelos programas, maior a capacidade do estado de levar as iniciativas de combate à pobreza à população; e quanto maior número de províncias com cobertura rural e urbana, maior a capacidade do Estado em lidar com as distintas formas de pobreza, intimamente ligadas às formas de produção. E a segunda é a sobreposição de objetivos gerais, de forma a interferir na dinâmica da pobreza a partir de várias frentes. Pois, como se sabe, a pobreza é um fenómeno socioeconómico multidimensional que deve ser encarada pelos seus diversos fatores causadores.

Para tanto, a sobreposição será sistematizada na análise a partir dos programas sociais presentes no território que estejam classificadas em dois ou mais categorias da tipologia. Abaixo segue análises de convergência e sobreposição dos programas sociais a fim de avaliar a sua intersectorialidade.

O sistema de proteção social no país está longe de ter um funcionamento efetivo para as pessoas que se encontram na situação de desproteção social e por um conjunto de razões, desde o fato de alguns serem de cariz assistencialista o que leva os sujeitos a continuarem numa condição de dependência de tais programas até o fato de outros embora sejam muito bem planejados, pecam na sua implementação por não se cumprir a risca o que está previsto nos instrumentos norteadores dessa política.

5.4 Proteção e desproteção governamental em tempos de Covid-19: seus efeitos a longo prazo

A pandemia de COVID-19, um evento global sem precedentes, revelou de forma contundente as profundas fragilidades estruturais e as desigualdades sociais inerentes às sociedades contemporâneas, especialmente no que tange à proteção e desproteção governamental. Longe de ser um mero hiato temporal, seus impactos se estendem em efeitos de longo prazo que continuam a se desenrolar, afetando desproporcionalmente as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Antes da eclosão da pandemia, milhões de famílias já se encontravam à margem, vivendo sob um manto de desproteção social crônica. Essa condição se manifesta na ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes em áreas cruciais como saúde, educação, moradia, saneamento básico e, fundamentalmente, segurança de renda. A informalidade no trabalho, a baixa escolaridade e a dependência de programas sociais frequentemente aquém das necessidades já eram realidades para vastas parcelas da população. A COVID-19, ao se sobrepôr a esse cenário preexistente de vulnerabilidade, atuou como um amplificador de choques, expondo a face mais brutal de um sistema que já falhava em garantir direitos básicos.

A resposta governamental à pandemia foi marcada por um paradoxo flagrante. Por um lado, a implementação de medidas de auxílio demonstrou a capacidade que o Estado tem de intervir e prover um mínimo de dignidade e segurança em momentos de crise, oferecendo um alívio fundamental para algumas famílias. Contudo, essa intervenção, embora vital, foi frequentemente insuficiente, dessa forma, a gestão da crise também revelou descontinuidades e insuficiências gritantes, por parte dessas medidas de auxílio, deixando muitas famílias à deriva. A precarização dos serviços públicos essenciais, como a saúde, e a falta de coordenação entre as esferas de governo exacerbaram o sofrimento e as perdas.

Uma análise crítica dessa "ausência" ou inadequação dos sistemas de proteção social nos remete a autores como Nicos Poulantzas (1968). Para Poulantzas, o Estado capitalista não é um árbitro neutro, mas um "fator condensador de relações de força", cujo papel primordial é reproduzir as relações de dominação de classe. Nessa perspectiva, a alegada "ausência" de proteção social não é uma falha técnica ou uma negligência isolada, mas sim uma opção política que privilegia os interesses do capital em detrimento do bem-estar social. Os cortes em saúde, educação e previdência, por exemplo, são decisões políticas que refletem essa lógica de acumulação de capital.

A declaração de Pia Rebello Britto, representante da UNICEF, destacando que as consequências da pandemia – perda de empregos, estresse prolongado e deterioração da saúde mental – serão sentidas pelas famílias nos próximos anos e para as crianças mais vulneráveis, a ausência de sistemas adequados de proteção social exacerba sua exposição à crise, embora valiosa ao destacar a vulnerabilidade das crianças, carece de uma análise mais profunda sobre quem é responsável por essa "ausência" e por que ela persiste, apresentando-a como um problema a ser resolvido tecnicamente, e não como uma consequência estrutural de um sistema baseado na exploração e na desigualdade.

A discussão sobre a disputa de hegemonia, como proposta por Antônio Gramsci e reiterada por Maringoni (2022), torna-se central para compreender como os parâmetros normais de organização social são constantemente redefinidos no jogo de forças entre as classes.

5.5 Efeitos de Longo Prazo e o Legado da Desproteção

Os efeitos da pandemia, e da forma como a proteção e desproteção governamental se manifestaram, são complexos e de longo alcance, manifestando-se em diversas esferas da vida das famílias vulneráveis:

Piora da Segurança Alimentar e Nutricional: A perda de renda e o aumento dos preços dos alimentos levaram muitas famílias à fome ou ao consumo de alimentos de menor valor nutricional, comprometendo a saúde a longo prazo, especialmente de crianças.

Aprofundamento da Exclusão Educacional: O fechamento de escolas e a dependência do ensino remoto evidenciaram a exclusão digital. Crianças de famílias sem

acesso à internet, computadores ou um ambiente adequado para estudos ficaram para trás, ampliando o fosso educacional e comprometendo seu futuro.

Fragilização da Saúde Mental: O estresse financeiro, o medo da doença, o luto e o isolamento social impactaram severamente a saúde mental. A falta de acesso a serviços de saúde mental adequados para as populações vulneráveis agrava essa situação, levando a quadros de ansiedade, depressão e outros transtornos, como apontam Mattedi e outros (2020).

Endividamento e Desemprego Estrutural: Muitas famílias se endividaram para sobreviver. A dificuldade de reinserção no mercado de trabalho formal tende a perpetuar a informalidade e a precarização, mantendo ciclos de pobreza e contribuindo para a desestabilização dos sistemas econômicos, como o observado em Angola, onde a dívida pública se tornou insustentável (DW, 2020) e o investimento estrangeiro decresceu (CINVESTEC, 2023).

Aumento da Violência Doméstica e Intrafamiliar: O confinamento e o aumento do estresse nas famílias, aliados à falta de redes de apoio e serviços de proteção, contribuíram para o aumento dos casos de violência doméstica e intrafamiliar, impactando principalmente mulheres e crianças.

Perda de Ativos e Capital Social: Famílias podem ter sido forçadas a vender bens, migrar ou desarticular suas redes de apoio comunitário, perdendo ativos importantes que contribuíam para sua resiliência.

5.6 Desafios Futuros e a Urgência de uma Proteção Social Robusta

A pandemia de COVID-19, embora tenha declarado seu fim sanitário, deixará um legado duradouro cujos efeitos continuarão a ser sentidos por muitos anos. Ela escancarou que a desproteção social não é um fenômeno marginal, mas uma realidade estrutural profunda. É imperativo que essa experiência sirva como um alerta para a necessidade de:

Fortalecer o Sistema de Proteção Social: Ir além de medidas emergenciais e construir um sistema robusto e permanente, com políticas integradas que garantam segurança de renda, acesso universal a serviços de qualidade e proteção contra riscos sociais.

Investir em Políticas de Redução de Desigualdades: Abordar as causas estruturais da pobreza e da exclusão, como a desigualdade de acesso à educação, moradia e oportunidades de trabalho digno.

Promover a Participação Social: Garantir que as vozes das famílias em situação de vulnerabilidade sejam ouvidas e incorporadas na formulação e avaliação das políticas públicas.

Preparação para Futuras Crises: Desenvolver planos de contingência que priorizem a proteção das populações mais vulneráveis, evitando a repetição dos erros e omissões observados durante a COVID-19.

Em suma, a pandemia de COVID-19 não foi apenas uma crise de saúde; foi uma crise social que revelou a profundidade da desproteção que afeta milhões de famílias. Os efeitos a longo prazo serão sentidos por gerações, a menos que haja um compromisso real e efetivo do Estado em construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde a proteção social seja um direito fundamental e não uma concessão.

VI – HISTÓRIA DE VIDA E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS DO BAIRRO CHINGUAR (LUANDA)

Este capítulo faz a apresentação, interpretação e análise dos resultados da pesquisa de campo com o objetivo de destacar as histórias de vida e os desafios enfrentados pelas famílias do bairro Chinguar durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

6.1 Identificação dos sujeitos da pesquisa

O grupo de pessoas com quem se trabalhou diretamente para se realizar a presente pesquisa foi composto por 15 elementos (8 mulheres e sete homens) em representação de 15 famílias que foram selecionadas pelo pesquisador para fazerem parte da presente pesquisa, cidadãos com características diversas tal como se pode perceber na tabela a seguir (**Tab. 3**) Apesar da adesão de forma livre e espontânea dos sujeitos à pesquisa que foi realizada e consequentemente a termos recebido a autorização mesmos para uso e publicação dos conteúdos das entrevistas e de algumas imagens, por opção deles, ao transcrevermos literalmente as suas respostas nesse trabalho, para manter a confidencialidade dos sujeitos dessa pesquisa e por opção do pesquisador, vamos usar nomes fictícios para se referir aos mesmos.

Tabela 3– Características e perfil das/os participantes da pesquisa de campo

Nome	Idade	Escolaridade ⁶	Profissão	Nº de membros da família
Carlos	26	Ensino médio concluído	Eletricista	7
Mateus	33	3º ano do ensino superior	Professor	8
Emília	36	9ª classe	Zungueira	6
Helena	32	11ª classe	Zungueira	8
Gilson	29	Ensino médio concluído	Zungueiro	7

⁶ A educação básica em Angola é formada pelos níveis de educação pré-escolar compreende a creche e o jardim infantil (não obrigatório); Subsistema do ensino geral está subdividido em ensino primário (obrigatório) e ensino secundário, o primeiro está compreendido de 1ª à 6ª classe e o segundo de 7ª à 9ª classe (Decreto- Lei n.º 32 (2020)). O termo classe aqui é equivalente a ano no Brasil.

Rebeca	35	Ensino médio concluído	Doméstica	8
Victoria	38	10ª classe	Zungueira	6
César	42	9ª classe	Alfaiate	6
Eduarda	28	Ensino médio concluído	Doméstica	9
Anastácia	29	6ª classe	Zungueira	7
Leonardo	57	8ª classe	Segurança	8
Genésio	47	9ª classe	Segurança	9
Joana	43	8ª classe	Doméstica	6
Avelina	49	7ª classe	Zungueira	9
Rosa	37	9ª	Zungueira	7

Dos participantes da pesquisa, 8 são do gênero feminino e 7 do gênero masculino. Importa salientar que as características aqui apresentadas, relativas à idade, escolaridade, profissão e nº de membros da família, quando combinadas aos depoimentos sobre suas histórias, apresentam uma riqueza ímpar de informações que nos ajudam a perceber a vida desses sujeitos.

Com relação à idade, vale destacar, que tal como indica o quadro, quatro dos sujeitos de pesquisa estão dos 42 aos 49 anos (César, Genésio, Joana e Avelina) sete entre 32 e 38 anos (Mateus, Emília, Helena, Rebeca, Victoria, Leonardo e Rosa) e quatro entre os 26 e 29 anos de idade (Carlos, Gilson, Eduarda e Anastácia), o que nos ajuda a perceber que a maior parte deles são ainda muito jovens e com muita força de trabalho, embora que diferente de outros contextos como é o caso do Brasil, no contexto angolano, nessa faixa etária a grande maioria das pessoas já têm filhos, uma família constituída, portanto, deve se perceber que a visão que trazemos aqui, é olhando essencialmente para o contexto angolano e para os bairros periféricos da cidade de Luanda.

Outro dado interessante, tem a ver com o nível de formação/escolaridade relatados pelos sujeitos de pesquisa e o trabalho que cada um deles faz, onde percebeu-se que um está fazer o 3º ano da faculdade e trabalha como professor:

“Trabalho como professor de colégios (escolas particulares/privadas) já a alguns anos, infelizmente, os donos não são muitos sérios, na maior parte dos colégios trabalhamos sem contratos de trabalho, você trabalha porque foste indicado por um conhecido, e na maior parte das vezes, trabalhas durante

um ano e no ano seguinte es despedido e tens de procurar um outro trabalho ou colégio para dar aulas” (Mateus, 33 anos).

Quatro conseguiram concluir o ensino médio, e trabalham em áreas distintas, por exemplo Carlos, terminou o ensino médio e trabalha como eletricitista, Eduarda e Rebeca, trabalham como domésticas e Gilson trabalha como Zungueiro.

“Terminei o ensino médio em Ciências Econômicas e Jurídicas, infelizmente não consegui entrar para faculdade, porque já sabes a dificuldade de entrar nas universidades públicas e não tenho dinheiro para estudar numa privada e pagar mensalmente o dinheiro da propina (Taxa, valor pago mensalmente pelo estudante para frequentar um curso e ter acesso aos serviços prestados pela instituição de ensino), então, optei por fazer um curso de eletricidade e faço alguns biscatos (Equivalente a “Bicos” na linguagem brasileira) para sobreviver já que ainda não encontrei um emprego estável” (Carlos, 26 anos).

“A situação no país não está nada boa, eu terminei o ensino médio, fiz Puniv (Refere-se aos cursos Pré-universitários, quer dizer preparação para universidade, não é uma formação específica, é uma formação que requer o ensino superior), depois de terminar não consegui emprego em nenhum lugar, não tinha coma dar continuidade a formação, tive que arranjar uma forma de me sustentar e depois engravidei, tive que assumir e não tive mais tempo de prestar atenção a formação, por isso continuo mesmo nessa vida até hoje” (Gilson, 29 anos).

“Eu trabalho como doméstica na casa de uma senhora na cidade porque não tem outro emprego, esse é o que apareceu, depois de terminar de estudar, procurei tanto, mas, não apareceu, então, tive que aceitar esse trabalho mesmo só já, tenho família, tem que ajudar no sustento de casa” (Eduarda, 28 anos).

“O trabalho de doméstica é o tinha disponível para fazer, eu já estava cansada de procurar e nem tinha dinheiro para começar um negócio naquele momento específico, uma amiga já trabalhava na casa de uma senhora na centralidade do Kilamba, quando surgiu uma oportunidade, ela me disse e eu aproveitei e comecei a trabalhar também, só o marido não estava a dar conta de tudo em casa, estávamos a passar muito mal, as crianças nem roupa tinham, então, eu aceitei esse trabalho mesmo porque me ajudaria muito” (Rebeca, 35 anos).

Dois deles pararam no ensino secundário, Helena e Victória (11^a e 10^a classe, respectivamente) e ambas trabalham como zungueiras.

“Eu sempre trabalhei como zungueira, minha mãe era zungueira e nós tínhamos de ajudar ela a vender também, por isso não consegui terminar os estudos” (Helena, 32 anos).

“Eu trabalho como zungueira a mais de 10 anos, brinquei muito, não terminei os estudos por causa das dificuldades em casa, trabalhava numa casa como empregada, mas a dona de casa se comportava muito mal e nos tratava também muito mal, tinha dias que até nos ofendia, por isso decidi deixar de trabalhar na casa dela, só que não conseguia encontrar uma outra casa para trabalhar, então, meu marido arranhou um dinheiro e eu comecei a zungar meus negócios para não ficar parada” (Victória, 38 anos).

E tem ainda oito que não concluíram o ensino o 1º ciclo do ensino secundário, Emília, Anastácia, Avelina e Rosa que trabalham como zungueiras, Joana que trabalha como doméstica, César que trabalha como alfaiate, Leonardo e Genésio que trabalham como seguranças.

“O trabalho como zungueira é uma alternativa a falta de outros trabalhos, eu não estudei muito, então, não consigo encontrar nenhum trabalho” (Emília, 36 anos).

“Trabalho como zungueira, não porque gosto, mas se não fazer esse trabalho, em casa o fogão não vai acender, é mesmo com esse trabalho que estamos a conseguir criar os nossos filhos, pagar a escola, e ajudar o marido a colocar comida em casa” (Anastácia, 29 anos).

“Eu só estudei até a sétima classe, não consegui estudar mais, tinha que vender, fazer os trabalhos de casa e cuidar dos meus irmãos, então, por ter estudado pouco, eu não consegui ter uma profissão, por isso trabalho como zungueira” (Avelina, 9 anos).

“trabalho como zungueira a mais de 10 anos e faço isso mesmo só porque não existe oportunidade de fazer outra coisa, eu não faço esse trabalho porque gosto, faço porque é necessário, porque preciso, porque se eu não fizer, as crianças em casa vão passar fome, depois eu não tenho muito estudo e por isso não consigo encontrar outras coisas para fazer” (Rosa, 37 anos).

“Eu trabalho como empregada doméstica, lavo, cozinho, engomo, cuido das crianças e deixo tudo organizado, no final do dia pelo menos, tenho o que levar para minha casa, para dar de comer os meus filhos” (Joana, 43 anos).

“Eu estudei até a 9ª classe, mas como filho mais velho eu tinha que ajudar meu pai a trabalhar, meu pai era alfaiate e eu aprendi essa profissão com ele, trabalho como alfaiate a mais de 20 anos, comecei com o meu pai, depois fui trabalhando sozinho e hoje continuo a fazer esse trabalho aqui no mercado” (César, 42 anos).

“Sou guarda (Segurança) a mais de 25 anos, já trabalhei em várias empresas, eu já trabalhei como pedreiro, mas, depois de um tempo deixei, porque as vezes tem obra, outras vezes fica parado e em casa as crianças passam fome, por isso, comecei mesmo só já a trabalhar como segurança e nunca mais deixei, e com essa idade já nem tenho como deixar e fazer outra coisa” (Leonardo, 57 anos).

“Esse trabalho surgiu numa fase que eu estava mesmo a precisar de alguma coisa, sabes como é que as coisas são muito difíceis aqui na banda, não sou guarda porque gosto, mas porque isso me ajuda no final do mês a levar um dinheiro em casa que pelo menos vai servir para comprar o arroz para as crianças e para aumentar no dinheiro do negócio da mulher” (Genésio, 47 anos).

Em todos os relatos, é digno de nota o reconhecimento de todos os sujeitos sobre a importância dos estudos e da formação nas suas vidas, e, conseqüentemente a relação que existe entre a sua escolaridade e o tipo de trabalho que desenvolvem, segundo Pamplona (2001a, p. 95), “[...]o aumento da escolaridade tende a aumentar as chances de um indivíduo tornar-se autoempregado”. Em quase todas as falas foi unânime o pensamento de que eles só estavam fazendo aquele trabalho porque não tiveram oportunidade de estudar mais, de construir uma carreira numa área profissional em que poderiam ter sido bem-sucedidos, com exceção da fala de Mateus que está a fazer o 3º ano da faculdade que olha principalmente para falta de oportunidades que existe no mercado de trabalho.

Lima (2000, p. 243) fala a respeito da escolaridade, no sentido de que há um conjunto de “[...] determinantes que contribuem na reprodução da pobreza [dentre os quais] ressalta a baixa escolaridade, que por sua vez impõe o subemprego e as subocupações como alternativas de trabalho ou ainda o desemprego” (Lima, 2000 p. 243). Na perspectiva desse autor a falta de escolaridade é um fator determinante da pobreza, e isso também ficou patente nos relatos dos participantes desta pesquisa, e essa falta de escolaridade acaba influenciando, significativamente, em suas trajetórias de vida, em suas perspectivas, e em suas identidades como sujeitos sociais.

Outra coisa que ficou bem patente nessa primeira fala dos nossos entrevistados, é a falta de esperança por parte de muitos, quando olham para o futuro a maioria deles não tem absolutamente nenhuma perspectiva de que as coisas vão melhorar para elas mesmas, grande parte dessas pessoas lutam ou se esforçam apenas para garantir o sustento de suas famílias. Porém, ressalta-se também o fato de que embora a maior parte das pessoas adultas olham para elas mesmas e não têm muita esperança, elas procuram ressignificar essa compreensão da realidade para os seus descendentes, quer por via da educação bem como incentivo ao trabalho que são os mecanismos disponíveis dentro daquele contexto para as pessoas saírem de condição de vida em que nasceram.

O que nos leva a reflexão feita por Telles (2001, p.102) ao tratar sobre precariedade e identidade fraturadas, pois para essa autora, ‘

[...] na ausência de uma medida possível de equivalência entre situações diversas – medida esta que só poderia ser dada pelos direitos, [...] desigualdades e discriminações se pulverizam em diferenciações que parecem corresponder nada mais do que aos azares de cada um e às diferenças de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho. Talvez seja isso que defina o sentido mesmo do chamado mercado informal.

Olhando para análise da autora, fica claro que na sua perspectiva a identidade dessas/es trabalhadoras/es sujeitos é significativamente influenciada pelo trabalho informal que desenvolvem, pois, por causa desse trabalho experienciam sofrimentos resultado do contexto em que seus direitos são desconsiderados e eles acabam estando numa situação de desproteção social em vários sentidos e essas desproteções e desigualdades são vistas fatalidades individuais ou caso isolados. Na realidade, entende-se que: “*Sou vendedor ambulante por falta de oportunidade, porque senão a ideia é mesmo com tempo mudar de trabalho*” (Francisco, 30 anos).

Sem direitos que garantam a identidade e o estatuto de trabalhador, o rompimento do vínculo do trabalho pode significar uma situação que joga o trabalhador na condição genérica e indiferenciada do não-trabalho, na qual se confundem as figuras do pobre, do desocupado, da delinquência, ou simplesmente da ociosidade e vadiagem (Telles, 2001, p.101).

Ao olhar para fala de Telles, fica evidente que essa falta de oportunidade que existe a nível do mercado de trabalho, se apresenta como uma situação que coloca o trabalhador do mercado informal numa condição genérica e indiferenciada de não trabalho, de pobreza, até de indigência, entre outros aspectos; embora sejam parte da classe trabalhadora, integram as franjas da superpopulação relativa e do pauperismo, numa situação de não cidadão dentro da dinâmica do sistema capitalista em que vivemos.

O trabalho que nós fazemos aqui na zunga é muito difícil, não temos lugares para vender nos mercados, também ficar em casa não dá porque temos famílias para sustentar, marido é esse que o salário também atrasa toda hora, então, temos que aguentar mesmo só já, vamos fazer mais como? (Rosa, 37 anos).

Como dá para perceber no depoimento de Rosa, fazer o trabalho exige delas muito esforço e isso destaca o espírito de persistência dessas mulheres. Martinelli (1999) ressalta a possibilidade de se reconhecer a singularidade dos participantes de uma pesquisa, por

meio das suas falas, do trabalho que desenvolvem. Muitos desses trabalhadores acabam tendo uma aparência mais velha do que realmente são, pelo fato de que fazem um grande esforço para se movimentarem pelas ruas da cidade, carregando muito peso e muitas delas com crianças nas costas.

Têm que levantar-se muito cedo, sair de suas casas e percorrerem as ruas da cidade capital, uma vez que muitas não conseguem um lugar fixo para venderem nos mercados próximos ao bairro, enfrentar o sol, com bebês nas costas, se alimentar muito mal, e enfrentar um conjunto de adversidades, tudo para garantirem o sustento e a sobrevivência de suas famílias. (Foto 4)

Foto 4- Mulher zungueira com sua bebê nas costas



Foto: José Carlos Costa

Além de todas essas dificuldades, infelizmente para esse grupo de pessoas que trabalham a nível do mercado informal como zungueiros, tem uma outra problemática que é destacada por Gilson:

“O grande problema é muitas vezes, você está a vender e tem que prestar atenção aos fiscais, porque se apanharem, ainda recebem

todo negócio ou deitam tudo que encontram e pisam em tudo e a pessoa perde tudo num só dia” (Gilson, 29 anos).

A fala de Gilson, destaca alguns problemas muito graves que esses moradores dessa comunidade que vivem do mercado informal enfrentam e que acaba por ser comum a todas as pessoas que desenvolvem essa atividade, a questão da violência policial e dos fiscais sobre essas pessoas como uma forma controlarem e minimizarem a venda desordenada a nível da cidade de Luanda, sem prestarem atenção que essas pessoas não exercem essas atividades por mero capricho, tal como defende Monteiro (2021, p-154), eles persistem nessa atividade informal, durante anos,

“por representar a única possibilidade encontrada de sobrevivência e de sustento da família. Esses elementos dão a dimensão da vulnerabilidade em que se encontram, além de sofrerem preconceito e discriminação social”.

Associado a todo o contexto já destacado no terceiro capítulo, de todo o contexto histórico dessas trabalhadoras/es angolanas/os que sofreram as consequências da guerra, uma vez que o país só alcançou a paz efetiva em 04/04/2002, a perda de parentes, a morte dos pais, são alguns fatores que influenciam diretamente a entrada na venda ambulante de muitas dessas pessoas, uma vez que isso foi uma alternativa de sobrevivência; algumas/uns, desde muito cedo. Por consequência, não conseguiram frequentar a escola, o que justifica o baixo nível de escolaridade.

Por outro lado, todos esses relatos, destacam a ausência total do Estado no sentido de garantir a inclusão dessas famílias dentro dos programas de proteção social efetivos, de modo que conseguissem sair dessa condição em que se encontram.

6.2 Manifestações das desproteções sociais durante a pandemia da Covid-19 categorias de análises

Uma vez que grande parte das famílias dessa comunidade sobrevivem do mercado informal tal como ficou evidente, buscou-se perceber de que forma foram afetados durante o período da pandemia, principalmente pelo fato de que grande parte da população em muitos momentos teve de ficar em casa ou só podia trabalhar em dias específicos da semana.

“Quando veio a pandemia, nós ficamos com muito medo, por isso é que nas primeiras semanas apesar de toda dificuldade, ficamos mesmo em casa com o pouco que tínhamos” (Joana, 43 anos).

“Quando ouvíamos os noticiários, ficávamos muito assustados com o número de casos nos outros países que são considerados desenvolvidos e que o sistema de saúde é mais desenvolvido do que o nosso, não sabíamos como é que seria se no nosso país as coisas fossem da mesma maneira” (Mateus, 33 anos).

Ao analisar as palavras de Joana e de Mateus, vale realçar que nenhuma sociedade estava preparada para lidar com a Covid-19, de alguma forma todos foram apanhados de surpresa pelo modo como se propagava o vírus, pois, tal como defendem Macedo e Adriano (2020) a medida que o vírus se propagava, os desafios não se limitavam apenas à saúde física das pessoas, grande parte das pessoas acabaram por sofrer um impacto muito forte a nível da sua saúde mental, principalmente as pessoas que se encontravam numa condição de vulnerabilidade e desproteção social.

Dessa forma, as pessoas dessa comunidade que se enquadram nessa descrição pelos autores, se encontravam exatamente nessa condição, de um medo generalizado, fruto das informações que recebiam por meio dos noticiários e influenciados principalmente pelo conhecimento da realidade que o país e mais especificamente sua comunidade apresentava.

“Isso nunca havia acontecido, de ficarmos mesmo assim proibidos de sair à rua, andar, ficar só mesmo em casa por causa de uma doença, no princípio parecia até o fim do mundo, ficamos mesmo todos com muito medo” (Eduarda, 28 anos).

“O maior problema, é que ninguém tinha ideia de como seriam as coisas, o medo que nós tínhamos nem era por alguma coisa que estava a acontecer na área em que vivemos, era mesmo só por causa das notícias que nós recebíamos do que estava a acontecer nos outros países, ouvir todos os dias aquelas notícias, nos deixava mesmo com muito medo dessa doença” (Avelina, 49 anos).

Fica claro que o medo foi um sentimento que instalou nas pessoas diante de tudo o que estava a acontecer, o isolamento social, os lockdowns, as incertezas econômicas face a tudo o que estava a acontecer e a constante ameaça de contágio contribuíram para a criação de um ambiente de estresse e ansiedade generalizados, afetando indivíduos em todas as esferas da vida (Zhang Y E MA ZF, 2020).

Uma outra situação que acabou abalando com o estado da saúde emocional das pessoas, foi o fato de que com o isolamento social, vinha também de forma automática o corte/rompimento temporário das relações sociais que essas pessoas mantinham com os vários grupos de que faziam parte, parceiros de negócios, irmãos de igrejas e até mesmo com muitos vizinhos da mesma comunidade.

Tal como defendem Ozili & Arun, (2020) a Covid-19 acabou provocando uma sensação de insegurança em todos as áreas da vida, da perspectiva coletiva à individual, do funcionamento diário da sociedade às modificações nas relações interpessoais.

Essas modificações nas relações interpessoais fazem referência justamente ao contexto em que fomos submetidos durante a pandemia, a necessidade do distanciamento e consequentemente isolamento social, fez com que muitos deixassem de ter convivência com pessoas que faziam parte da sua rotina diária, faziam parte do seu círculo de convivência e até do grupo de apoio. Imbamba (2003) identifica os humanos como seres sociais dada a condição de homo sapiens, dotado de características culturalis, ludens e religiosus, ou seja, é um ser inteligente, capaz de conhecer e reconhecer intelectiva e sensitivamente. Essas características fazem do humano um ser dotado de vontade e liberdade, o que lhe dá a possibilidade de “escolher entre alternativas concretas”, porém, sob determinadas circunstâncias sociais esse mesmo homem não pode apenas ser guiado por sua vontade, tem se submeter ao contexto que está vivendo.

E foi exatamente isso que as pessoas do bairro Chinguar tiveram de fazer, apesar da insatisfação e da necessidade em que tinham de voltar a ter contato com essas pessoas que faziam parte dos vários espaços que frequentavam, não tinham como o fazer tendo em conta o momento que estavam vivendo, tal como fica evidente na fala de Helena (32 anos): *“Vontade de encontrar as colegas e as irmãs de igreja não faltava, mas, não podíamos fazer nada por causa da doença e porque nos mandaram ficar todos em casa”*

O isolamento social também teve um impacto muito forte no bem-estar físico dessas famílias, uma vez que para maior parte delas o sustento advinha dos trabalhos que prestavam e prante esse contexto pandêmico muitas famílias acabaram sendo profundamente afetadas pelo fato de não poderem exercer os seus trabalhos de onde tiravam o sustento para suas famílias.

O decreto Presidencial n.º 82/20 de 26 de março que revogou o n.º 81/20, de 25 de março, que foi aquele em que foi definido o primeiro estado de emergência no período

da pandemia, definiu um conjunto de restrições à livre circulação das pessoas de modo geral, foi interditada a livre circulação e a permanência de pessoas na via pública, de modo que todo mundo tinha a obrigação de cumprir com o recolhimento domiciliar, com exceção de algumas situações pontuais que ficou definido no ponto 2 do artigo 3.º, a saber:

a) Aquisição de bens e serviços essenciais; b) A prestação de serviços essenciais; c) O desempenho de tarefas e o exercício de atividades profissionais em funcionamento durante o período de vigência do Estado de Emergência; d) Obtenção de cuidados de saúde; e) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio; f) Assistência a pessoas vulneráveis; g) Participação em ações de voluntariado; h) Participação em atos públicos em instituições em funcionamento; i) Busca de serviços bancários; j) Acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis; k) Retorno ao domicílio pessoal; l) Transporte de mercadorias.

Fora essas situações previstas por esse decreto presidencial, as pessoas deveriam ficar em casa como uma forma de evitarem a exposição ao vírus e como mecanismo de prevenção e controlo adotado pelo governo a exemplo do que era feito em outros países e fruto das especificidades do próprio vírus, que se podia transmitir por meio do contato direto com uma pessoa infectada (por exemplo, por meio de um aperto de mãos, toque nos olhos, nariz ou boca), ou o contato com objetos e superfícies contaminados (fômites).

Nesse mesmo decreto, foi também decretado o encerramento de algumas instituições públicas e privadas durante o período do estado de emergência, com a possibilidade de alguns trabalhadores ficarem sujeitos ao trabalho domiciliar, uma decisão que era da estrita competência de cada entidade empregadora, pública ou privada, a quem cabia, ainda, definir as modalidades do trabalho em domicílio. (art. 11.º)

Uma outra medida que afetou significativamente as pessoas e mais especificamente alguns dos nossos sujeitos de pesquisa, foi o encerramento imediato dos estabelecimentos ou instituições de ensino, quer público quer privados, em todos os níveis de ensino do sistema nacional de educação, bem como os centros de formação profissional, públicos e privados. (Art. 15.º)

“O colégio (Escola particulares/privadas) em que eu trabalhava como segurança, teve que fechar, eu tive que ficar em casa e como ninguém estudava, então os pais também não pagavam o dinheiro das propinas (Taxa/Valor pago mensalmente pelo estudante para frequentar um curso e ter acesso aos serviços prestados pela instituição de ensino que frequenta), o diretor da

escola disse que se os estudantes não pagam, eles também não tem como pagar os nossos salários, porque o dinheiro para nos pagar vem mesmo das propinas dos estudantes, depois eu comecei a trabalhar naquele colégio por indicação de um conhecido, como não conseguia mesmo arranjar outro emprego, acabei aceitando, não tínhamos sequer um contrato de trabalho físico assinado, foi mesmo só na boca, comecei a trabalhar e embora atrasava muito, mas, o salário caía, agora durante a pandemia as coisas ficaram mesmo bem complicadas, eu não sabia o que fazer porque aquela era minha única fonte de rendimento, é onde saía o dinheiro para comida de casa e para ajudar também a mulher com um pouco para aumentar nos seus negócios. Sem esse salário as nossas dificuldades financeiras só aumentaram” (Genésio, 47 anos).

O relato de Genésio traz à tona uma série de reflexões que podem ser feitas sobre o nosso sistema de proteção social, começando do fato que a lei geral do trabalho lei nº 12/23 de 27 de dezembro, define que a celebração dos contratos de trabalho, assume a forma que for estabelecida pelas partes, salvo os contratos de curta duração que têm necessariamente de ser por escrito (art. 12.º- 1, 2)

Porém na prática, muitas entidades patronais acabam achando que por não celebrarem um contrato escrito, não têm as mesmas responsabilidades para com o trabalhador, porém, a lei define, que independente do modelo utilizado pelas partes para celebrar o contrato, e apesar de que para fins legais é necessário existir comprovantes físicos dessa relação jurídico-laboral entre as partes, nos casos em se assume esse contrato de forma verbal, automaticamente o contrato assume a especificidade de um contrato a tempo indeterminado e a entidade patronal fica responsável por cumprir com todos os compromissos para com o trabalhador enquanto existir essa relação. (art. 12.º- 4).

Por falta de conhecimento ou por dificuldade em saber onde recorrer diante de uma situação de litígio ou de incumprimento da entidade patronal para com suas responsabilidades, muitos desses trabalhadores acabam sendo prejudicados, e o caso de Genésio foi apenas um dos muitos que aconteceram durante esse período, pois tal como ele muitas mulheres que trabalhavam como domésticas também acabaram passando pela mesma situação, tal como podemos ver nos relatos a seguir:

“No nosso trabalho como domésticas, você depende mesmo só da boa vontade dos patrões, o salário já é muito baixo, durante a pandemia não conseguíamos sair para trabalhar e as patroas também tinham medo de ser infetadas e não permitiam mesmo que nós fossemos trabalhar, e por causa disso, também não nos pagavam nada, porque nós não trabalhávamos nada. Foi mesmo

muito difícil, esse trabalho já é nos ajudava a colocar a comida em casa” (Rebeca, 35 anos).

“Não vou dizer que antes da pandemia nós não passávamos necessidades, estaria a mentir, mas só que quando veio a pandemia, as coisas pioraram mesmo, o meu trabalho como doméstica na casa em que trabalhava envolvia cuidar das crianças dessa família também, quando o governo proibiu a nossa circulação pelas ruas e depois já tinham alguns casos de Covid no país, por receio ou medo, os meus patrões também me pediram para ficar em casa, eles nem estavam a ter contato com ninguém. Como não trabalhava, também não recebia pagamento nenhum, eles disseram que voltaria a trabalhar assim que a situação melhorasse, então, eu não poderia fazer nada” (Joana, 43 anos).

Novamente, tal como no caso de Genésio, o fato de trabalharem para uma pessoa e não terem um contrato de trabalho por escrito, essas mulheres acabaram ficando sem alternativas durante a Covid-19, pois os patrões dispensaram os seus trabalhos e se negaram a continuar a pagar os seus salários uma vez que elas não estavam prestando nenhum serviço naquele exato momento.

No entanto, vale salientar que essa acaba sendo uma dura realidade de muitos trabalhadores informais no país, com ou sem pandemia, ou seja, muitos deles, se ficarem um tempo doentes, sem possibilidade de trabalharem, acabam ficando sem nenhuma fonte de renda e sem ter possibilidade de solicitarem algum auxílio, a maior parte deles não tem um contrato de trabalho, conseqüentemente não desconta para segurança social, os patrões não assumem responsabilidades pelo pagamento de subsídios, ficando os mesmos totalmente condicionados a um salário precário, mas que muitas vezes é a única fonte de renda que a família tem.

Tal como defende Alves (2013, p.66) “para homens e mulheres imersos nessa condição [...] trabalho é vida e vida é trabalho”. Para muitos desses trabalhadores, essa é a única fonte de renda que têm, o que lhes leva a se submeterem a uma série de condições de trabalho extremamente precárias e em muitos casos a nem sequer fazerem reclamações aos patrões perante situações de injustiças, por receio de perderem esse trabalho e não terem de forma imediata uma outra fonte de renda para ajudar no sustento da família.

Costa (2010) defende que essa nova informalidade urbana (guardadores de carro nas ruas, catadores de lixo, trabalhadores domésticos, etc), que tem se expandido cada vez mais em modalidades diversas de atividades e que tem contribuído para uma maior heterogeneidade do mercado de trabalho, tem como marca principal a precariedade das

condições de trabalho e de vida, a negação dos princípios mais elementares de cidadania, a perpétua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais.

Então, embora sempre existiram, o que está a acontecer é que a pandemia está expondo de forma generalizada essa precarização de trabalho que os muitos trabalhadores informais sempre conheceram e por muitos motivos fora do controlo desses trabalhadores, eles acabaram ficando impedidos de garantirem o seu sustento e o de suas famílias.

Tal como defende Franco (2010) embora historicamente, foram registrados alguns avanços nas sociedades capitalistas, fruto das lutas da classe trabalhadora, pela garantia de direitos sociais fundamentais. Nas últimas décadas tem se verificado alguns retrocessos sociais significativos em relação às décadas passadas, retrocessos que se manifestam na expansão da precarização e informalidade do trabalho. Ou seja, a precarização tornou-se uma propriedade do trabalho na atualidade quer sejam os formais bem como os informais, apresentando múltiplas expressões e dimensões, afetando, dentro e fora do trabalho, todos os sujeitos que vivem do trabalho principalmente dos trabalhadores de países subdesenvolvidos como é o caso de Angola.

O que nos leva a considerar a realidade de um outro grupo de trabalhadores do mercado informal, pois, além desse grupo de trabalhadores que prestavam serviços a um terceiro, existem também aqueles que estão no mercado informal e trabalham por conta própria, que é o caso das mulheres zungueiras, como ficaram essas mulheres e como suas famílias foram afetadas?

“Nas primeiras semanas, aguentamos, todo mundo estava mesmo com muito medo, ninguém queria sair mesmo de casa, só que o problema era mesmo a fome, nós não podíamos continuar em casa sem fazer nada, não tinha comida, as crianças estavam todas em casa, tinham que comer, depois já sabes, que quando as crianças estão em casa parece que ficam com mais fome do que o normal, passamos mal durante essas semanas” (Viktória, 38 anos).

“Nós dependíamos totalmente da praça, o sustento de casa, o meu marido trabalha como segurança, até naquele momento já estava a três ou quatro meses sem receber salário, nós não tínhamos uma outra fonte de renda, depois até parece azar, quando a pessoa fica mesmo sem dinheiro parece que é quando tudo de mal começa a acontecer, além da fome, as crianças estavam doentes, não tínhamos dinheiro para comprar medicamentos” (Helena, 32 anos).

Fica evidente que os trabalhadores do mercado informal de modo geral, acabaram por ficar numa condição de maior vulnerabilidade porque estão à margem do sistema de proteção social. Os relatos de Victória e Helena, ajudam a perceber algo que já enfatizamos ao longo desse trabalho, o trabalho dessas mulheres da comunidade do bairro Chinguar, está intimamente relacionado a uma questão de sobrevivência, muitas delas são as principais provedoras de suas famílias, dela dependem os filhos e em alguns casos até outros membros da família dependem desses trabalhos para se manterem.

Tal como defende Queiroz (2016, p. 63) a história da economia (informal) angolana é marcada pela presença dessas mulheres vendedoras ambulantes, assim como, “por valores culturais de solidariedade, resistência e resiliência frente a um Estado (colonial e pós-colonial independente) incapaz de prover o básico para a população, incluindo relações mais igualitárias entre homens e mulheres.”

Esses que foram aqui relatados pelos sujeitos que participaram da pesquisa, não são casos isolados, apenas espelham a realidade de muitas famílias angolanas e mais especificamente dessa comunidade que se viram numa situação difícil durante a pandemia da Covid-19, uma vez que obedecer às medidas que foram impostas pelo governo era necessário porque visavam a proteção da saúde de todos e a contenção do vírus no nosso território, porém, outras necessidades acabavam por colocar em causa o bem-estar físico de suas famílias, deixando-as perante um dilema.

Fig. 9- Caricatura feita durante o período de quarentena



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=519707358911776&set=pcb.519707838911728>

Essa caricatura feita durante o período de quarentena em que as pessoas foram obrigadas a ficar em casa, face a tudo o que estava acontecendo, destaca o problema que estava acontecendo nos lares/casas de muitas famílias que por dependerem exclusivamente do mercado informal, estavam impedidas de realizar os seus trabalhos e de conseguirem dessa forma garantir o sustento para suas famílias.

Esses chefes de família se viram numa condição em que tinham de escolher obedecer as medidas estabelecidas pelo governo e continuarem se protegendo ficando em casa, porém, lidando com a situação de extrema carência que piorava a cada dia que não podiam sair de casa para realizar os seus trabalhos, ou então desobedecer a essas medidas, se expor ao risco de contágio e consequentemente expor esse mesmo risco a sua família, correr risco de ser interpelado pela polícia, detido e perder todo o negócio na busca de conseguirem o alimento que precisavam para se manter.

Diante disso, como é que essas famílias sobreviveram durante esse período pandêmico? Obedeceram às medidas que foram estabelecidas durante o período de quarentena imposto pelo governo?

“Nós dependíamos totalmente da praça, o marido trabalha numa empresa de segurança, os salários atrasam muito, por exemplo até naquela altura em que entramos de quarentena já fazia mais de 3 meses que o ele não recebia salário, então, embora nos

deixassem trabalhar durante alguns dias, o negócio não andava, não tínhamos de continuar obedecendo tudo o mandavam, porque também, não tínhamos o que comer o que em casa” (Anastácia, 29 anos).

“Não tínhamos nada para comer a situação estava mesmo muito difícil, como pai se eu fico sem trabalhar é problema em casa, porque embora a esposa faça uns negócios pequenos na porta de casa, aquilo só serve mesmo para complementar aquilo que eu trabalho e trago para casa e se eu fico sem trabalhar, até esse próprio negócio vai abaixo, era mesmo uma questão de sobrevivência, não tínhamos muitas opções” (Leonardo, 57 anos).

“Se eu não saio para vender, em casa as panelas vão fazer greve (Vai faltar comida, não teremos comida) é mesmo dessas vendas que no dia a dia consigo a comida para os meus filhos, pelo menos o pão com chá não falta, então, quando eu não saio para vender as coisas ficam mesmo muito difíceis” (Avelina, 49 anos).

“O pouco que sai desse trabalho, é mesmo que serve para nós comermos, não é muito, mas já dá, não tenho mais outro lugar onde eu posso correr para dar comida nos miúdos” (Mateus, 33 anos).

“Depois de um tempo tivemos que sair mesmo de casa para fazer algumas coisas para ter o que comer, porque embora o decreto proibía algumas coisas, a verdade é que a situação começou a ficar muito difícil, não tínhamos comida em casa, o esposo já estava a uns 3 meses sem receber salário, nós não estávamos a ver mais o que fazer, sabíamos mesmo que se a polícia nos encontrasse podiam receber o negócio/mercadoria, mas, tínhamos que nos arriscar mesmo assim” (Rosa, 37 anos).

Essas frases foram comuns e de alguma forma quase todas as famílias entrevistadas demonstraram esse sentimento, de não terem o suficiente para se manter, de não saberem o que poderiam fazer para sustentar a família e o sentimento de impotência perante uma situação que estava fora do controlo delas.

A situação era tão séria que a as agências das Nações Unidas durante aquele período realizaram uma campanha defendendo que famílias de trabalhadores deveriam ser apoiadas para minimizar os efeitos negativos da covid-19 no seio dessas famílias, de modo que a, Unicef e a Organização Internacional do Trabalho, fizeram sair um conjunto de recomendações nesse sentido (ONU, 2020).

O fato de a maior parte dos chefes dessas famílias não poderem trabalhar durante o período da pandemia, por estarem inseridos a nível do sistema informal de trabalho e por terem visto seus trabalhos preteridos durante essa fase, mostra o quanto esse alerta da

ONU deveria ter sido levado a sério por todos os governos, principalmente de países como Angola, que é considerado um país de rendimento médio-baixo com elevada dependência externa (BAD, 2021).

Em muitos países no mundo todo e olhando por exemplo para o caso do Brasil, em função da alta demanda que passou a existir em função da covid-19, resultou em demandas crescentes que passaram a incidir principalmente na capacidade do País em coordenar políticas públicas integradas e multissetoriais em tempo recorde, para dar resposta a essa demanda foi necessário que se provocasse pressões expressivas sobre a administração pública, instituições nacionais, instituições internacionais parceiras, bem como a mobilização de muitos atores sociais, desde pessoas ligadas a gestão pública como são os casos dos governadores, prefeitos e vereadores, bem como as representações das várias classes profissionais, a imprensa, conselhos de saúde, e especialmente o supremo tribunal federal.

Esse trabalho articulado, era necessário para dar respostas as exigências próprias daquele contexto, os vários setores tinham de se alinhar para que se criassem políticas que de alguma incluisse todos esses setores desde a produção de informações e a definição dos mecanismos de fazer essas informações chegar à sociedade, a construção de planos de emergência, a gestão das equipas de profissionais desde os da área saúde, segurança, área social e outros que estariam atuando de forma permanente na linha de frente de combate ao vírus, a definição de normas que regulariam a dinâmica social, a definição de políticas de garantia de renda e proteção ao emprego.

Ainda no sentido de mitigar os efeitos da pandemia, foi criada pelo presidente angolano, João Lourenço, a Comissão Multissetorial para a Prevenção e Combate à Covid-19, coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República. Essa Comissão composta por representantes de todos outros ministérios, foi chave fundamental e encabeçou a implementação das medidas de proteção e prevenção a covid-19, de forma que todos os setores caminhassem lado a lado, para que os esforços fossem concertados de modo que os recursos humanos e financeiros, já limitados, sejam otimizados.

Foi também criado um plano nacional de contingência para o controlo da epidemia de doença por coronavírus 2019 (covid-19), que tinha como objetivo principal, reduzir ao mínimo o risco de introdução e disseminação do SARS-CoV2 em Angola e o impacto

negativo de uma epidemia na saúde da população e na esfera económica e social do País (ANGOLA, 2020. P. 4).

A par desse plano, muitos dos programas que foram mencionados no capítulo anterior, continuaram a funcionar durante a pandemia, dando auxílio as populações nas várias áreas em que cada um desses programas era implementado, e nesse sentido o programa com maior destaque e que tem maior nível de abrangência no território nacional foi o programa de fortalecimento do sistema nacional de proteção social- Kwenda, financiado pelo banco mundial em parceria com o governo angolano e implementado pelo FAS – Instituto de Desenvolvimento Local, que é uma pessoa coletiva de direito público, ou seja, é uma instituição de carácter público, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através de programas de combate à pobreza e estabilização económica. (Decreto Presidencial nº 317/20).

Durante o período de pandemia foi o programa de maior relevância que trabalhou afincadamente para levar os benefícios aos beneficiários nas áreas mais vulneráveis do país, os profissionais dessa instituição estavam na linha de frente, expostos a todo tipo de riscos, distante de suas famílias em prol do trabalho que se precisava nesse contexto difícil que se vivia. Foi um trabalho digno de nota feito por esses profissionais e que serve para mostrar que durante esse período alguma coisa feita em prol das populações mais desprotegidas em angola.

Será que as famílias dessa comunidade sentiram esse apoio por parte de estado durante a pandemia?

“Não recebemos nenhuma ajuda da administração durante a pandemia” (Gilson, 29 anos)

“Ouvimos que a administração faria a entrega cestas básicas para algumas famílias, mas nós nunca vimos nada, nem sabemos se alguém aqui no bairro recebeu mesmo” (César, 42 anos)

“Nenhuma ajuda, não tivemos nenhuma ajuda da administração ou de qualquer instituição do governo” (Eduarda, 28 anos)

“O problema é que quando tem essas coisas de dar ajuda, dinheiro ou comida, eles se escolhem entre eles, só as pessoas que eles conhecem é que recebem ou as pessoas que são do partido” (Joana, 43 anos)

Esses relatos colhidos demonstram que embora tenham existido medidas de âmbito geral que o governo definiu como forma de dar suporte aos grupos em situação de vulnerabilidade e desproteção social muito elevada, por várias razões essas populações dessa comunidade não tiveram nenhuma ajuda durante o período da pandemia.

Com relação ao programa Kwenda que é o maior programa de referência tal como enfatizamos aqui na questão da luta e combate à pobreza implementado pelo governo angolano, a sua atuação e implementação tem como foco principal as zonas rurais, ou seja embora tenham trabalhado durante todo período de pandemia, o foco de atuação desse programa foram principalmente os municípios no país que apresentam maior índice de desproteção social, a comunidade em questão, o bairro Chinguar, embora seja um bairro periférico, está localizado num município urbanizado da capital de Angola, então não fazia parte das áreas prioritárias de atuação do programa naquele momento específico.

Com relação a outros programas que deveriam ser implementados, a administração local embora relate que foram distribuídas realmente algumas cestas básicas a algumas famílias, a administração do distrito urbano do Benfica não tem nenhuma dessas atividade documentadas, de modo que não se sabe quantas cestas básicas foram distribuídas, em período se fez isso, quantas famílias foram beneficiadas ou se realmente tais atividades foram realizadas pois muitas dessas famílias que foram entrevistadas afirmaram que não receberam nenhuma ajuda do estado por meio da administração local ou de qualquer outro órgão do estado.

“A única ajuda que recebemos nessa altura, foi da nossa igreja, algumas pessoas que têm mais possibilidades, fizeram uma contribuição e as coisas foram distribuídas pelos membros da igreja que nessa altura estavam a passar por mais necessidades”
(Helena, 32 anos)

“Na nossa igreja, a liderança dos recursos da própria igreja, tiraram algum dinheiro e compravam cestas básicas para distribuir aos membros da igreja e para outras pessoas que se associavam conosco mesmo não sendo membros da nossa igreja”
(Avelina, 49 anos).

Com relação a intervenção das denominações religiosas no âmbito das ajudas durante a pandemia da covid-19, vale salientar que, a Vatican News (2020), noticiou por exemplo que no âmbito da parceria entre o estado e a igreja Católica, no quadro do programa do executivo e da Comissão Interministerial para o Combate a prevenção da Covid 19, havia sido dado início a uma campanha de distribuição de cesta básica as famílias carenciadas.

Esse caso da igreja católica não foi o único, em conversa com outros sujeitos que participaram da pesquisa, ficou patente que em algum momento, eles também receberam alguma ajuda de suas denominações religiosas, por meio de cestas básicas, embora elas não tenham publicitado essas intervenções, tal como fez a igreja católica. Então, é digno de nota essa intervenção da igreja enquanto parceira do estado, prestando auxílio a essas famílias durante a pandemia da covid-19, colaborando dessa forma no combate da diminuição da desigualdade social.

Tal como defende Dos Santos (2020. P- 30):

“[...] por serem legitimadas legalmente e serem precursoras do trabalho social, as Igrejas devem ser valorizadas e incentivadas financeiramente para continuar atuando e promovendo a dignidade a população em situação de vulnerabilidade social”.

Desta forma, deixar que as igrejas atuem nesta área, é reconhecer a importância social que elas têm enquanto parceiras do estado.

“Tivemos ajuda de algumas pessoas da família. Meu irmão que vive na Maianga, é chefe da polícia, e como a situação estava mesmo muito apertada, ele nos deu ajuda com algum dinheiro para comprarmos comida e quando os miúdos ficaram doentes e tínhamos que ir ao hospital e depois comprar os medicamentos e não tínhamos dinheiro, ele também nos ajudou com isso”. (Anastácia, 29 anos).

“A única ajuda que tivemos foi da nossa família e de alguns vizinhos mesmos, que no pouco que tinham, partilhavam conosco para pelo menos não faltar comida para os miúdos, estávamos a ouvir que a administração daria alguma ajuda, o problema é que quando tem essas coisas de dar ajuda, dinheiro ou comida, eles se escolhem entre eles, só as pessoas que eles conhecem é que recebem ou as pessoas que são do partido”. (Rebeca, 35 anos).

O relato de Rebeca, destacam um problema comum em todas as esferas da sociedade angolana, que está relacionado a partidarização de todas as instituições do estado, levando até mesmo alguns críticos a reclamarem dessa partidarização e da falta de transparência na distribuição da assistência governamental (Amnistia Internacional, 2020).

Nesse sentido, muitas são as críticas feitas ao partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido no poder desde que o país conquistou a independência

em 1975 e que devido a sua forma de governação caiu no descrédito geral da população, tendo mesmo perdido a maior praça eleitoral do país que a província de Luanda, embora tenha conseguido manter o poder tendo na contagem geral, um claro sinal do descontentamento geral da população, perante a governação desse partido.

Durante a pandemia, mais uma vez, isso foi colocado em causa, onde quer os populares, bem como ativistas apontaram denunciaram determinadas práticas de algumas administrações, que evidenciaram claramente um problema muito sério que se debate no país, que é a partidarização das instituições públicas, onde em determinadas situações as cores partidárias ainda influenciam no tipo de acesso e benefícios que o cidadão pode ter.

Fica evidente por meio dos relatos dos sujeitos que participaram da nossa pesquisa que de forma prática muitos não receberam nenhuma ajuda do estado por meio das administrações ou de outras entidades governamentais, alguns tiveram ajuda por meio das igrejas que frequentam e ainda outros de outros membros da família e de vizinhos que uniram forças para dar alguma ajuda aos que estavam numa situação de maior vulnerabilidade nessa altura.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de desenvolvimento desta pesquisa representou um desafio profissional enriquecedor, notadamente pela escassa produção bibliográfica específica sobre o impacto da COVID-19 no contexto angolano. Essa lacuna impôs a necessidade de integrar uma proporção considerável de referências internacionais com abordagens similares, ao mesmo tempo em que a obtenção de informações relevantes foi obstaculizada por entraves burocráticos junto à administração local. Contudo, superadas as adversidades no campo e beneficiando-se da parceria institucional, este trabalho foi concluído, proporcionando um aprofundamento analítico sobre a problemática proposta.

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo corroboram a premissa de que a proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação das múltiplas expressões da questão social angolana. No entanto, a trajetória histórica do país – marcada pela colonização, escravização, luta pela libertação nacional, conflito armado interno e um modelo de governança focado na apropriação em detrimento do serviço público – impactou profundamente a consolidação de um sistema de proteção social robusto e responsivo às necessidades da população. A transição do sistema socialista para o multipartidário, entre 1992 e 2002 acentuou a informalização do trabalho e a degradação das condições materiais de vida, intensificando a pobreza e a desigualdade social.

Dessa forma, os resultados da pesquisa revelam que, embora as famílias tenham enfrentado dificuldades exacerbadas durante o período pandêmico, esses problemas não surgiram com a COVID-19. Eles são, na verdade, a manifestação aguda de uma violência histórica e da violação contínua de direitos, decorrentes da ausência de uma política de proteção social efetiva e universal. Em meio à globalização da sociedade capitalista, percebe-se a tendência de individualização da proteção social nos países periféricos, sob a premissa de que a lógica securitária obstaculiza o progresso social em economias marcadas pela informalidade e imprevisibilidade de rendimentos. Essa lógica transfere o ônus da vulnerabilidade para a população, que, em condições de fragilidade acentuada, sofre de maneira mais violenta os impactos de qualquer abalo na estrutura social.

A COVID-19, portanto, não pode ser vista como a causa primordial da desproteção social dessas famílias, mas sim como um catalisador que desvelou e agravou a severidade dos problemas preexistentes. A falta de acesso a serviços sociais básicos, a

precariedade das unidades hospitalares – tanto em capacidade quanto em recursos humanos e oferta de assistência médico-medicamentosa –, e a dificuldade de aquisição de medicamentos por parte da população periférica, especialmente aquela dependente do mercado informal, foram explicitadas de forma contundente.

Apesar de sua fragilidade e instabilidade, o mercado informal demonstrou ser uma contribuição vital para a melhoria das condições de vida dessas famílias. A crescente adesão a essa modalidade de trabalho, face à ausência de alternativas formais, confere ao mercado informal contornos sem precedentes. As iniciativas governamentais para conter ou formalizar esse setor têm se mostrado, em grande parte, ineficazes, revelando a fragilidade das políticas públicas em dar respostas satisfatórias às necessidades da maioria da população. Essa ineficácia é um reflexo direto da ausência de políticas justas de redistribuição de renda, articuladas com investimentos em educação e saúde, elementos fundamentais para combater a informalidade e as desigualdades em Angola.

A pesquisa evidencia a urgência de políticas públicas que promovam a autonomia das famílias periféricas, permitindo-lhes enfrentar as adversidades. O bem-estar social permanece uma meta distante em função da ausência de políticas integradoras que atendam às reais necessidades dos cidadãos e mobilizem a classe trabalhadora, que, apesar de sua contribuição para o desenvolvimento do país, encontra grandes dificuldades em obter auxílio quando necessário.

Este estudo ressalta que o problema central em Angola não reside na falta de legislação, mas sim na materialização ineficaz das leis. Isso se deve, em parte, à ausência de condições técnicas e financeiras, mas também à desorganização e à corrupção que permeiam os órgãos de decisão, onde interesses particulares frequentemente se sobrepõem ao bem-estar dos beneficiários. Sem um sistema de proteção social funcional, as comunidades continuarão à margem da lei para sobreviver, evidenciando a ineficácia dos programas existentes e o aumento da pobreza e do desemprego.

Os resultados da presente pesquisa mostraram claramente que a história de vida de grande parte dessas famílias que como enfatizamos, serviram apenas de amostra pois elas representam um número maior de famílias quer desse bairro bem como da própria cidade de Luanda e por extensão de todo país, que vivem nessas condições, a sua história é marcada pela pobreza, pela constante luta de sobrevivência, tendo que se submeterem a todas as situações que forem necessárias para garantirem o sustento de suas famílias.

Essas histórias e trajetórias são marcadas também pela baixa escolaridade por parte desses sujeitos, algo que acaba afetando significativamente o tipo de trabalho que podem fazer e que os remete automaticamente a aceitarem o que aparece como uma forma de garantirem o sustento. Por isso, é muito interessante a abordagem de Telles (2010), que defende que causa alguma admiração o fato de que essa pobreza conhecida, visível e persistente, não tenha sido capaz de criar uma opinião pública crítica e capaz de mobilizar um debate público na defesa de padrões mínimos de vida voltados para a justiça e cidadania do conjunto das famílias angolanas.

O objetivo é que esse estudo, sirva de alerta principalmente as autoridades públicas sobre a importância dessa questão, que afeta a vida da cidade milhares de famílias angolanas, tal como se defendia o primeiro presidente da República de Angola, António Agostinho Neto, numa de suas frases mais conhecidas “O mais importante é resolver o problema do povo”, se essa for a mesma determinação de quem tem o poder de decidir, então, alguma coisa poderá ser feita no sentido de se prestar atenção a essas famílias desprotegidas.

Tal como qualquer outro assunto, essa não é uma pesquisa fechada, muitas questões ficaram em aberto e precisam de estudos específicos e mais aprofundados para se compreender mais plenamente como se tais fenômenos se apresentam para esses sujeitos de pesquisa, que significados eles dão a todas essas questões e como isso impacta as suas vidas.

Por essa razão, enfatizamos que não o presente estudo não esgotou todas as possibilidades que se colocam como resposta ao fenômeno estudado, por essa razão, por meio desse estudo lança-se um desafio a toda academia angolana no sentido de: incentivar um maior número de investigações sobre a temática; criar espaços de discussão sobre o real impacto socioeconômico da covid-19 sobre as famílias angolanas, e principalmente sobre aquelas que vivem do mercado informal; incentivar discussões sobre outras manifestações da questão social que afetam as famílias angolanas; promover projetos de extensão universitária direcionados a encorajar a criação de propostas de trabalho mais criativas e capazes de preservar, garantir e efetivar direitos; bem como, incentivar a divulgação de estudos como este e disponibilizar uma bibliografia mais ampla, enriquecendo suas bibliotecas ao dispor da comunidade.

Destaca-se ainda que é necessário que as demandas dessas famílias sejam frequentemente discutidas no processo de formação de profissionais assistentes sociais,

que devem ser profissionais preparados/as para enfrentar e assumir o papel de defensor de princípios como a justiça social, equidade e solidariedade social. O grande desafio que se coloca aos profissionais é a continua atuação na pressão que deve ser exercida para que o Estado fortaleça a política de proteção social vigente no país e que se preste atenção na execução dessa política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Remuzzi, G Remuzzi; COVID-19 and Italy: what next?; Lancet (2020); March 2020 [CrossRef]

AASSVE. A., ALFANI, G., GANDOLFI F., Le Moglie M. **Epidemics and trust: The case of the Spanish Flu**. Heal Econ. 2021.

ABARELLI, J. **Diário científico de uma Pandemia: como o Coronavírus nos impactou e que lição tiramos para o futuro**. Joinville. Clube dos autores, 2020.

ALLAN, K. D. B. F. R. G. C. **O Mundo Pós-covid: Rupturas e continuidades. Notas Prospectivas**. doi: 10.47595/2675-634X.2020v1i1p195-198

ALVES, M. A; TAVARES, M. A. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização**. In: Ricardo Antunes (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ANGOLA, <https://mapcarta.com/pt/16827552/Mapa>, acessado em 30/05/2023 as 22:14.

_____, 2022. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638097239926448689.pdf. Acesso em 15 ago. 2023

_____, 2023. Acessado em 04/10/2023 às 14:33

_____, <https://pt-br.facebook.com/DistritoUrbanoBenfica/>, acessado em 09/05/2024 as 18:58.

_____, <https://www.sonangol.co.ao/relatorio-contas-2020/>, 2020. acessado em 09/05/2024 as 13:30.

_____, <https://www.voaportugues.com/a/angola-taxa-de-desemprego-entre-jovens-chega-a-63-5-cento-e-economia-informal-domina-o-mercado/7624054.html>, acessado em 30/05/2023 as 21:30

_____, Lei número 18/16 de 17 de outubro, 2016.

_____, https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638253195047780891.pdf, acessado em 30/05/2023 as 22:25

_____. https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638386203777972813.pdf, acessado em 30/05/2023 as 22:32

_____. Assembleia Nacional de Angola. Constituição da República de Angola. Luanda: Plural editores, 2010. Disponível em: <https://www.pluraleditores.co.ao/produtos/ficha/constituicao-da-republica-de-angola/24617218>, Acesso em 27/06/2024.

_____. Comissão Interministerial Para as Emergências. Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Pandemia da Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19) [Internet]. 2020. [citado 2020 ago 25]. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/relatorio_covid19.pdf

_____. Decreto Legislativo Presidencial n.º 82/20, de 26 de março. Aprova medidas de exceção e temporárias para prevenção e o controle da propagação da pandemia COVID-19. Série N.º 36,2293 - 2299. 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Relatorio_ODS_FINAL.pdf. Acesso aos: 12 nov. 2022.

_____. Decreto Presidencial n.º 96/20 de 9 de abril. (2020). Aprova as Medidas Transitórias de Resposta a Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto Da Pandemia da COVID-19 sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020. I Série, N.º 46, 2466-2468. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Relatorio_ODS_FINAL.pdf. Acesso aos: 12 nov. 2022.

_____. Decreto Presidencial n.º 97/20 de 9 de abril. (2020). Prorroga o Estado de Emergência de 11 a 25 de Abril. I Série N.º 46, 2467-2468. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Relatorio_ODS_FINAL.pdf. Acesso aos: 12 nov. 2022.

_____. Decreto Presidencial n.º 98/20 de 9 de abril. (2020). Aprova as medidas imediatas de alívio dos efeitos económicos e financeiros negativos provocados pela pandemia da COVID19. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Relatorio_ODS_FINAL.pdf. Acesso aos: 12 nov. 2022.

_____. Despacho Presidencial n.º 45/20 de 18 de março. (2020). Suspende as deslocações ao exterior do País, dos membros da função Executiva da Administração Central e Local

do Estado. Série n.º 31. Disponível em:
https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Relatorio_ODS_FINAL.pdf.

Acesso aos: 19 dez. 2022.

____. Lei de Base do Sistema Nacional de Saúde de n. 21 de 28 de agosto de 1992. Angola. Luanda, Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang11736.pdf>. 1992

____. Política Nacional de Ação Social; executivo garante maior assistência aos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Portal de Notícias do Governo de Angola. Disponível em: <https://governo.gov.ao/ao/noticias/politica-nacional-de-acao-social>. Acesso em: 9 maio. 2021.

____ (2008). A história da disseminação dos microrganismos. Estudos Avançados, 22(64), pp. 171-182.

____, Relatorio-Liberdade-Religiosa-Angola-.pdf, 2020- disponível em:
<https://ao.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/234/Relatorio-Liberdade-Religiosa-Angola-2020.pdf>. Acesso em: 05/07/2024

____, Mapeamento e Diagnóstico dos Programas Sociais em Angola, 2020. Disponível em:
<https://www.undp.org/pt/angola/mapeamento-e-diagnostico-dos-programas-sociais-em-angola>. Acesso em: 15/11/2024

____, Assembleia Nacional. Lei de Base da Proteção Social. Luanda, 2003. Disponível em:
<https://fasangola.com/wp-content/uploads/2024/07/LEI-DE-BASE-PARA-PROTECCAO-SOCIAL-1.pdf>. Acesso em 10 jun. 2023

____, Assembleia Nacional. Lei de Revisão Constitucional. Luanda, 1992.

____, Revista o Petróleo, Sonangol, janeiro de 2010.

____, <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1721973918027165-a-guerra-civil-em-angola>. Acesso em 24/11/2024 às 16:20

Antropologia Portuguesa- Actas do II colóquio sobre investigação e ensino da antropologia em Portugal, 1989, Museu e laboratório antropológico da Universidade de Coimbra.””

Banco Mundial em Angola Abril, 2023). Acessado em 04/10/2023 às 13:45. China. (2011).

BARBOSA, A. N. M. **Breves considerações sobre as epidemias**. Salvador, 1887. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BISWAS, A., CHAKRABARTI, A. K., & DUTTA, S. (2020). **Current challenges: From the path of “original antigenic sin” towards the development of universal flu vaccines**. *Int Rev Immunol*, 39(1), 21–36.

CAPELA, J., **Escravidura, conceitos: a empresa do saque**. 2. ed. Porto: Afrontamento. 1978.

CARVALHO, P., « **Angola: Estrutura Social da Sociedade Colonial** ». *Revista Angolana de Sociologia*. Consultado no dia 03 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/ras/1185>. DOI: 10.4000/ras.1185

CASCELLA, M, RAJNIK M, Cuomo A, et al. **Features, evaluation and treatment coronavirus (COVID-19)**. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2020 Jan.

CONTE, G. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

CORSI, F. L., **O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes**. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). *100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 229-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>

COSER, M. C., **A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português**. *Especiaria, UESC*, v. 10, p. 703-727, 2007.

COSTA, L. C. A., MELLO, L. I. A. **História Geral e do Brasil: da Pré-História ao Século XXI**. São Paulo: Scipione, 2008.

COSTA, M. S., **Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010.
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso: 02/01/2024

CRAVIOTO, E. G., García, I.G., **The pest in Antiquity. Historiographical origins.** Vol. 18, Revista de Historiografia. 2013.

DINIZ, A. C. **Características mesológicas de Angola. Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola,** Nova Lisboa. 1973.

DINIZ, A. C., Aguiar F. B. **Geomorfologia, solos e ruralismo de região central angolana.** Agronomia Angolana 23: 11-17. (1966).

DOS SANTOS, L., Cristóvão Luis. **A igreja como promotora dos direitos sociais aos moradores em situação de rua.** Direito em Ação-Revista do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília, v. 16 - n. 1. Brasília, 2016. Disponível em <https://bdtd.ucb.br/index.php/RDA/article/view/7072>. Acesso em 04 jan. 2024.

DW. 2020. Disponível em : <https://www.dw.com/pt-002/angola-pais-sindicato-e-estudantes-dizem-que-n%C3%A3o-h%C3%A1-condi%C3%A7%C3%B5es-para-regressar-%C3%A0s-aulas/a-55003887>. Acesso em 13/09/2024.

FENNER F., HENDERSON D., ARITA I, JEZEK Z., LADNYI I.D., **Developments in vaccination and control between 1900 and 1966.** In: Fenner F, Henderson D, Arita I, Jezek Z, Ladnyi ID, editors. Smallpox and its eradication. Geneva: WHO; 1988.

Forbes África Lusófona- disponível em: https://www.forbesafricalusofona.com/investimento-estrangeiro-em-angola-caiu-5-em-2023-__relatorio/#:~:text=O%20investimento%20estrangeiro%20em%20Angola,um%20relat%C3%B3rio%20divulgado%20neste%20Domingo. Acessado em 23/01/2024

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. [online]. 2010, Vol. 35, nº 122, p. 229-248. <https://www.scielo.br/j/rbso/a/TsQsX3zBC8wDt99FryT9nnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso aos 02/01/2025

FREITAS, S. A., **O trabalho do Educado Social em Angola** (Tese de Doutorado em Serviço Social na PUC-SP). São Paulo: [s.n.], 2005.

GAIA, D. V., **O apogeu do Império Romano maculado por uma peste: considerações sobre a Peste Antonina (165-180 d.C.).** In: CERQUEIRA, Fábio Vergara et al. (orgs.).

Epidemia na história: viver e morrer na peste. Pelotas- -RS: Editora UFPEL, 2020, p. 149-174.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed, São-Paulo: Atlas 2002;

_____, **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São-Paulo: Atlas, 2008;

GONÇALVES, J., **Questões sobre a História Económica de Angola – da fundação de Luanda ao começo do ultracolonialismo.** Luanda: Mayamba Editora. 2011

GRANEMANN, S.; MIRANDA, F. **Crise econômica, crise sanitária: a COVID-19 como instrumento de acumulação?** In: SILVA, L. B., DANTAS, A. V. [orgs]. **Crise e pandemia: quando a exceção é a regra geral.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3C26RQ4>. Acesso em 10/04/2023.

GUELLIL, M., KERSTEN, O., NAMOUCHI, A., LUCIANI, S., MAROTA, I., ARCINI, C. A., IREGREN, E., LINDEMANN, R. A., Warfvinge, G., Bakanidze, L., Bitadze, L., Rubini, M., Zaio, P., Zaio, M., Neri, D., Stenseth, N. C., & Bramanti, B. **A genomic and historical synthesis of plague in 18th century Eurasia.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 117(45), 28328–28335. <https://doi.org/10.1073/pnas.2009677117>. 2020.

HARRIS, J. E., **A diáspora africana no Antigo e Novo Mundo.** In: História geral da África, 5: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

HENRIQUES, I. C., – **Território e Identidade: a construção da Angola colonial.** Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2004

HERNÁNDEZ, Mesa N, Llanes JH, Betancourt CL. Major epidemics in human history. From the Plague of Athens to COVID-19. Rev Habanera Ciencias Medicas. 2020;19.

HOORNAERT, E., **A Igreja Católica no Brasil Colonial.** In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: A América Latina Colonial.** São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 554.

IMBAMBA, José Manuel. **Uma nova cultura para mulheres e homens novos: um projecto filosófico para Angola do terceiro milénio à luz da filosofia de Battista Mondin.** Luanda: UCAN; Paulinas, 2003.

INE, Instituto Nacional de Estatística, – Recenseamento Geral da População e Habitação 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Acesso em 15 jan. 2024.

_____, Instituto Nacional de Estatística: Características dos Jovens em Angola, população e sociedade (IDREA 2018 – 2019).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, FAS- Disponível em: <https://fasangola.com/>, acessado em 11/09/2024 às 14:30.

JONES, D. S., **History in a crisis—lessons for Covid-19**; N Eng J Med; March 2020. [CrossRef]. 2020.

KARASIN A. I., SCHUTTEN M. M., COOPER L. A., SMITH C. B., SUBBARAO K., ANDERSON G. A., et al. **Genetic characterization of H3N2 influenza viruses isolated from pigs in North America**, evidence for wholly human and reassortant virus genotypes. Virus Res. 2000;68(1):71-85. 1977-1999

KI-ZERBO, J., **História da África Negra**, vol. I. Mem Martins: Publicações Europa-América. 1979

KONDJA, J. E. **Produção de segmentos consonânticos do português por falantes nativos do! Khun (Khoisan), língua angolana**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2021.

LITTMAN, RJ. **The plague of Athens: Epidemiology and paleopathology**. Mount Sinai Journal of Medicine. 2009.

M'BOKOLO, E., **África Negra. História e Civilizações**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACEDO J., ADRIANO M., **Covid-19: calamidade pública**. Cognitionis publishing, 2020; 1-6 COSIC K, et al. Impact of human disasters and Covid-19 pandemic on mental health: potencial of digital psychiatry. Psychiatria Danubina, 2020; 32(1):25-31

Mapa de África: <https://bigslam.pt/noticias/paises-africanos-alguns-nomes-e-suas-etimologias/>. Acesso em 08 dez. 2024.

MARINGONI, G., **O mundo pós-pandemia: o novo normal neoliberal e o papel do Estado**. DOI: 10.21057/10.21057/repamv16n1.2022.45055. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V. 16, N. 1, 2022 ISSN: 1984-1639. 2022.

MARX, Karl. **Posfácio da segunda edição de O Kapital**. In: Marx / Engels, Werke (MEGA). Berlim: Dietz Verlag, 1962, v. 23, p.27.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I., **Para além do capital: rumo à teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLER, J. C., **A Economia Política do Tráfico Angolano de Escravos no século XVIII**, in S. Pantoja e J. Saraiva (Eds.) – **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro**: Bertrand Brasil. MPLA, 1975 – História de Angola. Porto: Edições Afrontamento. 1999

MILLER, J. C., **Kings and Kinsmen. Early Mbundu States in Angola**. Oxford. 1976

MINAYO, M. C. S., **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, cap. 1. p. 9-29.

Ministério da Saúde. MINSA. 40 Anos do Serviço Nacional de Saúde. 2015 [citado em 20.jan.2021]. Disponível em: http://www.ordemfarmaceuticosangola.org/PDF/Expofarma2015/MINSA_DNME%2040%20ANOS_SFA.pdf

_____, Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025 Mais e Melhor Saúde. 2014 [citado em 24.jan.2021]. Disponível em: https://extranet.who.int/countryplanningcycles/sites/default/files/planning_cycle_repository/angola/plano_nacional_de_desenvolvimento_sanitario_pnds_2012-2025.pdf

_____, 2021. Disponível em: <https://www.economiaemercado.com/artigo/com-51-8-medicos-expatriados-sao-a-maioria-a-operar-em-angola>. Acesso em 96/07/2024.

MONTEIRO, A. A. **Serviço Social em Angola: gênese, tendências teórico-metodológicas e desafios**. In: YAZBEK, M. C.; AMAMOTO, M. V (Org.). **Serviço**

Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019, p. 363-380.

____. **Atenção à saúde em tempo de Pandemia da Covid-19: Contextos nacionais e internacionais.** Edufpi Editora, 2022

MONTEIRO, I. L. C., **Modos de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda. Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

____, **Trajetórias e desafios do trabalho informal de venda ambulante nas ruas de Luanda** (Doutorado em serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Pulo, São Paulo, 2021

NETTO, J. P., **Crise do capital e consequências societárias.** Serv. Soc. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NGULUVE, A. **Educação Angolana: Políticas de Reforma do Sistema Educacional.** São Paulo: Biscalchin Editor, 2010.

Novo mapa de angola: <https://mpla.ao/wp-content/uploads/2024/09/Lei14.24de5deSetembro.pdf>. Acesso em 8 dez. 2024

OIT (2018). *Extensão da proteção social em Angola*. Disponível em: <https://www.social-protection.org/gimi/gess/Media.action?id=16670>. Acesso em 23 de abril de 2024

____, (2021). *Proteção social: a esperança de África para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: https://www.itcilo.org/sites/default/files/202111/E1715134_SPGT_Digital%20event%20OPT_InfoNote.pdf. Acesso em 07 de julho de 2024.

____, (2022). *Relatório mundial sobre proteção social 2020-22*. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/382186/download>. Acesso em 15 de junho de 2024.

Oldfield, E., & Malwal, S. R. (2020). COVID-19 and Other Pandemics: How Might They Be Prevented? *ACS Infect Dis*, 6(7), 1563–1566.

OLIVEIRA, A. J. M. **Igreja e escravidão africana no Brasil colonial.** Especiaria, UESC, v. 10, p. 356-388, 2009.

OLIVEIRA, I. S. C., **Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África Centro-Occidental (século XVII)**. In: **Encontro Regional da AMPUH – Rio**, 14. 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 21 out. 2015.

OLIVEIRA, S. D. **Dinâmicas educativas da juventude angolana**. Disponível em <https://journals.openedition.org/ras/580>, acesso em 18/07/2024 às 23 :09

OMS, Relatório sobre Estratégias de Cooperação 2015-2019.

ONU: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1708952>

PACHECO, C. O., **História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. População e Sociedade**. CEPESSE Porto, vol. 29 jun. 2018, p. 82-98.

PAKISI, Albino. A MONOGRAFIA. Teoria e Prática da sua Metodologia Científica; 1ª Ed. Luanda, Mayamba Editora, jun. de 2020;

PANDA, A. P., **Angola: Colônia portuguesa, independência, guerra civil: reflexão teórica a partir do contexto histórico**. Dados de África(s) | Vol.02 | Nº. 03 | Ano 2021 | p. 153.

PANTOJA, S. A., **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PÉLISSIER, R. & WHEELER, D. **História de Angola. Edição em Portuguesa**. Lisboa: Tinta-da-China. (2011).

PEREIRA, T. D., **O território na acumulação capitalista: possibilidades da categoria a partir de David Harvey**. O Social em Questão, ano 13, n. 24, jul./dez. 2010.

PINTO, A. O., **História de Angola da pré-história ao início do século XXI**. 2. ed. Lisboa: Mercado das Letras, 2017.

PIRET, J., & Boivin, G. **Pandemics Throughout History**. *Frontiers in Microbiology*, 11, 631736. <https://doi.org/10.3389/fmicb.2020.631736>, 2020.

PNUD. Relatórios do Desenvolvimento Humano, 2008. Disponível em <http://www.undp.org>. Acesso em: 12/07/2023.

PRODANOV, C.C., e Freitas C.E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas de pesquisa do trabalho Académico**. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013;

QUEIROZ, L. H. C. R. **Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda.** 2016. 131 f. Tese (Doutorado) – Curso de Multidisciplinares, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

REDINHA, J., 1975, **Etnias e culturas de Angola.** Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola, 448p. disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI%20etnias%20e%20culturas%20de%20angola>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Rezende, J. M. **Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia.** Revista de Patologia Tropical. 27(1), pp. 153-155. 1998.

Rosenbert J. **1918 Spanish Flu Pandemic.** Thought Co. 2019;(April 2018).

SAMBA, S. J. **Trabalho informal em Luanda: luta e persistência dos jovens migrantes.** São Paulo: Cortez, 2018.

SCHERER, G. A. e NUNES, C. F., **Juvenicídio: A descartabilidade da vida humana no brasil contemporâneo.** Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X (2018).

SCHERER, G. A. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2017.

SCLIAR, M. Prefácio. In Ujvari, S. C. **A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microrganismos.** Rio de Janeiro: Senac; São Paulo: Senac. 2003, pp. 7-9.

SILVA. A. C., **Angola: A manilha e o libambo: África e a escravidão de 1500 a 1700.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SIMÃO, C., **Improbidade Administrativa - Teoria e Prática.** Leme: J.H. Mizuno, 2011, p. 34, 35.

SIMÕES, F., e CARVALHO, C., **A gestão da Pandemia SARS-CoV-2 em Angola,** Cadernos Ibero-Americanos de Direitos Sanitários, v. 10, n. 2, ABR, 2021.

SOUZA, T. T. B. A., **Escravidão interna na África antes do tráfico negroiro.** VÉRTICES, ano 5, Nº 2, maio / ago, 2003.

SPITALE, G., **COVID-19 and the ethics of quarantine: A lesson from the Eyam plague**. *Med Health Care Philos*, 23(4), 603–609. 2020

The Global Economic Impact of COVID-19: A Summary of Research; Samuel Neaman Institute of National Policy Research; Prof. Shlomo & Maital Ella Barzani; March 2020

TINHORÃO, J. R., **Os negros em Portugal**. Lisboa: Caminho, 1988.

TOGNOTTI, E., **Lessons from the history of quarantine, from plague to influenza A. Emerging Infectious Diseases**, 19(2), 254–259. <https://doi.org/10.3201/eid1902.120312>, 2013.

UJVARI, S. C. (2003). **A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microrganismos**. Rio de Janeiro: Senac; São Paulo: Senac. pp. 35-200. 2003

V. Trifonov, H. Khiabanian, B. Greenbaum, R. Rabadan, *Euro Surveill*. 14, 2009. [PubMed]

VALÉRIO, N.; FONTOURA, M. P., **A Evolução Económica de Angola durante o Segundo Período Colonial – Uma Tentativa de Síntese**. *Análise Social*. XXIX, p. 1193-1208. 1994.

VATICAN NEWS, disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-04/angola-distribuicao-de-cesta-basica-a-familias-carenciadas.html>, acessado em 01/03/2024

WENDT, E. C. (1885) *A Treatise on Asiatic Cholera*. New York: William Wood and Company.

World Health Organization. WHO, (2006) Cholera, 2005. *Wkly Epidemiol Rec* 81: 297–308. [PubMed] [Google Scholar]

_____. Viral gene sequences to assist update diagnostics for swine influenza A(H1N1). Geneva: WHO; 2009 April 25. Available from: http://www.who.int/csr/disease/swineflu/swineflu_genesequences_20090425.pdf

_____, (2009) Cholera: global surveillance summary, 2008. *Wkly Epidemiol Rec* 84: 309–324. [PubMed] [Google Scholar]

____, (2010) Cholera Fact Sheet. 2010. Available at: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs107/en/index.html>. Accessed June 14, 2010.

Z Wu, JM McCoogan; **Characteristics of and important lessons from the coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak in China**; JAMA (2020); Feb 2020.

ZHANG Y, MA ZF. **Impact of the COVID-19 Pandemic on Mental Health and Quality of Life among Local Residents in Liaoning Province, China: A Cross-Sectional Study**. *Int J Environ Res Public Health*, 2020;17(7): 2381.

ZHANG, X.-S., DE ANGELIS, D., WHITE, P. J., CHARLETT, A., PEBODY, R. G., & MCCAULEY, J. (2013). **Co-circulation of influenza A virus strains and emergence of pandemic via reassortment: The role of cross-immunity**. *Epidemics*, 5(1), 20–33.

ZUA, P., **COVID-19: Decreto Executivo Inconstitucional**. MAKANGOLA. Disponível em: <https://www.makangola.org/author/zn/page/5/>. Acesso em 20 de nov. 2022.

____, **Morte do médico Silvio Dalla**, MAKANGOLA. Disponível em: <https://www.makangola.org/?s=SILVIO+DALLA>. Acesso em 02 de janeiro. 2023.

Zuckerman JN, Rombo L, Fisch A **The true burden and risk of cholera: implications for prevention and control**. *Lancet Infect Dis* 7: 521–530. 2007

(<https://pt-br.facebook.com/DistritoUrbanoBenfica/>)

APÊNDICES

APÊNDICE 1- GUIÃO DE ENTREVISTA

I. Identificação Geral

1. Nome:
2. Data de nascimento:
3. Idade:
4. Local de nascimento:
5. Tempo de moradia no bairro:
6. Estado civil:

II. Questões de pesquisa

1. Quantos membros compõem a família?
2. Tem Crianças?
3. Qual o nível de escolaridade dos membros da família?
4. Quantas membros da família trabalham?
5. Qual é a profissão desses membros da família que trabalham?
6. Durante a Covid-19, O que mudou na vossa rotina?
7. Todos conseguiram manter os seus trabalhos/empregos?
8. Como foram afetados física e emocionalmente o período de distanciamento social?
9. Sentiram de alguma forma a ajuda do estado ou de qualquer outra instituição nessa fase?

APÊNDICE 2– ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DURANTE AS ENTREVISTAS

1. Aspectos gerais sobre o trabalho das/dos trabalhadores do mercado informal na cidade de Luanda e mais especificamente do bairro Chinguar;
2. O cotidiano ocupacional dessas famílias;
3. Condições sociais da comunidade;
4. Tipo de trabalhos mais realizados por essas famílias;
5. condições dos mercados em que realizam os seus negócios;
6. Atitudes e gestos dos participantes durante as entrevistas.

APÊNDICE 3- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“Impacto socioeconômico da pandemia/Covid-19 sobre as famílias em situação de desproteção social”**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Miguel Pimpão Jorge**, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Unesp/Franca, orientado pelo Prof. Dr. **Dagoberto José Fonseca**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação do relatório anual, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Este projeto objetiva: Analisar o impacto socioeconômico da covid-19 às famílias carentes em Luanda durante o ano de 2020. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 19, de setembro de 2023.

 Assinatura do participante

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PIMPAO JORGE**
Data: 13/10/2023 21:32:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

 (assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Miguel Pimpão Jorge

Endereço: Avenida Adhemar Polo Filho, bairro Jardim Veneza, nº 2050.

Tel: (16) 99634-1614

E-mail: Miguel.pimpao@unesp.br

Documento assinado digitalmente
 **DAGOBERTO JOSE FONSECA**
Data: 13/10/2023 18:43:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

 (assinatura)

Orientador

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Endereço:

Tel: (16) 99723-5338

E-mail: dagoberto.jose@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

APÊNDICE 4- CARTA DE SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao

**Excelentíssimo Administrador
do Distrito Municipal do
Benfica**

Brasil/São Paulo

ASSUNTO: Solicitação de autorização para pesquisa.

Queira aceitar os meus cumprimentos.

Eu, Miguel Pimpão Jorge, angolano, estudante do curso de Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista-UNESP- campus de Franca, situada no Estado de São Paulo/Brasil, estando neste preciso momento em fase de realização da pesquisa para a dissertação com o tema "**O Impacto Socioeconômico da Covid-19 sobre as Famílias em Situação de Desproteção Social em Luanda: O cotidiano de vida das famílias em situação de desproteção social no bairro Chinguar em Luanda durante o ano de 2020**", venho solicitar a Vossa Excelência que autorize a realização da pesquisa na qual os sujeitos de pesquisa serão alguns moradores dessa comunidade (Bairro Chinguar), previamente selecionados para procurar saber deles como foram afetados pela pandemia da Covid-19. Serão realizadas entrevistas a essas pessoas e as mesmas preencherão um questionário semiestruturado anônimo, pelo que manteremos salvaguardados os princípios éticos e deontológicos que vincam o espaço laboral.

Vimos encarecidamente solicitar ao Excelentíssimo Administrador que se digne a autorizar a referida pesquisa. Considerando que os resultados obtidos serão utilizados para fins acadêmicos, bem como para servir de propostas para contribuir na melhoria da elaboração bem com da aplicação das políticas públicas no nosso contexto.

Cientes de que essa solicitação merecerá a vossa especial atenção, pelo que esperamos deferimento.

Franca-São Paulo-Brasil, aos 13 de outubro de 2023

O Pesquisador

Documento assinado digitalmente
MIGUEL PIMPAO JORGE
Data: 13/10/2023 21:33:01-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Miguel Pimpão Jorge

O Orientador

Documento assinado digitalmente
DAGOBERTO JOSE FONSECA
Data: 13/10/2023 18:43:22-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

ANEXOS

ANEXO 1- COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL NO BAIRRO CHINGUAR EM LUANDA DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL.

Pesquisador: Miguel Pimpão Jorge

Versão: 1

CAAE: 75817923.6.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 133542/2023

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL NO BAIRRO CHINGUAR EM LUANDA DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL. que tem como pesquisador responsável Miguel Pimpão Jorge, foi recebido para análise ética no CEP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Campus Franca em 17/11/2023 às 11:57.

ANEXO 2- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL NO BAIRRO CHINGUAR EM LUANDA DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL.

Pesquisador: Miguel Pimpão Jorge

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75817923.6.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.549.840

Apresentação do Projeto:

O projeto está apresentado adequadamente, com todos os procedimentos coerentes à pesquisa científica. O tema é atual e tem relevância social e científica, tanto para o Brasil como para Angola.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão claros, bem delimitados e são exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresenta os possíveis riscos e as formas de como podem ser minimizados durante o processo. Os benefícios estão bem explicitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A apresentação está clara e os objetivos bem definidos, também os procedimentos metodológicos adequados e resguardam eticamente as/os participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Toda a documentação está apresentada e adequada.

Recomendações:

Parecer favorável à aprovação integral do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conforme avaliação, descrita anteriormente, recomendação de aprovação.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.549.840

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado Ad Referendum do Colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2248280.pdf	17/11/2023 11:50:40		Aceito
Outros	Entrevistas.pdf	17/11/2023 11:32:31	Miguel Pimpão Jorge	Aceito
Outros	Questionario.pdf	17/11/2023 11:30:14	Miguel Pimpão Jorge	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta.pdf	17/11/2023 11:27:00	Miguel Pimpão Jorge	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	17/11/2023 11:18:40	Miguel Pimpão Jorge	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	17/11/2023 11:18:05	Miguel Pimpão Jorge	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2023 11:09:47	Miguel Pimpão Jorge	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 03 de Dezembro de 2023

Assinado por:
José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8806 E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

ANEXO 3- CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Governo Provincial de Luanda
Administração Municipal de Talatona
Administração do Distrito Urbano do Benfica

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador **Miguel Pimpão Jorge**, está autorizado a realizar pesquisa no Distrito Urbano do Benfica, no Bairro Chinguar.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, mandei passar a presente guia que vai por mim assinada nesta administração.

ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO URBANO DO BENFICA, em Luanda aos 07 de Novembro de 2023.

